



**Bordando a Democracia**



# **Bordando a Democracia**

### **Conteúdo Multimídia**

Para acessar a íntegra dos eventos e a transmissão dos relatos deste livro, acesse o canal da Justiça Eleitoral no *YouTube*:



### **Ouçã o Podcast “Bordando a Democracia”**

Parte do conteúdo desse livro está no *podcast* da Justiça eleitoral e pode ser acessado nas principais plataformas de *podcasts* ou no canal da Justiça Eleitoral no *YouTube*:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud

---

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral

Bordando a democracia [recurso eletrônico] / Tribunal Superior Eleitoral. – Dados eletrônicos (172 páginas : ilustrações, fotografias, em cores). – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2026.

Idealização: Ministra Cármen Lúcia, Des<sup>a</sup> André Pachá; Redação: Flávia Neves Ribas; Capa, projeto gráfico e diagramação: Flávia Carvalho Coelho; Revisão e conferência de editoração: Taciana Giesel Cuadros.

Disponível, também, em formato impresso.

Versão eletrônica (PDF).

Modo de acesso: Internet.

<<https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/lista-do-catalogo-de-publicacoes>>

1. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. 2. Democracia – Debate – Brasil. 3. Direitos da mulher – Brasil. 4. Participação feminina na política – Brasil. 5. Representação feminina na política – Brasil. 6. Mulher – Aspectos sociais – Brasil. 7. Igualdade de gênero – Brasil. 8. Mulher – Entrevista – Brasil. I. Título.

CDD 321.809 81

CDU 321.7(81)

---

Bibliotecária: Sabrina Ruas Lopes – CRB-1/1865

© 2026 Tribunal Superior Eleitoral

**É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.**

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento

SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar

Brasília/DF – 70095-901

Telefone: (61) 3030-9225

---

#### **Presidência**

Ministra Cármen Lúcia

#### **Secretária-Geral da Presidência**

Andréa Maciel Pachá

#### **Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência**

Cristiane Meireles Ortiz

#### **Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal**

Miguel Ricardo de Oliveira Piazzzi

#### **Secretária de Comunicação e Multimídia**

Taciana Giesel Cuadros

#### **Coordenadora de Imprensa**

Renata Giraldi Dias

#### **Coordenadora de Audiovisual**

Flávia Neves Ribas

#### **Secretária de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental**

Sabrina Beatriz Ribeiro Pereira da Silva

#### **Secretária de Gestão de Pessoas**

Mitie Kamada

#### **Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento**

Cleber Schumann

#### **Coordenador de Editoração e Publicações**

Washington Luiz de Oliveira

#### **Redação**

Flávia Neves Ribas

#### **Capa, projeto gráfico e diagramação**

Flávia Carvalho Coelho

#### **Bordado da capa (ponto corda)**

Flávia Carvalho Coelho

Laryssa Garcia Melo

#### **Impressão em canvas (capa)**

Carambola Birô

#### **Fotografias**

Alejandro Fontes Zambrana

Luiz Roberto Moreira da Silva

Rafael Luz

Reila Maria da Silva

#### **Transcrição**

Lindiane Reis

Mariana Fabre

Iara Santos

Taíssa Costa

#### **Revisão**

Marina P. Cavalcante Trevenzoli

Janilene Cavalcante do Nascimento Farias

Davi Miranda

Maria Luísa Marinho

#### **Revisão e conferência de editoração**

Taciana Giesel Cuadros

#### **Idealização**

Ministra Cármen Lúcia

Desembargadora Andréa Pachá



**Presidente**

Ministra Cármen Lúcia

**Vice-Presidente**

Ministro Nunes Marques

**Ministros Efetivos**

André Mendonça

Antonio Carlos Ferreira

Ricardo Villas Bôas Cueva

Floriano de Azevedo Marques

Estela Aranha

**Ministros Substitutos**

Dias Toffoli

Gilmar Mendes

Cristiano Zanin

Marco Aurélio Bellizze Oliveira

Nauê Bernardo Pinheiro de Azevedo

Sebastião Alves dos Reis Júnior

# Apresentação

Democracia se faz todo dia, leva tempo e precisa ser bordada com paciência, delicadeza, abertura de espírito e desejo de transformação cotidiana. É preciso cuidado e capricho, invenção e reinvenção e muito reconhecimento das histórias, do tempo e das pessoas.

Assim como a beleza de um bordado reside na singularidade entre matizes, cores e texturas, a beleza da democracia mora na diversidade de opiniões, no respeito às regras que fundaram o Estado Democrático de Direito.

A Constituição Brasileira e a Declaração Internacional dos Direitos Humanos compõem o risco do bordado democrático, a base e o fundamento de onde se almeja chegar. As escolhas que fazemos no cotidiano, a ação institucional e a atuação cidadã efetivam a democracia, desde o conceito abstrato do substantivo feminino, passando pelos direitos até o ato marcante que é o voto.

É trabalhoso viver em uma democracia. Composição e criação. Não deixar fios soltos, alinhar o bordado, compartilhar o olhar e ter precisão nos gestos. Liderar o Tribunal da Democracia e a Justiça Eleitoral é um árduo ofício que exige a precisão de uma hábil bordadeira.

Desde dezembro de 2024, encontros realizados no *foyer* do subsolo trouxeram vozes femininas para prosas, conversas, encontros, bordados e pensatas ao Tribunal Superior Eleitoral. **Direitos: Humanas**, em dezembro de 2024; **Mulher, Presente**, em março de 2025; **Democracia, Substantivo Feminino**, em novembro de 2025, marcaram datas relevantes para a

igualação de direitos, como o Dia Internacional da Mulher, os 21 dias de ativismo pela Erradicação da Violência contra as Mulheres e o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Os encontros tiveram como premissa reunir mulheres para uma conversa sobre a democracia brasileira.

É a terceira vez, em 94 anos, que a Justiça Eleitoral é presidida por uma mulher. Pelas regras constitucionais e atual composição do Supremo Tribunal Federal, é provável que não haja mulheres na Presidência do Tribunal na próxima década.

As equipes de servidores e colaboradores comprometidos com a liberdade democrática, pessoas convidadas e palestrantes foram costurando ideias e parcerias, remendando e alinhavando o trabalho das equipes da Justiça Eleitoral, construindo, desfiando e fiando com zelo as linhas que sustentam o direito ao voto, à democracia e à cidadania e à participação feminina em espaços de poder e liderança.

Os encontros discutiram caminhos para sobrepor as barreiras para a realização dos direitos humanos, a violência política de gênero e a violência contra a mulher como empecilhos à realização do direito democrático para todas as pessoas brasileiras.

São essas falas e vozes que compartilhamos nesta publicação, que acompanha um *podcast*, uma *playlist* e horas de entrevistas e conversas com mulheres marcantes que, juntas, compõem um bordado da democracia.



# Sumário

## **1. Democracia: substantivo feminino** .....10

Abertura .....12

### **Conceitos e preconceitos explícitos e ocultos: novas ações afirmativas possíveis**

Mediadora: ministra substituta do TSE Vera Lúcia .....21

Ministra Macaé Evaristo .....23

Flávia Oliveira .....25

Deputada Benedita da Silva .....27

### **Democracia e violências: atitudes e platitudes sociais**

Maria Ribeiro .....31

Fafá de Belém .....33

Luiza Trajano .....37

### **Consenso de gerações: democracia e liberdade sem idade: passado, presente e futuros**

Karen Luise .....41

Denise Fraga .....43

Lúcia Braga .....47

Basília Rodrigues .....50

Thaís Pitaguary .....53

### **Encerramento**

Ministra Cármen Lúcia .....60

## **2. Direitos: Humanas – Voz (da Mulher) pela Democracia**.....62

Abertura .....64

Ministra Cármen Lúcia .....65

Exposição **“O Brasil em fios e pontos: qual é a sua bandeira?”** .....67

### **Força da Mulher**

Coordenadora: desa. Andréa Pachá.....77

Eugência Villa .....79

Maria da Conceição Ferreira (Tia Tatá) .....83

Terezinha Maria de Jesus .....85

Ana Paula Marques .....89

### **Fé na Mulher**

Coordenadora: desa. Iracema do Vale .....91

Mãe Nilce de Iansã .....93

Adelina Benedita Alves Santiago .....95

Nayara Porto.....97

### **Perfume de Mulher**

Coordenadora: juíza Andréa Jane de Medeiros .....99

Alessandra Korap.....101

Silvana Gontijo .....105

Rachel Maia .....107

Marana Figliuolo.....109

### **Observatório de Direitos Fundamentais**

Ministra Cármen Lúcia .....111

Daniela Lima de Andrade Borges .....113

Ministra Vera Lúcia .....114

Andréa Beltrão .....115

Ministra Cármen Lúcia .....119

Maria Isabel .....121

Thaís Pitaguary .....122

Nicole Semião .....124

## **3. Mulher, Presente** .....134

Abertura .....135

Ministra Cármen Lúcia .....136

### **A mulher, a economia e o trabalho**

Luiza Trajano .....140

### **A mulher no mundo da economia criativa**

Paula Lavigne .....144

### **A mulher e as artes**

Marisa Monte .....146

### **As desigualdades contra as mulheres**

Desa. Íris Helena Medeiros .....150

Ministra Cristina Peduzzi .....154

Deputada Soraya Santos .....156

Juíza Renata Gil .....160

Senadora Zenaide Maia .....162

Ministro Luís Roberto Barroso .....166

Procurador Luiz Carlos Gonçalves .....169



1  
**Democracia:  
substantivo feminino**





# Abertura

Em um país onde uma mulher é morta a cada seis horas e em que metade da população está exposta a diferentes tipos de violência: física, psicológica, política ou econômico-financeira, a democracia precisa caminhar na direção da igualdade de direitos. Além de assegurar o direito à vida e aos direitos fundamentais de todas as pessoas, as instituições do Judiciário têm, entre suas missões, a responsabilidade de formular soluções e apoiar políticas públicas que transformem a realidade imposta pela misoginia e pela violência contra as mulheres na sociedade brasileira. Apesar de as mulheres serem maioria do eleitorado apto a votar (52%), ou seja, mais de 81 milhões de eleitoras, apenas 18% das pessoas eleitas nas Eleições Municipais de 2024 eram mulheres (12.352).

“Em períodos eleitorais, a violência contra a mulher se escancara ainda mais nos processos políticos. Às vésperas de novas eleições gerais, é imperativo que a Justiça Eleitoral ouça a sociedade e promova estratégias

para enfrentar a violência sofrida por mulheres que se candidatam a cargos políticos. É necessário estimular e ampliar a representatividade feminina nos espaços de poder.” A afirmação da presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, ampara os debates realizados no evento que reuniu mulheres às vésperas do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

“Ampliar a participação feminina na política não é concessão, é condição para que a igualdade prevista na Constituição se cumpra e se traduza, segundo a vontade livre de cada eleitora e eleitor, nos votos, nos cargos e na voz democrática da sociedade. Afinal, sem a igual dignidade de todas as pessoas, não há democracia plena”, afirmou a ministra Cármen Lúcia durante o evento.

24 de novembro de 2025



Também presente na abertura do encontro, a deputada **Soraya Santos** (PL-RJ) criticou o fato de que, embora sejam maioria da população, as mulheres ainda sejam tratadas como ‘cota’ no Parlamento. Ela ressaltou que o apoio do Poder Judiciário foi relevante para o aumento da presença feminina na política.

**“Em 2019, chegaram ao Parlamento mais mulheres do que nos 30 anos que nos antecederam. Hoje somos 94, mais de 18% da Câmara dos Deputados. As leis, quando elaboradas de um único ângulo — o masculino —, são capengas.”**

A deputada destacou ainda que a política é um instrumento de transformação social, mas chamou atenção para a persistente violência política contra mulheres, especialmente vereadoras e prefeitas. ‘Eleger mulheres não basta. É preciso garantir que elas exerçam o mandato sem medo, intimidação ou ataques.’





A procuradora da República **Raquel Branquinho**, também presente na abertura do evento, destacou que o encontro aproxima a sociedade do Tribunal Superior Eleitoral, fortalecendo a democracia, a representatividade e a pluralidade social, ao dar espaço para ouvir os desejos, os anseios e as dificuldades das mulheres.

**“O Tribunal também tem um papel relevantíssimo, principalmente no ano que antecede as eleições gerais, em que se tem, inclusive, um momento para escutar a sociedade, para serem organizados alguns normativos internos, com um olhar de maior efetividade”, afirmou.**

Raquel Branquinho advertiu que a igualdade prevista na Constituição Federal ainda não se concretiza na prática. ‘Temos 52% de mulheres no país, mas 727 municípios não têm uma única vereadora. Isso mostra que a política continua excluindo vozes femininas’, disse.



A procuradora também cobrou responsabilidade dos partidos políticos e ressaltou que a violência política ainda afasta mulheres dos espaços de decisão. ‘Se não reconhecemos o problema, fingimos que ele não existe. Assim, nada muda’, completou.

O encontro reuniu especialistas de diferentes áreas para discutir a democracia sob a perspectiva de quem participa da política e de quem enfrenta violências e dificuldades relacionadas às políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil. As participantes compartilharam histórias e perspectivas e debateram caminhos para a efetivação da igualdade, com foco em ações afirmativas e no enfrentamento da violência de gênero.

O evento apresentou dados alarmantes: 21,4 milhões de brasileiras relataram ter sido vítimas de violência nos últimos 12 meses. No campo político, a violência de gênero é utilizada para intimidar candidatas e eleitas, levando muitas vezes ao abandono da vida pública.





## COMO DENUNCIAR

### Ligue 180

Central de Atendimento à Mulher, com funcionamento 24h para orientação e denúncia de qualquer tipo de abuso.

### Ouvidoria da Mulher (TSE)

Canal direto para denúncias de violência política de gênero e assédio, disponível inclusive para mulheres que não trabalham na Justiça Eleitoral.



### Eleitorado

**53%**

do eleitorado  
brasileiro

### Câmara dos Deputados

**17,7%**

91 mulheres entre  
513 parlamentares

### Poder Judiciário (STF)

**1**

mulher entre  
11 ministros

### Senado Federal

**12,3%**

15 mulheres  
em 81 cadeiras

### Violência fatal

A cada

**6h**

uma mulher  
é assassinada  
no Brasil





## Conceitos e preconceitos explícitos e ocultos: novas ações afirmativas possíveis



Foto: Reila Silva/Secom/TSE

### VERA LÚCIA

Ministra substituta do TSE

A ministra substituta do TSE, Vera Lúcia Santana Araújo, mediu o primeiro painel do evento. Intitulado 'Conceitos e preconceitos explícitos e ocultos: novas ações afirmativas possíveis', o debate contou com a presença da ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e a jornalista Flávia Oliveira.

#### Confira abaixo os principais trechos da fala da ministra substituta do TSE, Vera Lúcia:

"Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. É com uma responsabilidade muito grande que eu assumo, por incumbência da nossa presidente, a ministra Cármen Lúcia, a mediação e coordenação desta mesa, composta por essas mulheres que são inspiração, orgulho e motivação para a renovação de nossas lutas.

Bom, às vezes eu penso que o universo conspira em nosso favor. Não é muito raro. As nossas exclusões mostram que essa conspiração ainda é rara, mas eu não tenho dúvidas em afirmar que fazemos esta assentada no dia de hoje, é uma conspiração do universo a nosso favor. Ainda mais porque, amanhã, teremos a segunda Marcha das Mulheres Negras do Brasil inteiro, aqui em Brasília.

Uma marcha que acontece em sua segunda edição com essa chamada das mulheres negras, mas que, em verdade, tem um percurso histórico que não é somente o da primeira marcha: a dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, em 1995.

Tivemos a marcha de 2005, depois a marcha das mulheres em 2015. Mas, em verdade, é uma marcha,

uma trilha que nós, mulheres negras, nós, gente negra do Brasil — que também somos maioria — fazemos. Quer dizer: continuamos brigando por cotas, mas, na realidade, somos a maioria do povo brasileiro.

E essa trilha libertária, por democracia, igualdade e respeito à dignidade humana, a gente faz desde que toda a nossa ancestralidade africana para cá veio, trazida para a odiosa escravização — que é qualquer relação de subalternidade e hierarquização humana que se estabelece.

Dia 25 de novembro tem uma historicidade que remete à violência política de gênero. Foi o assassinato de três mulheres, três irmãs, as irmãs Mirabal, que inspiraram a internacionalização da luta pelos direitos políticos, pelo direito à vida, à existência e à plenitude da cidadania para todas as mulheres, em qualquer parte do mundo.

A negritude que esta mesa hoje representa fala desse caminhar, desse percurso histórico que seguimos construindo. E que, amanhã, de forma ainda mais coletiva, será vivido pelas mulheres negras do Brasil, ao lado de muitas mulheres brancas que se somam a essa luta pela igualdade.

Porque a democracia, como substantivo feminino, jamais se concretizará plenamente se não houver essa irmanação entre todas as pessoas, entre todo o povo brasileiro. E, considerando tratar-se de um mandato internacional, o chamado é claro: mulheres de todo o mundo, unamo-nos. Essa é a nossa chamada.

Fui a primeira jurista negra a compor uma lista do Supremo Tribunal Federal para uma vaga de ministra substituta nesta Corte. E, nas interlocuções institucionais — absolutamente necessárias —, uma das autoridades com quem conversei, naquele momento, me disse: ‘Mas, Verinha, que aventura é essa?’.

Essa pergunta me remeteu a 1986, à eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Eu já era eleitora em Brasília — foi minha primeira eleição — e também já atuava como advogada, trabalhando com o direito eleitoral, área na qual construo, até hoje, uma longa trajetória profissional.

Ainda assim, ouvir, aqui em Brasília, de alguém que conhecia esse contexto, a pergunta sobre que ‘aventura’ seria aquela — a de integrar uma lista formada pelo Supremo Tribunal Federal — revela o quanto esse tipo de desacato simbólico ainda atravessa a nossa caminhada.

Mas seguimos. Se é para chamar de aventura, então que sigamos em marcha aventureira. Seguimos em marcha — nas ruas, nos parlamentos, nos tribunais — transformando a democracia, para que não precisemos mais qualificá-la com adjetivos, mas vivê-la em sua plenitude.

Então vamos tratar aqui sobre novas modalidades de inclusão e de ações afirmativas. Importante lembrar que este ano celebramos 13 anos das cotas nas universidades, uma política pública fundamental para ampliar o acesso e reduzir desigualdades históricas no ensino superior. Ainda há muito a celebrar, mas também muito a lutar.”

Foto: Reila Silva/Secom/TSE





Foto: Reila Silva/Secom/TSE

## MACAÉ EVARISTO

Ministra dos Direitos Humanos  
e da Cidadania

“Quero iniciar saudando as companheiras maravilhosas que compõem esta mesa comigo. Costumo dizer que faço parte da bancada da Bené (deputada Benedita da Silva) e, em nome dela, quero cumprimentar todas as minhas companheiras, porque a Bené é uma grande inspiração. Quando falamos de mulheres negras na política, é impossível não reconhecer a força e a capacidade política que ela representa e segue representando para todas nós. Bené, tenho muito orgulho de ser da sua bancada.

Quero também saudar a Márcia, nossa ministra das Mulheres, e, em nome dela, cumprimentar todas as mulheres presentes, bem como a deputada, destacando a importância deste momento.

E dizer que um título como este ‘Democracia: Substantivo Feminino’ só poderia mesmo partir da ministra Cármen Lúcia. Há nele uma poesia que remete aos Gerais, à mesma terra que nos deu João Guimarães Rosa, e que se traduz com sensibilidade no espírito deste seminário, deste encontro.

Eu costumo dizer que somos, muitas vezes, as primeiras. E, sempre que assumo um cargo, digo que não quero ser como a ‘primeira Miss Brasil negra’, porque tivemos uma e

depois levamos mais de 30 anos para ter outra. Não é possível que, em um país com a pluralidade que temos, com as múltiplas formas de ser mulher, ainda sejamos tão poucas e tão restritas nos espaços de poder.

Quero compartilhar um caso. Quando fui convidada para ser ministra dos Direitos Humanos, logo após assumir, uma pessoa se aproximou e disse: ‘Nossa, você teve uma carreira meteórica’. Eu perguntei: ‘Meteórica?’. E ela respondeu: ‘Sim, você foi vereadora, depois deputada e agora é ministra’.

E aí, eu disse: ‘Eu tenho 60 anos’. Fui professora da educação básica por mais de 20 anos, regente no Aglomerado da Serra, na periferia de Belo Horizonte. Passei pela linha completa da educação: fui diretora de escola, assessora pedagógica, coordenei programas de ensino, formei professores, inclusive professores indígenas. Conteí tudo o que fiz antes de ser eleita pela primeira vez. Fui candidata, perdi eleição, me candidatei novamente, fui eleita vereadora, depois deputada.

E então perguntei: 'Você acha mesmo que uma mulher de 60 anos chegar a ministra é uma carreira meteórica? É isso que se pensa sobre a trajetória das mulheres neste país?'. Porque vemos homens jovens assumindo ministérios, sendo eleitos governadores, prefeitos de capitais e ninguém chama isso de meteórico. Mas, quando é uma mulher negra, com toda essa trajetória, vira 'meteórica'.

Isso revela o quanto ainda estamos marcadas por uma matriz histórica que nos coloca, especialmente as mulheres negras, em lugares subalternizados. Essa é a questão: ainda não fazemos parte da paisagem. E não fazemos mesmo. Quando passamos a ocupar certos espaços, e falo por experiência, ao circular como ministra é, muitas vezes, desolador não ver pessoas negras. Em determinados restaurantes, encontros políticos, espaços de decisão, você chega e é a única pessoa negra. Você se sente estrangeira nesses ambientes. E isso também se expressa nas redes de poder.

Muitos que ocupam cargos têm vínculos familiares e sociais com outras instâncias: um tio juiz, um primo desembargador, um amigo no Tribunal de Contas. São espaços de socialização política dos quais nós, mulheres negras, historicamente não participamos.

Em alguns desses espaços, até há mulheres brancas, mas nem sempre no exercício efetivo da política, muitas vezes como presença simbólica, quase decorativa. E isso é indignante.

A violência contra as mulheres na política ou nos nossos corpos, nos diferentes lugares que ocupamos, precisa ser desconstruída profundamente no imaginário da sociedade brasileira. E isso passa, necessariamente, pela disputa de espaços: desde a associação de moradores até a Câmara dos Deputados e o Senado.

Não podemos aceitar desqualificação, nem passar pano para partidos que, ano após ano, anistiam uns aos outros por não cumprirem o financiamento das candidaturas femininas. É duro ver mulheres potentes, já testadas nas urnas, terem que mendigar recursos de campanha, sem critérios claros, submetidas a regras que mudam a cada eleição. Pensar a presença das mulheres na política é pensar, sim, no financiamento público e fundamental para que muitas de nós possamos nos eleger. Somos mulheres trabalhadoras, professoras, assistentes sociais. Sem financiamento público, não conseguimos disputar.

Mas é mais do que isso. Quando se diz que não podemos ser tratadas como cota porque somos maioria, eu compreendo. Mas também sei, pela luta nas universidades, que, sem cotas, não mudamos a realidade. Por isso, precisamos falar de cotas também no Parlamento.

Precisamos de cotas para mulheres no Legislativo. Somos 52% da população brasileira. Precisamos olhar para a Câmara, para o Congresso, para as assembleias e nos ver nessa proporção. Só assim faremos a diferença.

Assim como defendemos cotas no serviço público, nas universidades, no Judiciário, precisamos garantir presença em todos os espaços de decisão. Não basta eleger algumas. É preciso que haja estrutura, apoio e representação para sustentar as pautas que levamos.

E eu peço desculpas pela efusividade, mas é impossível não ser. Estou mobilizada, porque as mulheres negras estão chegando em Brasília, em movimento, em marcha, junto com muitas mulheres brancas.

Nós vamos marchar. Sempre marchamos. Marchamos por dignidade, pelo bem-viver, por uma sociedade em que mulheres não sejam assassinadas, não precisem conviver com a violência dentro de suas próprias casas. Precisamos transformar esse mundo. E essa transformação só será possível se estivermos ocupando todos os espaços de poder."

**“A violência contra as mulheres na política ou nos nossos corpos, nos diferentes lugares que ocupamos, precisa ser desconstruída profundamente no imaginário da sociedade brasileira. E isso passa, necessariamente, pela disputa de espaços.”**



Foto: Reila Silva/Secom/TSE

## FLÁVIA OLIVEIRA

Jornalista

“Quero estruturar minha fala em dois eixos de reflexão. E é curioso, porque pensei em falar sobre solidão justamente em uma mesa em que estou muito bem acompanhada. Não é comum — e isso precisa ser reconhecido e celebrado — que hoje possamos estar aqui, no Tribunal Superior Eleitoral, reunidas entre mulheres, entre irmãs, na diversidade que nos compõe. Somos quatro mulheres negras neste palco, há inúmeras mulheres negras e brancas na plateia, mulheres indígenas representadas. Essa foto é muito reveladora, porque não era trivial até pouco tempo atrás. A diversidade feminina não se apresentava nesses espaços de representatividade.

No entanto, acho importante tensionar um pouco essa reflexão. Já celebramos, festejamos, e isso é importante, mas é preciso ir além. E faço isso a partir de dois eixos.

O primeiro é o que chamo de solidão: essa representatividade única não pode nos contentar. Temos nos acostumado a festejar a primeira mulher a ocupar determinado espaço no mundo corporativo, midiático, político, no Judiciário e, quase sempre, a

sociedade se contenta com essa representatividade única. Isso foi a primeira... e continua sendo. E as outras? Quando virão?

É fundamental que a gente reflita e pressione as instituições e o mundo político. Se a gente pensar na política partidária, a composição dos partidos políticos, das legendas que estruturam candidaturas, que planejam campanhas e sistematicamente interditam, limitam e restringem a participação feminina, ser a primeira é importante, mas não basta. Não podemos ser a única.

A celebração da primeira ocupação é necessária e bem-vinda, mas não nos contempla. Inclusive, sob a ótica de uma violência, está a ideia de que uma figura única represente toda a diversidade que aqui se faz presente e que, na sociedade brasileira, é ainda mais ampla. Uma só mulher, em um papel ou em uma posição de destaque, não dá conta da agenda, das demandas, nem da própria representatividade do coletivo de mulheres e da sociedade como um todo.”

“E aí entro no segundo ponto, que chamo de confinamento. Mulheres chegam a determinadas posições, muitas vezes, de forma solitária, como únicas. E, para além dessa baixa representação, acabam sendo confinadas a agendas ditas identitárias de gênero e raça. É preciso ultrapassar essa fronteira que pressupõe que mulheres só tratam de temas relacionados a mulheres – e que mulheres negras ou indígenas apresentam propostas exclusivamente vinculadas a gênero e raça, desconsiderando as interseções que nos constituem.

É absolutamente fundamental consolidar a ideia de que mulheres estão habilitadas a participar de todo e qualquer debate público, inclusive porque todo debate público também diz respeito à vida das mulheres. E, para transitar com um ‘tiquito’ mais de conforto – já que venho do jornalismo econômico –, trago exemplos: o debate orçamentário, o debate tributário, o mercado de trabalho, a macroeconomia, a atividade econômica, os índices de preços, todos esses temas não são universais para os homens e eles nos envolvem diretamente.

No entanto, ainda há certa perplexidade – ou mesmo exotização – quando mulheres são chamadas ou se inserem nesses debates, que são, em essência, também femininos. Afinal, se somos maioria da população, se estamos à frente de grande parte das famílias – especialmente monoparentais –, se somos provedoras, se somos as mais impactadas por um mercado de trabalho informal, precarizado, mal remunerado e com pouco acesso à proteção social; se somos nós que sofremos os efeitos de decisões orçamentárias que não consideram a complexidade social na distribuição de recursos e na formulação de políticas públicas; e se somos também mais afetadas por um sistema tributário regressivo – que pesa mais sobre quem ganha menos –, sendo nós, justamente, o grupo com menor renda.

As mulheres estão concentradas nas faixas de renda mais baixas, apresentam maiores índices de desemprego e de informalidade, o que as coloca fora da proteção social e sob maior carga tributária, seja no consumo, seja sobre toda a cadeia da sociedade.

No ano passado, tive acesso a um estudo que analisava a tributação de produtos considerados essencialmente masculinos e femininos, incluindo, entre os femininos, aqueles ligados ao cuidado com crianças. A análise demonstrava que os produtos mais consumidos por mulheres são, justamente, os mais tributados. Falamos de carrinhos de bebê, fraldas,

absorventes, em comparação com lâminas de barbear e até medicamentos voltados ao público masculino.

Diante de uma estrutura tributária tão marcada por desigualdades de gênero e também de raça, considerando que mulheres negras, pessoas negras e indígenas estão majoritariamente nas faixas de menor renda e mais expostas à informalidade e ao desemprego, como aceitar que esse sistema, tão desigual e assimétrico, seja conduzido como se representasse um padrão universal? Um padrão centrado em um grupo específico: homens brancos, frequentemente tratados como referência de universalidade.

Essa universalidade não nos contempla, ela nos exclui. Por isso, pensar a democracia como substantivo feminino é reconhecer essas duas dimensões: a insuficiência da representação única e a limitação de uma ideia de universalidade que não abarca a diversidade da sociedade.

E democracia é sobre isso. É sobre estarmos presentes em todos os espaços, em número suficiente para tensionar as argumentações e participando de todo e qualquer debate que diga respeito não às mulheres, não às mulheres negras, mas a toda sociedade brasileira.”

**“A representação única não nos contempla, e a universalidade contida no gênero e na raça dos homens brancos tampouco dão conta da diversidade, da necessidade e da nossa relevância e reivindicação.”**





Foto: Reila Silva/Secom/TSE

## BENEDITA DA SILVA

Deputada federal

“Democracia é exatamente o direito de você pensar diferente ou pensar igual. Não faz diferença. E é também um momento de aprendizado, é um momento de reflexão e um momento do qual nós não podemos abrir mão de falar daquilo que nós sentimos, que é nossa convicção em falar. Então, eu quero primeiro agradecer muito o convite da nossa ministra Cármen Lúcia. Penso que nós teremos, sinceramente, muito mais oportunidade de relacionamento, de melhorar inclusive todas as demandas que nós colocamos dentro do Poder Legislativo quando, em harmonia, os poderes se encontram e se consultam. Nem por isso nós precisamos ter uma ‘expertise’ que não tenha algo que contribua. Então, quando eu estava... Eu guardei uma coisa, a política de cotas, que depois eu vou falar, e a questão da economia.

Eu fui lá atrás de uma história que talvez ninguém tenha aqui contada nos livros, mas eu alcancei os meus... as minhas bisavós, e me contaram o que fizeram com elas durante o processo escravocrata. Então, eu acho que tem uma história um pouquinho mais antiga. Não está

escrita nos livros, mas me serviu como orientação para que eu pudesse tomar algumas das decisões que tomei na vida. E, quando elas me contavam o que aconteceu com elas, como eram aquele momento que eu não vou aqui retratá-lo, veio uma coisa muito interessante. Eu, leiga, ouvindo aquela história, a história de uma escravidão contada por mulheres negras que passaram por todos aqueles tratamentos e instrumentos que nós, historicamente, reconhecemos e sabemos, e olhei o ponto de vista da Casa Grande e do ponto de vista da Senzala em relação às mulheres. E uma das coisas que eu considero mais cruel era primeiro o fato de ter ensinado, de ter dito que manga com leite faz mal exatamente para que as negras pudessem amamentar os filhos da sinhazinha. A outra coisa era dizer que a sinhazinha teria que se casar com Manoel João, com quem seus pais escolhessem. Então, a sinhazinha, escravinha, sinhazinha, para mim, na minha avaliação de leigo, era uma escrava sexual que ajudava na fortuna da família. Essa foi a minha interpretação. E essa interpretação veio do papel dessas mulheres negras. Eu pergunto, do ponto de vista psicológico, do ponto de

vista educacional, do ponto de vista político, qual era mais fácil para essas duas mulheres escolherem? Seria liberdade para elas escolherem com quem se casar, com quem amar? Ou seria liberdade para a escrava negra ficar livre para poder cuidar da sua vida mesmo sendo pobre? As possibilidades eram outras e que não acabaram no Brasil.

Nós vivemos ainda um processo escravocrata nos nossos sistemas, seja de formulação política, seja de formulação ideológica ou seja de relações humanas. Então, a possibilidade que nós encontramos na vida, nós temos que agarrar, e, a partir dessa nossa interpretação, que não é dada nem por partido político, nem pela igreja, porque a gente entende que é uma coisa espiritual dada por Deus, de que caminho eu devo seguir, eu penso que fica muito difícil, muito difícil, nós, mulheres, ainda, não nos apoderamos do nosso gênero, da nossa raça, para fazer a nossa luta. Nós saímos mais fracas. Nós saímos mais fracas dessa disputa. Eu fui para a universidade com 40 anos. Eu estou com 83. Qual a possibilidade que me deram para eu fazer Economia? Eu queria fazer Medicina. A minha neta fez Medicina, mas a minha filha não fez a Odontologia que ela queria. Porque existem, gente, tempos e tempos para cada uma de nós individualmente. Nós nascemos em berços diferentes, sabe? Nós tivemos situações diferentes que marcaram consideravelmente o nosso psicológico, o nosso ideológico. Não tem gente que mata friamente e não se arrepende de nada? Tem outros que não, que entram em pânico. Ele teve aquele... Pronto, e saiu fazendo uma bobagem. Eu digo isso, porque eu entendo que a nossa luta, principalmente a luta da mulher negra, que, no dia em que eu deixar de falar sobre esse assunto, aqui eu posso falar que eu não tenho nem voto aqui, nem sou de Brasília. Então, coloquei o nome para ser candidata ao Senado. E é impressionante o que eu pude ouvir.

A minha idade, eu tenho que dar vez para outro, como se eu estivesse tomando a vez de outra pessoa, que eu já estou com a validade vencida, todas essas coisas ouvi. Esqueceram totalmente que eu já passei pelo Senado. Esqueceram totalmente toda a trajetória que fiz. Meu Deus! Se esqueceram da minha trajetória, eu não posso abrir mão daquilo que me fortalece, daquilo que me faz ser quem eu sou, daquilo que faz com que eu possa avançar cada dia mais para que mulheres, iguaizinhas a Benedita da Silva, estejam aqui no Tribunal, estejam no Congresso Nacional, na presidência da República, onde elas quiserem estar. É para isso. Ninguém nasce primeiro à toa, gente. Ninguém nasce primeiro à toa. Você nasceu primeiro, aprendeu primeiro, apanhou primeiro... Faz alguma coisa! Exatamente isso. Então, eu penso que essa questão da democracia e o fato de estar dialogando, nós teremos, sim.

É importante fazer uma conversa com os partidos políticos, mas é muito importante, porque nós, sozinhas ideologicamente, não damos conta, não damos conta de ter todos os nossos direitos garantidos. Não damos conta entre os nossos iguais, que dirá entre os diferentes? Então, é importantíssimo isso que nós estamos vivendo hoje aqui nesse seminário. O que é democracia? Ela é feminina? Até que ponto, quando chegam os recursos para serem divididos, essa democracia deixa de existir. Vai-se para um ponto de vista ideológico e faz-se a disputa ideológica, faz-se a disputa política. Então, o ser humano, ele tem que estar completo para poder fazer enxergar e ver essas coisas dentro das condições que estão preestabelecidas. E ele escolhe se ele vai aceitar ou se ele não vai aceitar.

Eu quero dizer que eu nunca fui laranja. Nunca, nunca, nunca fui laranja. Porque, do ponto de vista, eu tinha que fazer essa disputa. E essa disputa foi uma disputa que nós fizemos. Então, para concluir, essa minha fala é só para dizer o seguinte: se não fossem políticas de cotas, nenhuma de nós estaríamos, nem branca nem negra, no Congresso Nacional brasileiro. Não estaríamos. Isso eu posso garantir. Eu não gosto de falar de mim, gosto de falar dos outros. Então, a Marta Suplicy apresentou na Câmara dos Deputados, e Benedita da Silva apresentou no Senado federal. Foi aí que os partidos começaram então a tratar dessa questão das políticas de cotas, que na época era 30%. Até hoje esses 30% não saem, porque a gente batalha, dá um jeitinho e não consegue achar esses 30% para que possam fazer esse investimento.

**“Se não fossem políticas de cotas, nenhuma de nós estaríamos, nem branca nem negra, no Congresso Nacional brasileiro. Não estaríamos. Isso eu posso garantir.”**

Então, a política de cotas é uma denúncia da fragilidade da má-formação ideológica, desvio ideológico. Tudo isso faz parte da política de cota, de denúncia de que uma população majoritariamente feminina e negra, ela não tem uma representatividade à altura. Ela não tem, até porque, como eu disse no individual, no ideológico, quando nós pegamos uma bandeira de luta, nós vamos lutar por aquela bandeira, porque ninguém vem para o Congresso Nacional apenas dizendo: ‘Olha, eu vou querer ser relatora da comissão

de finanças da Câmara'. E o acordo político: 'Vamos escolher você', mas não vão mesmo! E é onde que escolhem? É fora ou dentro do seu partido? É fora ou dentro da sua bancada? Somos seres humanos, gente, somos seres humanos. Nós mulheres, temos que ainda lutar, e lutar, e lutar para que outras possam encontrar um caminho um pouquinho mais largo, não tão estreito quanto nós enfrentamos.

Não posso abrir mão dessas bandeiras, porque eu não sou menos eficiente por ter uma convicção de que o caminho que eu estou indo é o caminho que me dá algum retorno. Porque, se eu for por um outro caminho, mudar o meu campo de disputa, eu não tenho exército, mas esse que eu estou, eu tenho. Uma caminhada. As mulheres estão aqui, ó, negras, brancas, indígenas, elas estão aqui. E por isso eu penso que fortalecer essa nossa ministra Cármen Lúcia, fazer com que esse seminário seja um seminário do qual o Tribunal Superior Eleitoral faça realmente uma fiscalização. A primeira é nos partidos políticos, para ver se estão ou não estão cumprindo verdadeiramente a cota, porque é um absurdo achar que não cumpriram, porque nós não estávamos lá. Não é verdade. A mulherada está toda aí.

E nós vamos crescer nessa próxima eleição e vamos crescer muito, e não vamos crescer por conta do desastre que foi, que aí a gente pode contar. E aí eu termino de verdade, que é o seguinte, nós lutamos pelas cotas, aumentamos a nossa cota, não tanto quanto nós queríamos. Ah, chegamos a 18% das mulheres negras, e um dos motivos, pelo menos no Brasil inteiro, internacionalmente, foi o desastre, foi aquela coisa horrorosa do assassinato da Marielle, que as mulheres se levantaram revoltadas, e nós fomos para a rua brigar. E aí nós aumentamos o nosso número no partido político. Ajudou muito para que nós, mulheres negras, pudéssemos crescer naquele exato momento.

Mas eu não quero ver nenhuma deputada, nenhuma vereadora, nenhuma prefeita morrer para que eu possa chegar aonde nós temos que chegar. Então, meninas, eu posso dizer assim, eu tenho 83 anos, faço questão de dizer isso. Eu me delicio com esses meus 83 anos, porque eu desafio, eu estou desafiando aí a lei da gravidade para dizer que é possível. Eu quero fazer alguma coisa antes de morrer. Eu quero ver um outro resultado antes de morrer. E, para mim, ano que vem, o resultado melhor que nós podemos ter é se o Tribunal Superior Eleitoral realmente dá um aperto bom nesse partido, porque nós estamos neles.”

Foto: Reila Silva/Secom/TSE





Foto: Reila Silva/Secom/TSE

## Democracia e violências: atitudes e platitudes sociais



Foto: Luiz Roberto/TSE

### MARIA RIBEIRO

Atriz e escritora

“Que honra imensa estar aqui com Luiza, com Viviane, com Fafá e com a Excelentíssima ministra ‘gênia’, que eu amo, maravilhosa, Cármen Lúcia. Quando a Excelentíssima ministra me convidou, eu não tinha a menor ideia do que era. Estava completamente sem tempo de preparar nada. Mas, se ela me chamasse para correr, eu, que não corro, correria. Achei muito bonita essa proposta do substantivo feminino, porque é bonito quando a gente volta para a origem das palavras e descobre de onde elas vêm. Às vezes a gente redescobre a palavra. O dia que eu descobri que ‘coragem’ era ‘agir com o coração’, do latim, isso mudou a minha vida, porque deixou de ser uma coisa de ser valente ou impetuosa e passou a ser ter coragem de se sentir assim.

E eu acho que o que eu mais tenho para dizer é que eu cresci achando que o legal era ser homem, porque eu venho de uma família muito machista, assim como eu ainda sou machista. Eu sou feminista e machista, porque eu sou fruto do meu tempo, o tempo inteiro lutando, mas hoje em dia... E quando eu descobri o feminismo, e Helô Buarque, que, quando morreu, morreu já Helô Teixeira, mudou de nome, aos 83 anos, ela resolveu usar o sobrenome materno. E mesmo mulheres que não se dizem feministas, porque até o termo... eu estou às vezes um pouco cansada, porque às vezes eu acho que o termo não dá conta, e às vezes ele vira uma peça de venda, um produto, e não exatamente a ação. E eu acho que aqui eu estou do lado de mulheres que, de fato, na ação, contribuíram muito para a nossa democracia, porque não tem como a gente ter democracia.

Na minha casa é assim: eu vivo com os meus dois filhos e agora eles são grandes, eu não mando mais, não tenho mais voz nenhuma. Está difícil. Mas era assim: cada dia um escolhe um filme. Cada dia... Então, desde muito cedo assim, de tentar ser uma coisa palpável. Mas obviamente essa questão da representatividade é fundamental. Não tem democracia em que você tem a maioria masculina, tanto nos espaços de poder quanto na chefia dos lares, que, aliás, são predominantemente chefiados por mulheres no Brasil. Mas, enquanto a gente não reconhece a economia de cuidado, que é uma coisa invisível, que é feita por mulheres, sem as mulheres, a sociedade não avança. A gente, mesmo que para quem decide não ter filho, normalmente é a pessoa que cuida da mãe. São as mulheres. Sempre na minha vida que eu passei por qualquer perrengue, eu fui cercada por mulheres, e não por homens.

E o que eu acho mais interessante que aconteceu comigo, que eu acho que pode acontecer para muita gente, é que eu achava legal ser a menina dos garotos, a menina do papai, a que era a amiga dos meninos. E durante muito tempo eu mesma olhei para as mulheres meio assim, sabe? 'Ah, não, eu tenho que ser durona'. E agora eu só me interessar por mulheres. Eu sou assim. Os meus filhos não aguentam mais que eu fico o tempo inteiro falando de divisão e às vezes questionando os homens. E eu falo: 'Gente, não é pessoal, não é pessoal. É só para vocês estarem educados e saberem que a gente vai, e a gente precisa ainda de muita coisa', mas a gente já conquistou um monte. E aqui... e acho que o que eu tenho feito de mais feminista no meu trabalho é exaltar outras mulheres que às vezes acho que a gente tem dificuldade de pegar e... tem uma amiga minha que fala que, quando as pessoas fazem obituário de famoso é 'eubituário', porque dificilmente você louva a pessoa, você se coloca junto. E então a gente poder fazer isso com as pessoas vivas é melhor ainda. Então, acho que esse exercício é um exercício muito bom para democracia e que é positivo, como a Luiza estava... a gente estava comentando lá em cima, que é de a gente pegar e falar: 'Olha só, a gente tem aqui uma advogada incrível, uma cantora incrível, e a Luiza, uma empresária que muda a vida de outras pessoas', porque a ação pessoal é muito poderosa.

Uma só pessoa pode mudar a vida de várias outras... A gente às vezes fala assim: 'Mas sozinho eu não consigo nada'. Não. Mentira. Sozinho consegue tudo. A ministra está lá, a única mulher no meio de tantos homens assim. E assim, várias pessoas. As religiões vêm a partir de uma pessoa que cria aquilo. Então eu acho que a democracia, conforme a gente vai se fortalecendo nesse grupo 'de somos mulheres incríveis', isso pode ser contagiante. E aí, se a gente tiver mais mulheres em espaços de poder, em todas as esferas, a democracia vai ser mais possível.

**“Eu acho que a democracia, conforme a gente vai se fortalecendo nesse grupo ‘de somos mulheres incríveis’, isso pode ser contagiante. E aí, se a gente tiver mais mulheres em espaços de poder, em todas as esferas, a democracia vai ser mais possível.”**

Eu queria falar só uma coisa, desculpa, Fafá, que eu achei muito bonito o que você falou desse canal que você criou, inclusive de incluir os homens, porque eu acho que tem duas coisas muito importantes aí. Uma é de a gente não se poupar diante do outro, porque eu vejo às vezes que quem detém o saber muitas vezes se 'encastela', assim, né? Eu sei lá, você pega um táxi, eu agora estou fazendo um exercício... Bom, eu gosto de conversar, eu falo para caramba, falo sem parar, então já é uma coisa natural. Mas antigamente eu acho que, se eu percebia que o motorista era uma pessoa muito diferente de mim politicamente, não sei o quê, com a polarização, você fica meio com medo.

E hoje em dia eu faço um esforço muito grande de conversar. E aí eu descobri que tem dois assuntos que você consegue... um é o futebol, sempre funciona. E o outro é o Tropa de Elite. E aí... E é muito curioso, porque eu estou há 15 anos ouvindo de homens. Homens me encontram e falam assim: 'Quem manda no meu batalhão sou eu'. 'Não abra a boca para falar do meu batalhão!', e eu sempre achei isso engraçado e tal. De uns anos para cá, eu falei assim: então essa cena é muito legal, mas você lembra o que acontece na cena seguinte? Ela vai embora, ela o deixa, ela casa com outro. Então não é legal, porque ele pega e dá uma... É uma coisa muito violenta. É uma mulher que está no puerpério. Tudo bem que é o Wagner Moura, mas, mesmo sendo Wagner Moura... Então, eu estou falando a coisa de a gente distribuir educação, porque isso é uma das coisas mais tristes da desigualdade. O saber. Ele deveria... O saber é de todo mundo, porque não foi... Não foram os ricos, não foi a elite que inventou a matemática, o latim. É uma coisa que vem de anos e anos e anos, e que deveria todo mundo ter acesso, mas, por uma questão econômica de desigualdade, não é. Então, tem pessoas que detêm o saber e outras pessoas que não. Porque uma coisa é você... quer comprar uma bolsa, um carro, tudo bem. Agora o saber deveria ser democrático. De todo mundo. Então, eu acho muito poderoso quando a Luiza pega a empresa dela e faz dentro da empresa, né, que, em tese, porque é uma coisa que é para ter lucro, mas não perde a noção de que a gente está aqui e que a gente pode, sim, distribuir o nosso saber, porque você falou da educação, do país da educação, do futuro... Você está de alguma forma educando essas pessoas, inclusive os maridos, porque muitas vezes eles também são vítimas da violência que eles fazem.”



Foto: Luiz Roberto/TSE

## FAFÁ DE BELÉM

Cantora e compositora

“Obrigada pelo convite, ministra. Sou sua admiradora, como o Brasil inteiro é. Pela sua retidão, pelo seu olhar de doce autoridade. Ninguém brinca contigo, e isso é muito bom. Muito obrigada por existir nas nossas vidas. E aqui somos várias gerações de mulheres empoderadas. Maria Ribeiro, conheci ainda menina, e virou essa mulher que escreve em defesa de mulheres e de causas importantes. Luíza Trajano, conheço há muitos anos e tem uma história fabulosa. Uma história de mulheres que não são de hoje, vem lá de trás.

A minha história começa com um pai muito generoso, uma mãe da época dela. Então, quem me fortaleceu a ser quem eu sou foi o meu pai, com os seus livros, com a sua biblioteca fabulosa. E mamãe admirava, mas segurava, porque era a menina da casa, a quarta de três irmãos. A minha casa foi uma casa dividida, mas só na conversa. Minha mãe era Baratista, a família toda dela, um grande político do Pará (Magalhães Barata), de direita e tal. E papai era contra Barata. Então, sábado o pau comia, mas ninguém brigava. Discutia-se, ponderava-se, levantavam-se questões.

E eu acho que o mais grave de hoje é a polarização. Eu acredito que o grande esquecimento da sociedade, o

reencontro da sociedade em 1984, quando as pessoas foram para as ruas entender de novo que o destino do país estava na mão de cada um, o reconquistar a democracia, sair da ditadura de uma forma... Teotônio me disse uma vez: ‘Fafá, a gente não pode derramar tanto sangue nem tanto ódio como foi na anistia. A caminhada das Diretas tem que ser suprapartidária, e ela tem que ser transversal, ela tem que atravessar a sociedade’. Muitas pessoas não sabem nem que esse país é deles. Foram tantos anos de um acultramento do seu poder pessoal, da brasilidade, foram tantos anos retirando nossos símbolos pátrios, que a gente tem que caminhar com todos os partidos. Se um tomar a frente, não será, não teremos caminho para a democracia. E eu vejo que hoje está muito partido ao meio. Se você não concordar absolutamente com o que eu falo, eu te odeio. Se você não tiver os mesmos ídolos que eu tenho, você é afastado do meu currículo, da minha vida, etc. E eu acho que não é esse o caminho. E acho que o caminho é olharmos para todos e percebermos que há o lado A e o lado B em todo ser humano. A direita é horrorosa. Não. A extrema direita é horrorosa. Há uma ideologia de direita, se a pessoa segue aquele caminho e se ela consegue ideologicamente falar, porque ela tem aquele objetivo, é uma coisa.

Vivemos um momento de muito ódio. E eu acho que a nossa juventude está muito embasada em palavras de ordem, para mim é a pior coisa que existe que são as redes sociais. Então, qualquer um pega uma bandeira e defende alguma coisa de direita ou de esquerda, sem base no que está defendendo. Eu tive agora, recentemente, a oportunidade de ver a COP (COP30 Brasil Amazônia) ser possível no meu estado. Era uma xenofobia violentíssima. Nós tínhamos hotéis, tínhamos o preparo, tínhamos receptivo do Rio, de São Paulo, nós não temos, porque nós fomos apagados, fomos apagados pelos vários apagamentos. Fomos apagados na *Belle Époque*, depois fomos apagados depois da Cabanagem, fomos apagados depois que a borracha saiu de lá, e cada vez mais o Brasil virando de costas, como se a Amazônia fosse um *playcenter* de diversão e que você diz de cima para baixo: 'Olha, vocês devem fazer isso'. Acho que a coisa mais importante dessa COP é que tinham homens e mulheres nas ruas felizes, olhando para quem vem de fora e dizendo: 'Nós somos isso'. A Amazônia é feminina, a democracia é feminina. Eu acho que a democracia é a grande mãe que abraça a todos e que você deve honrá-la com atitudes, segurando a mão do outro, entendendo o outro, tentando transformar o que para ele é óbvio do que não é.

Eu ontem estive com a minha neta, que tem 13 anos, e ela perguntou para mim assim: 'Mas vovó...', sobre o atual momento, 'Mas por que prenderam Bolsonaro?' E eu falei: 'Não prenderam Lula?' Aí ela: 'É.' Eu falei: 'A gente não tá prendendo... A questão não é contra um homem. É contra todo o avanço social que o que ele representa quer calar'. Então só ele. Infelizmente, está em todo o mundo. É o avanço do feminismo, da mulher, do negro, do homossexual, os direitos conquistados é o que eles querem acabar, criando uma sociedade burra e servil. Aí ela falou assim: 'Eu acho que eu entendi'. Eu falei: 'Você vai entender'. Então, quando eu falo e falo para lá e para cá e para lá e para cá, porque, na minha cabeça, é para lá e para cá, para lá e para cá.

Quando eu, com nove, dez anos de idade, eu vi muitos amigos dos meus irmãos desaparecerem de casa, sumirem pelas mãos da ditadura, ao mesmo tempo eu ouvia a discussão dentro da minha casa, onde pessoas de ideias antagônicas ou de ideologias antagônicas conseguiram consertar ou achar o caminho do meio e almoçavam com muita tranquilidade. Depois vinha a música e o belo almoço, o belo jantar. Eu entendo que esse país é um país de abraço. Esse país é um país de todos. E a nossa função, porque nós somos a grande Mãe, a sociedade matriarcal, que é o que comanda esse país. Na minha infância havia o matriarcado machista. Minha mãe dizia assim: 'Não, isso não, Fátima... Aquela ali, coitada...' 'Coitada, por quê?' 'Está apaixonada pelo teu irmão.' 'E isso é ruim?' 'Não, porque tem mais umas três'. E eu digo: 'Você não vai proteger essa mulher?'. 'Fátima, tu não sabes em que mundo tu vives'. Eu tinha nove, dez, 11, 12 anos. Com 12 anos, ouvi minha tia dizer... Eu dei uma gargalhada, e ela falou: 'Credo, nunca vai ser ninguém na vida'. Eu falei: 'Por quê?' 'Porque, depois da gargalhada, nenhum

homem vai te querer'. Aí eu falei: 'É preciso um homem me querer para eu ser alguém na vida?'. Mas isso eu tinha de onde? Dos livros que meu pai me dava, dos livros que eu fugia, botava na escada os proibidos. 'Quem pegou Gabriela?' 'Fátima...' 'Papai, tá embaixo da minha cama'. Aí eu peguei um banquinho.

**"Eu entendo que esse país é um país de abraço. Esse país é um país de todos. E a nossa função, porque nós somos a grande Mãe, a sociedade matriarcal, que é o que comanda esse país."**

Então acho que cabe a cada um de nós abraçar o outro. Não ter medo de 'perder', entre aspas, porque, quando você aposta no outro, você ganha a possibilidade de acender uma luz. E, quando essas luzes todas se acendem na tua casa, na tua família, no teu vizinho, aquele cara insuportável que vai para as ruas de bandeirinha, se chamar esse cara, 'Qual é a tua? Vai catar coquinho'. Qualquer coisa que se fale pode ser positivo para trazer alguém para o seu lado, para que ele entenda que, sem a luz, ninguém caminha. Que ele entenda que, para ele caminhar, muitos tiveram que ficar no meio do caminho. Que ele entenda que sem a democracia e sem avanços sociais é impossível seguir. Então, por isso essa coisa da democracia ser feminina, porque nós somos... nós agregamos, nós agregamos. Mulheres que não têm filhos, que têm filhos, que optam por nos reduzir filhos. Mas, no final das contas, somos nós que abraçamos, independentemente da nossa orientação sexual. É a mulher que abraça, é o feminino do masculino que abraça. E a democracia é feminina, porque junto com ela vem a coragem, vem a não submissão, mas precisa de outra mulher do seu lado para que a gente continue caminhando. Muito obrigada, ministra.

Eu sou de Belém, nascida há 69 anos, com essa carinha de 68. Saí de Belém há 50 anos. Há 17 anos, mais ou menos, eu vinha... peguei um avião e tinha uma moça muito atrapalhada. Aí caiu a pasta dela, eu peguei a pasta dela, depois, dentro do avião, me deixou cair tudo de novo, juntei de novo. 16, 15 anos mais ou menos. E ela falou: 'Ah, você é a Fafá de Belém'. 'Sou'. 'Ah, eu estou numa agonia aqui'. 'Percebe-se'. Foi por causa do negócio das meninas balseiras. Eu, que sou de lá, não sabia de meninas balseiras, que são as meninas que são negociadas normalmente por uma mulher e são levadas para uma balsa para serem usadas sexualmente pelos balseiros. E aí elas são colocadas numa canoa empurrada para balsa com um papel e um lápis. Cada uso... São meninas de nove, dez, 11, 12, não... 13, já está gasta. Esse é o nível. Eu nunca tinha ouvido falar disso. Ficava em frente à gente no Marajó e nas Ilhas. E aí procurei a Luciana [Temer], e ela tinha feito... Essa moça

era da Dreyfuss, que é uma empresa francesa e que tinha ganhado uma série de portos em Belém, porque tudo é feito pelo rio, para os rios. E a Dreyfuss disse para devolver todos, porque ela não ia ser parceira de abusadores de crianças. Aí ela foi me contar essa história. Fiquei muito chocada. Procurei a Luciana.

Bom, nós chegamos a um momento... Isso virava uma nuvem de fumaça. Porque os políticos 'bingam' crianças. Se as crianças, o pai das crianças não 'colabora', entre aspas, eles são perseguidos pelo prefeito, pelo vereador, que vai buscar crianças que já fazem e já vão para as balsas. Crianças de nove, dez, 11, 12, 13 anos, 13 'já está gasta', são esses os termos. A mãe dela não faz nada, porque foi assim com o pai dela, mas ela finalmente arranjou um homem que se casou com ela. Então, ela se omite em relação à filha. A avó dela também já passou por isso. A minha leitura é que essas crianças e essa cultura... Uma vez, conversando com a filha de um ex-governador que fazia o pedido da ação social, eu falei: 'Mas como é que você...?' Ah, isso é uma cultura... 'Como é uma cultura?' Eu imagino que isso, os grandes latifundiários do Marajó nas festas exigiam uma virgem. E isso, o pai... Então, tem um ditado que pega ali... Melgaço, [...] do Brasil, Curralinho, Breves, enfim. 'Eu plantei a bananeira, a primeira banana é minha'. Então, o pai deflora a criança. O pai... A mãe faz de conta que não sabe. E aí essa cadeia então... Ninguém conseguia furar isso. A Luciana não conseguiu.

Mas uma menina chamada Mariana Brennand, filha do Heráclito Fortes, Marianinha teve comigo. Convivo com ela desde os cinco anos de idade.

E aí  
e u



falei... ela estava triste. E eu falei: 'Mariana, isso, isso...' Ela falou: 'Eu vou fazer o filme'. 'Você não vai conseguir. Você não vai conseguir, porque...' Ela falou: 'Eu vou...'. Há dez anos. Ela começou a pegar... Pegou a irmã Henriqueta, Dom [...], que era o bispo do Marajó, perseguido, tocaram fogo na casa dele. Enfim. E ela fez um filme memorável chamado Manas. Quem puder assistir, porque é de um frontalidade, de uma sutileza, ela vai no cerne do problema. Então, Mariana fez um filme corajoso, denunciando e jogando a responsabilidade... As meninas vão para as balsas para se livrarem da tortura do pai. Basicamente é isso. E o Estado está onde? Não está. Não está, porque politicamente tem vereadores, tem deputados estaduais, o próprio prefeito, o juiz da cidade que se beneficiam dessas crianças, e, para o forasteiro, fazem bingos, bingó, que são frutinhas. O açai é a virgem. O maracujá é um pouco... Não é tão virgem assim.

Então, eu... fiquei muito, muito... falar uma coisa que eu falo mesmo, a boca é minha, como diz o outro. Houve uma campanha muito machista em relação a Manas não estar no Oscar. Entendeu? E eu acho o outro filme maravilhoso, O Agente Secreto. Eu acho o diretor maravilhoso, mas fizeram uma campanha orquestrada contra Manas, e eu acho que nesse momento Manas tem um papel muito mais importante do que qualquer outra coisa. As denúncias que fizeram em Ainda Estou Aqui, O Agente Secreto é maravilhoso, tem uma imagem fantástica, mas é a sequência de uma denúncia que é importante manter. Mas, nesse momento, onde nós estamos acordando para o Brasil, eu acho que a campanha que foi feita, machista, orquestrada dentro da *internet* contra Manas, é muito grave. Então, eu volto a falar da coisa, que é importante a gente estar de olho em tudo, porque às vezes uma pessoa que você considera uma pessoa bacana, se o pirão dele vai esvaziar, ele vai em cima do teu. Então, isso não tem a ver com classe social. O trabalho que a Luiza faz, trazendo para a consciência do gerente, que pode até ter assistido alguma violência com a mãe dele. Mas era o hábito. Essa consciência é que nós todos temos que ter. Assistam Manas, enfim, porque é um grande trabalho de várias mulheres falando de uma realidade brasileira por acaso no Marajó, mas acontece com os caminhoneiros da fronteira de Sergipe... E tem essa coisa de a gente falar da democracia... gente, acontece nas Casas Bahia, no Saul Klein. Ninguém falou isso. Exatamente. É inacreditável o que aconteceu com o Saul Klein. E tem um *podcast* incrível da Cristina Fibe chamado Silenciadas, onde ela conta os casos do João de Deus, do Saul Klein, do Márcio [...], enfim, várias questões de vida, de violência contra a mulher, de assédio e tal. E é engraçado que empresas que são comandadas por mulheres têm essa preocupação com a violência, e as empresas que são comandadas por homens... E isso tem a ver com democracia, porque ninguém quer perder. Então, eu acho a

história... aí tem a ver com a coisa da imprensa também, que é comandada só por homens. Por que durante anos todo mundo soube do João de Deus e não falou nada? Por que durante anos todo mundo soube do Roger Abdelmassih e não falou nada? Por que durante anos todo mundo soube do Saul Klein e ele não falou nada? Porque só pensa no lucro, e só faz sentido o lucro com... como a Luiza falou, lucro com propósito. Porque existe uma coisa que tem que ser maior do que isso, que é a democracia.

Vou falar de uma outra realidade, que é a realidade das ilhas, a realidade da Amazônia. É uma outra realidade. Agora, para a COP, estava uma loucura: não tinha hotel, hotel era uma loucura. Aluguei uma casinha do outro lado do rio. Uma amiga minha fez uma... pegou... fez... O ribeirinho fez uma casa para ela, fizeram uma parceria que é dele... uma confusão ali de comodato. É um acordo em que ela usa a casa, ela constrói a casa, depois eles alugam a casa... e eu aluguei essa casa, no meio de uma comunidade. Fantástico. Acordava, mergulhava no rio, olhava aquele rio encher, aquele rio descer. Ninguém... A comunidade me trazia o ovo, trazia o peixe. Um dia, deitada na rede, eu comecei a ouvir uma gritaria. Uma gritaria. É o rio largo que é o furo do Bené. Quando você sai da baía e entra para atravessar o [...], enfim, a Amazônia. Eu..., mas era uma gritaria grande. Eu falei para minha assistente: 'O que está acontecendo?' Ela disse: 'Espera aí, dona Fátima'. Ela foi lá e falou assim: 'Tem um homem batendo numa mulher, numa rabeta no meio assim... Não é possível. [...]. Ele jogou uma faca nela. Eu levantei e falei: 'O que está acontecendo aí?' Aí o cara disse uns xingamentos e eu disse: 'Não! Tu que vai!' E ele jogava facas numa mulher com uma criança no colo. Quando eu comecei, peguei meu telefone: 'Tô ligando pra polícia!', fala o número da polícia aí que eu não sei qual é o número da polícia. 'Estou ligando para a polícia. Tem o cara aqui, aqui...' Não tinha ninguém. Eu não tinha o número da polícia.

Bom, aí o cara parou de jogar. Jogou duas facas nessa mulher com o bebê no colo. A criança chorava, e ele ofendia de lá. 'Eu tô chamando a polícia!'. Até que finalmente chegou o número da polícia. Falei assim: 'Liga pra lá! Não atendia. Eu disse: 'Liga para Nena', que é dona do Saudosa Maloca. Liga para ela, porque ela vai saber como é que a gente aciona a polícia. Aí ela falou: 'Capitão, não sei o quê...' 'Tô chamando o Capitão não sei das quantas!' E o homem no meio do rio, a mulher lá na outra ponta, e ele puxava aquilo ali. Ele conseguiu ligar o barco e saiu. Aí o tal do capitão me ligou. Eu falei: 'É isso, isso, isso'. Fotografamos. E aí eu falei: 'Liga pro pessoal aqui da comunidade'. Ela falou: 'Aí, disseram que não vão se meter, porque toda vez que ele bebe é isso'. Eu falei: 'Mas como toda vez que ele bebe é isso?' 'Aí ele bebe, aí dá dois bofetões nela, ela bebe...' Eu falei: 'E ninguém protege essa mulher?' Ela estava com uma criança no colo, ele jogou dois facões em cima dela. Estava esbofeteando essa mulher. 'Não, a gente não se mete'. 'Como vocês não se metem?' Aí a Nena ligou e falou: 'Fafá, todas as meninas

que atendem a gente aqui, que fazem o... que são as garçonetes, elas conhecem esse casal'. 'E ninguém faz nada por elas?' 'Não, é porque aí alguém liga, e o pai dele vai lá buscá-lo, dá duas bofetadas nele'. Aí liguei de novo ao Capitão não sei das quantas, o nosso 'Capitão Nascimento'. Falou o seguinte: 'A brigada já está atrás dele. Nós temos duas lanchas que são cor-de-rosa só para atendimento de mulheres. Mas a gente faz a ronda, faz a ronda, faz a ronda e ninguém se mete. Elas não fazem... Sabem que existe a violência. Então, a conscientização dessas mulheres e desses homens que moram lá, que sabem que aquele cara é um cara violento, e que toda vez que ele bebe é assim, é essa mentalidade, né, Luiza, que a gente tem que trabalhar. Trabalhar essas mulheres.

Deixa-me terminar a história dessa moça do barco. A polícia veio, o rapaz fugiu, conseguiram cercar. Ele pulou na água e desapareceu. Ela concordou em fazer a denúncia. Foi levada para a delegacia junto com a criança. Disseram 'medida protetiva'. Ela que fez a queixa contra ele. Ela foi abraçada pela Polícia das Águas, e ele foi preso. Quanto tempo ele está preso, eu não sei. Mas também nós podemos fazer pequenas ações, porque essa mulher com certeza vai dizer para as outras que existe uma polícia para cuidar dela. Hoje existe, por causa da Maria da Penha, de entenderem que a polícia da mulher, a delegacia da mulher, muitas vezes eram homens que debochavam de mulheres abusadas. Hoje mulheres estão à frente disso. Então, vamos fazer pequenos passos."





Foto: Luiz Roberto/TSE

## LUIZA TRAJANO

Empresária Magazine Luiza

“Bom, primeiro quero dizer que eu sou de uma família em que as mulheres já assumiram posições, então eu já nasci privilegiada. Nasci no interior de São Paulo, em Franca. Uma das coisas que me ajudaram muito foi eu não querer perder minha essência. Hoje eu vejo o tanto que isso me ajudou a levar até agora. Eu nunca tive vergonha da minha essência e tive mulheres muito fortes. A minha tia, que era uma grande empresária, dizia: ‘Dinheiro não é problema, vamos trabalhar que dá’, mas não tinha nenhum pingo de inteligência emocional. Mas tinha uma mãe que tinha inteligência emocional: ‘Vai sozinha, que você é capaz. Faz isso’. Eu sou filha única, sobrinha única, e, desde os 12 anos, eu... parece que eu nasci com a missão. Eu sou democrática por natureza. Quem convive comigo na empresa sabe como eu sou por natureza. Na hora de escolher o destaque, tem que todo mundo participar. Não pode ser só o chefe. Na hora de criar o conselho, ele é feito pelas pessoas que não têm cargo. É uma coisa dentro de mim. Com 12 anos eu já estudava em colégio de freira da minha cidade, e minha mãe falava: ‘Para de discutir no colégio. Transparência demais é falta de educação’, porque eu já discutia bolsa, porque não tinha pobre lá,

por que não tinha... Então, assim, eu nasci com esse espírito já.

E uma das coisas que me ajudaram muito foi que eu nunca perdi esse espírito democrático de justiça. Não sei se eu sou Libra, se isso ajuda também, mas eu nunca tive mulheres fracas, e eu fui entender mesmo o papel da mulher quando comecei a trabalhar, saía de Franca para ir para São Paulo. Eu fui entender que a mulher tinha que lutar muito mais. Mas eu também tenho feito uma coisa com as mulheres e tenho pedido para vocês. Eu chegava em São Paulo falando ‘porta’, ‘portão’, numa empresa muito desconhecida, só no meio de homens. Eu fiquei uns 20 anos sendo só eu de mulher. Mas eu levantava a mão e não saía com raiva, mas eu não saía. ‘Acho bom vocês me ouvirem, porque eu tenho uma boa ideia’. Então, eu nunca saí de uma reunião com homens, mesmo quando eu não era conhecida, em que eu não me posicionasse. E hoje eu estou falando muito para as mulheres: não precisa brigar, mas tem que se posicionar. A mulher, quando dizem: ‘Nossa, que roupa bonita’, responde: ‘Ah, comprei baratinho’. O homem não fala isso para a gente, então a gente tem que dizer: ‘Obrigada,

obrigada, obrigada, você está bonita, obrigada'. Então, a nossa luta é de pequenas coisas. Esses dias eu estava com uma reitora, e ela falou: 'Ah, Luiza, mas até hoje...'. Eu falei: 'Levanta a mão, fala o que você quer falar'. É muito diferente da minha época, em que saí do interior para poder dizer. E eu era ouvida, porque também não tinha jeito, eu levantava a mão e falava: 'Eu acho bom vocês me escutarem, porque eu tenho uma ideia boa'. Não tinha jeito de me falar 'Não, não vou te escutar'. Era até falta de educação. Então eu acho que a gente vai...

**“Eu nunca saí de uma reunião com homens, mesmo quando eu não era conhecida, em que eu não me posicionasse. E hoje eu estou falando muito para as mulheres: não precisa brigar, mas tem que se posicionar.”**

E outra coisa que eu luto muito, gente, é para mudar de ciclo. Eu não espero o ciclo me mudar. Eu mudo antes. E agora está na nossa vez, de mulheres, de negros, de mudarmos de ciclo. A nossa luta não é mais para ser aceita. A nossa luta agora é para ter poder e para ter cargos de alto nível. A nossa luta agora é essa. É pular para 50% em cargos de todos os níveis possíveis, ter um prazo, e a gente lutar para isso. Tem 47 tipos de guerra no mundo e não tem uma mulher no poder lutando contra a guerra. Se nós tivéssemos mulheres no poder, mudaria tudo. 'Ah, mas tem mulher'. Gente, é muito pouco. Eu estava conversando com a deputada agora. Nós temos o grupo 'Mulheres do Brasil', que hoje tem 138 mil mulheres de todos os níveis. Nasceu aqui em Brasília e era um grupo totalmente suprapartidário. Mas a gente é clara nas nossas causas e a gente luta. Vocês veem que eu levo muito meme, 'ela é PT, ela é de esquerda', mas, se eu for ver os 20% das pessoas que metem o pau em mim, eu vejo os 80% que falam bem também. Vai ter sempre gente que fala mal, não tem como... o que você não pode é abrir mão do que acredita.

E aí esses dias eu estava contando que eu estava em Harvard, com jovens de 23 a 30 anos, e eu fiquei muito feliz, ministra, porque são jovens que já estão definidos, já estão morando com alguém, e eu vi o tanto que eles eram carentes de ouvir: 'Olha, você pode ganhar dinheiro e não abrir mão do seu propósito'. Porque ou você ganha dinheiro, ou você abre mão do propósito. Eu tenho uma imagem em que tenho uma raquete de pingue-pongue na mão com duas coisas: uma é o lucro, e a outra é o propósito. Muitas vezes eu falei para

eles: 'Eu tive que renunciar ao lucro para não perder o propósito'. Mas depois eu vi — e conto casos técnicos para vocês — que isso me ajudou futuramente a não abrir mão daquele propósito para não abrir mão do lucro. Então, eu acho que você pode conseguir isso.

E a violência bateu na minha porta. Sim, eu sempre... desde o grupo Mulheres do Brasil, a violência contra as mulheres era uma coisa muito forte em nós. Eu até participava de debates iguais a este, falando da violência, isso há 13 anos. De repente, gente, há oito anos a empresa cresceu. Hoje nós temos 1.200 lojas, temos um faturamento grande, você vai perdendo o controle e tem que começar a fazer acordos, porque senão você fica sabendo das coisas no jornal. Aí eu fiz um acordo com a segurança: 'Olha, se acontecer uma coisa grave na companhia, vocês me mandam *WhatsApp*. Se for mais ou menos, me mandam *e-mail*. Mas eu não quero saber pela imprensa'. Você começa a fazer acordos, porque cresce muito, é muita gente entrando. Até que um dia eu estava saindo da revista *Exame*, e o segurança geral nosso, que toma conta de toda a segurança da companhia, disse: 'Preciso falar com você'. Quando eu liguei, ele falou: 'Nós perdemos uma funcionária em Campinas, a Denise, de 37 anos, 17 anos de empresa, morta pelo companheiro à canivetada'.

Eu confesso a vocês que eu fiquei muito mal, porque, apesar de eu trabalhar com isso, eu nunca tinha levado isso tão grande para a empresa. Mas eu sou muito caótica, viu gente? Eu sou de fazer para depois estudar o que eu estou fazendo. Uma vez eu tive muita dificuldade na época da vacina para explicar para um amigo, presidente de uma empresa internacional, o que era 'caótico'. Aí fui fazer um evento e eu estava na fase do caos ainda. Ele foi fazer um evento com uma consultoria e resolvi falar: 'Por favor, fala para o meu amigo que as coisas estão mudando, o que é caótico...'. Aí ele falou: 'Na bandeira do Brasil está escrito Ordem e Progresso. A Luiza põe o progresso, depois ela põe a ordem'. Aí foi um alívio para mim, eu devo a ele até hoje essa explicação.

Então, dentro desse caótico, a primeira coisa que eu fiz foi a gente enfrentar que, em briga de marido e mulher, o Magazine ia meter a colher, porque nós não íamos perder mais nenhuma funcionária a partir daquela data. Eu comecei a conviver com a família, gente, é muito triste, perde todo mundo: perde a família, perde o companheiro e os filhos ficam com terapia o resto da vida. Pode acreditar. Eu nunca vi um perca-perca tão grande quanto quando uma mulher é assassinada pelo companheiro. Todo mundo perde. E aí a gente foi trabalhar isso. E hoje na empresa nós temos um canal direto, nós temos um aplicativo nosso de compra que fala sobre isso. E é muito bonitinho ver os homens gerentes de loja dizerem: 'Eu achei que eu ia cuidar da venda, da imagem, de tudo, mas eu tive que cuidar da violência'. E meti a colher uma vez e vou meter sempre, porque a primeira coisa que nós fizemos foi trabalhar os homens da ponta, porque é lá que as coisas acontecem.



Foto: Luiz Roberto/TSE

**“A primeira coisa que eu fiz foi a gente enfrentar que, em briga de marido e mulher, o Magazine ia meter a colher, porque nós não íamos perder mais nenhuma funcionária a partir daquela data.”**

Fafá, 15 anos atrás eu fui a Belém. Eu vi tanta pobreza que eu liguei para a Fafá na hora e liguei para minha amiga que mexia com artesanato. Falei: ‘A gente não pode deixar essa pobreza aqui’. E depois de um tempo, o Magazine entrou com 50 lojas e um centro muito grande lá. Eu já vi que tinha mudado, e eu fiquei maravilhada com a COP e muito brava com quem falou mal, porque é outro Belém. Eu convivi muito, voltei duas vezes lá, é outra história. Estive com o meu pessoal de base, que é a equipe de loja. Eles estavam numa alegria danada. O que eu falei foi o seguinte: profissionalmente, como Mulheres do Brasil, a gente fez vários movimentos lá, e, como empresária, eu reuni minha

área de logística: ‘Acredite no Pará, o Pará vai estar mudado, ponha produto lá, faça preço, olhe para esse Pará diferente’. Então, quando você tem o olhar dos dois, você acaba antecipando coisas, porque lá todo mundo estava com emprego, totalmente diferente do que eu enxerguei há 15 anos.

E a violência, gente, é uma coisa muito séria. Aí nós criamos linhas, criamos coisas. O meu sonho, Fafá – e eu já discuti isso com a Luciana Temer – é porque as meninas lá no Pará estão sendo estupradas muito seriamente. Eu ia fazer esse movimento antes da COP, mas a gente vai fazer em fevereiro. Nós vamos reunir todos os frentistas de posto, todos os nossos caminhoneiros, os barqueiros e pedir uma aliança num grande evento. Porque, quando você põe a responsabilidade na ponta, a ponta reage muito melhor.

É muito importante. Eu passo muito esse filme para os meus amigos. Já fiz muito evento para mostrar que tem muita coisa que custa barato, porque o governo já oferece muito apoio, só que está muito fragmentado. Mas, quando a empresa entra, o companheiro fica com medo de a gente denunciar no próprio trabalho dele, sem você falar nada, porque a gente não é contra ele, a gente é a favor de salvar a mulher. Nunca mais, em dez anos, nós não tivemos

nenhum caso de feminicídio na nossa empresa. E olha que a gente está no Brasil todo, porque os próprios companheiros de trabalho ajudam. E não tem nada pior do que isso. O tipo de violência é muito difícil, porque existe a psicológica, a material, a patrimonial..., mas a pior não é só a física, porque a física você demonstra; é a psicológica, porque ela faz a mulher voltar ao ciclo muito fácil. Então, a gente tem que ter apoio. E, gente, tem que meter a colher. Vocês podem denunciar, porque não aparece o nome de vocês de jeito nenhum. Tem redes hoje muito grandes, o Mulheres do Brasil cuida muito bem disso.

Eu sou muito a favor... eu nem sou a favor de ter muitas delegacias da mulher, porque elas fecham, e o que mais funciona nisso é a ronda. Quando você tem ronda, dia e noite, a mulher pede ajuda às duas horas da manhã e a ronda chega na casa dela. Muitas vezes ela não tem dinheiro para ir na delegacia e a delegacia está fechada à noite. Agora, a ronda... nós estamos lutando para ela não atenda apenas mulheres com medida protetiva. A ronda tem que atender qualquer mulher que esteja correndo risco. Nós estamos lutando politicamente para tirar essa restrição. Hoje já tem muitas rondas em vários estados: Maria da Penha, Margarida... não importa o nome. Essas mulheres da ronda são apaixonadas pela causa, e a nossa luta no Grupo Mulheres do Brasil é para ter rondas em todos os lugares, porque vai salvar vidas.

A violência está muito mais próxima do que a gente pensa. A gente acha que só acontece em família pobre. Quando a gente começou a se abrir, viu que acontecia com secretárias, com pessoas de alto nível que não falavam. O nosso objetivo primeiro era furar a nuvem. E hoje, quando dizem que 'aumentou', é porque hoje todos os veículos de TV e jornais falam da violência. Antigamente não se falava. Hoje a gente vê falar mais, o que é bom. Já era para ter diminuído, mas acho que falta a sociedade civil entender que a responsabilidade é dela. A violência é terrível e todos perdem. O companheiro ou se mata ou fica marcado pelo resto da vida. Ele não precisa disso. A única coisa que eu não aceito é diferença salarial. Diferença salarial não é algo que passa de pai para filho; é caneta. Nenhuma empresa tem que pagar 20% a menos só porque é mulher. Eu falo para meus amigos presidentes: 'Isso é caneta'. É só chegar lá e falar que não quer. Agora, as outras questões vêm do ambiente em que o homem foi criado. Mas é a política pública que muda um país.

Tem uma lei que o Senado e o estado de São Paulo estão fazendo que eu acho muito importante: que 3% a 5% das empresas prestadoras de serviços (faxina etc.) deem preferência de emprego para mulheres em situação vulnerável. Isso resolve muito. Temos testemunhos no Mulheres do Brasil de que isso salvou mulheres. E sobre o SUS... eu acho que a melhor Constituição que existe no Brasil é a do SUS. Se você pegar a Constituição de 88, não tem que mexer em nada, é perfeita. Nós só temos que fazê-la funcionar. O meu sonho era tornar o SUS independente como fizeram com o Banco Central: ligado ao governo, mas

sem indicação política que possa mexer. Se o Banco Central, que é dinheiro, está assim, por que a Saúde não está? O SUS é perfeito e eu sugiro que vocês estudem a Constituição dele para verem o que estou dizendo.

Eu só quero dizer que são muitas crenças limitantes essa ideia de que mulher não gosta de mulher. Não é verdade. O grupo Mulheres do Brasil quebrou isso. A gente é superamiga. Eu encontro meninas de sete anos dizendo que querem ser como eu, e mulheres de 50 também. E nós temos que sair daqui com o 'pula para 50'. Nós queremos 50% de mulheres nos cargos. Vamos ter eleição para deputado e senador, e 40% do orçamento está na mão deles. Então, vamos ter muito cuidado em votar em mulheres que se comprometam para a gente melhorar a situação."



Foto: Luiz Roberto/TSE

## Consenso de gerações: democracia e liberdade sem idade: passado, presente e futuros



Foto: Reila Silva/Secom/TSE

### KAREN LUISE

Juíza do TJRS e conselheira do CNMP

A juíza Karen Luise mediou a roda de conversa 'Consenso de gerações: democracia e liberdade sem idade - passado, presente e futuros', com a presença da atriz Denise Fraga, da presidente da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Lúcia Braga, da jornalista Basília Rodrigues e da líder indígena Thaís Pitaguary.

#### Confira a fala da juíza:

"Neste último painel, nesta roda de conversa, sinto que será uma roda de esperança, um diálogo de esperança. A gente tem tantas dificuldades na participação feminina na cena pública, nos espaços de poder; a gente luta todo dia, combatendo as múltiplas formas de violência (psicológica, econômica, política). Mas este nosso painel nos provoca a pensar nesse consenso de gerações, nos provoca a refletir sobre como podemos dialogar com esses jovens que estão chegando às urnas,

com essas jovens mulheres que vêm aumentando a sua participação, e levar-lhes esperança de como podemos construir um mundo diferente, um mundo no qual o que nós dizemos e o que nós fazemos também importe.

Então, é a partir desse ponto que eu gostaria de iniciar as minhas provocações às nossas panelistas, para que possamos fazer um percurso de reflexões, de esperança, de troca de ideias e de compartilhamento de impressões sobre a nossa história, o nosso país, o nosso mundo, a partir dessa ideia de 'democracia, substantivo feminino'.

Eu imaginei que faria uma mediação tranquila, mas estou aqui totalmente emocionada pelo que está sendo dito. Inclusive por esse diálogo com os homens na plateia, essa disputa de espaço, de narrativa. Estou encantada pelo poder que vocês têm de mobilizar

por meio da arte. Este é um painel de esperança, e acredito que estamos conseguindo cumprir esse desejo de esperar aqui, de olhar para um futuro possível, um futuro que pode ser construído pelas nossas mãos.

Esse diálogo. Esse encontro de mulheres que está acontecendo aqui neste momento. Estamos nos ouvindo, estamos parando para pensar sobre nós e para nós.

Eu me lembrei de algo que acho que muitas pessoas aqui já perceberam: o número expressivo de médicos que temos nos parlamentos e nos cargos do Executivo. Muitos acabam migrando para a carreira política, ocupando esse espaço público e levando consigo suas narrativas.

E isso nos faz pensar o quanto é importante olhar para esse universo de mulheres que atuam na área da saúde e refletir sobre como elas poderiam, a partir de seus contextos e de suas experiências, contribuir com um outro olhar para a vida pública, para a cena pública, para aquilo que é de todos e de todas.

Isso nos leva também a uma reflexão mais ampla, sobre os espaços de poder: que democracia é essa que ainda não tem essa representatividade feminina, que ainda convive com esse déficit? Há algum tempo, escrevi sobre isso no Rio Grande do Sul e a reação não foi das mais tranquilas no Judiciário. Ao afirmar que há, sim, um déficit democrático no nosso país, justamente porque as mulheres não ocupam, de forma equânime, todos os espaços de poder, especialmente no Judiciário. Mas é nesse caminho que precisamos avançar.

E, a partir disso, é importante falarmos sobre as narrativas que podem encorajar ou desencorajar a participação feminina. Como a comunicação atua nesse caldo cultural no qual todos nós estamos inseridos? Como ela influencia a forma como percebemos e vivemos essa democracia, mais uma vez, como substantivo feminino.

Sinto que trazer as nossas histórias, colocar os contextos no centro do debate, faz toda a diferença e realmente faz. Este momento aqui foi a culminância do nosso evento: um momento que nos emocionou, que nos tocou profundamente, que deu sentido a essa grande roda de conversa. Foi, sobretudo, um momento de cura. Uma cura em muitos sentidos, porque a gente também se cura no diálogo.

Quero agradecer muito a presença de todos e todas, e, mais uma vez, o convite dessa mulher maravilhosa que nos representa e que leva a presença feminina para esse espaço de poder que é o Poder Judiciário.

Permitam-me um minuto para compartilhar uma experiência pessoal. Há cinco anos, no dia 24 de novembro, ocorreu, em Porto Alegre, um fato marcante: um jovem negro foi morto. Sou juíza do júri, e o processo chegaria

à minha Vara. Na ocasião, uma colega me disse: ‘Tu não podes julgar esse processo, porque envolve uma pessoa negra e tu és uma mulher negra’.

Traduzindo isso para o que estamos debatendo aqui, quando falamos em ‘democracia, substantivo feminino’, somos levadas a refletir sobre o lugar que ainda se atribui à mulher na cena pública e nos espaços de poder. Persiste a ideia de que a mulher é parcial, enquanto a neutralidade estaria no homem, de que devemos ser afastadas dos debates e das decisões, como se nossas vivências comprometessem a imparcialidade.

Este espaço, este encontro, este diálogo nos convocam justamente ao contrário. Convocam-nos a seguir construindo essa democracia – uma democracia substantivamente feminina – em que possamos pautar nossas vidas, nossas histórias e atuar como sujeitos nas tomadas de decisão, olhando para o mundo em toda a sua complexidade.”

Foto: Reila Silva/Secom/TSE





Foto: Reila Silva/Secom/TSE

## DENISE FRAGA

Atriz e produtora

“Agradeço muito esse convite para estar aqui hoje, fiquei muito honrada. Queria agradecer à ministra... Cármen Lúcia, você nos dá esperança todos os dias. A Luiza Trajano antes falou que ela, todos os dias, reza e vibra pela sua saúde, e eu vibro com ela, como tantas pessoas nesse país, a importância que você tem nessa hora. E que a sua saúde dê conta da sua coragem. Então, eu agradeço muito esse convite, fico muito feliz de estar aqui. Eu sinto que o diagnóstico está dado. Como a própria Luiza Trajano falou, a gente tem que sair do diagnóstico e a gente tem que entrar no que a gente faz. O que eu sinto é que a gente precisa, inicialmente, saber que o feminismo, a luta pela liderança feminina, o espaço das mulheres, a luta contra a violência contra a mulher (que a gente não devia estar nessa), inicialmente é uma luta contra a opressão. Mais do que tudo, a gente está lutando contra a opressão.

A gente precisa sair. Inicialmente, a gente precisa conversar, falar com quem tem os meios. Eu sinto que a conversa para e eu fico pensando: ‘Ah, a TV quer

essa questão’. Por que será que aumentou? Luiza falou aqui que era porque apareceu na mídia, mas eu acho que tem um ódio mesmo (real) dos patriarcas, que não estão sabendo o que fazer. Eles estão perdidos. O raciocínio feminino eu sinto que é muito complexo. Não é questão de ser mais inteligente, menos inteligente, melhor ou pior. Eu sinto que mulher tem uma natureza mais filigranada. Eu fiz 61 anos e eu fico vendo como a gente fica cada vez mais atenta ao detalhe. Eu acho que mulher até amadurece de um jeito diferente de homem. A mulher vai ficando mais detalhista, e o homem vai ficando mais ali no sofá. ‘Não, não precisa, não precisa...’. E se vacilar, a gente fica chata e eles ficam bobos. E eu acho que a gente precisa urgentemente fazer essa ponte, porque o que está acontecendo, eu sinto que a gente está falando muito não só na questão do feminismo e da luta da mulher e dos movimentos de minorias que não são minorias. A gente fala de minorias num país que é majoritariamente negro e pardo, majoritariamente feminino, e a gente tem cota... Está errado esse negócio.

A gente precisa urgentemente falar sem achar que somos. Uma coisa muito legal que a Flavinha falou aqui é: a gente tem que parar de dizer que as pautas femininas sejam de mulheres. As mulheres que estão no Congresso não podem fazer só para mulheres. A gente tem que fazer as pautas tributárias, a gente tem que estar no riscado, a gente tem que estar opinando lá, não tem que ser as pautas protetivas. Eu sei que a gente precisa de proteção antes de tudo, mas a gente tem a Lei Maria da Penha, a gente está falando de violência contra a mulher em todos os cantos, e o feminicídio não para de crescer. O que está acontecendo? Porque eu sinto que tem essa distância. A gente fala muito para quem concorda com a gente. A gente precisa fazer isso, porque a gente precisa fazer sororidade antes de qualquer coisa. E é verdade. Por que mulher ainda não vota só em mulher? Eu não consigo entender. 'Não, é que eu gosto dele'.

Existe uma coisa que a gente precisa fazer – urgentemente, eu acho – que é a reparação. Essa palavra que a gente fala que é esticar o elástico para o outro lado. Mesmo que você adore aquele cara, essa mulher aqui também é superlegal e ela vai poder fazer por você um tanto quanto que você gosta daquele cara. E, ao esticar esse elástico, talvez um dia, quem sabe, a gente consiga esse congresso *fifty-fifty*, no meio a meio, porque senão a gente vai ficar.... O que eu sinto é que a gente precisa urgentemente se sentar e falar não só com as mulheres [...]. Vou contar uma historinha. Meu filho, um dia, num Natal, a gente já tomando um vinhozinho assim, e ele começou a falar que as meninas feministas estavam muito chatas. Já tem muito tempo... Ele falou: 'É chato, mamãe, é chato. Fica toda hora aquele... Ficam falando, tudo bem, mas ficam falando coisa que a gente já sabe. Nunca achei que mulher tinha que ganhar menos do que homens. Eu nunca achei isso. Nunca achei que mulher é diferente de homem'. Eu virei e falei assim: 'Bravo! Que bom que você acha isso, que bom que eu pude te passar isso, mas agora então está graduado. Carimba o seu peito. Você precisa ser um homem feminista! Você precisa ficar atento imediatamente ao levantar da mesa, tirar o prato e ser o primeiro a fazer isso. Antes de qualquer coisa, você precisa entender como é que uma camiseta chega de novo na gaveta'.

Quando a gente vai pressionando, tem um negócio que eu não sei bem como faço isso... Então vai. Uma vez eu estava numa roda de conversa sobre o machismo no audiovisual, que é ferrado também. Agora tem muitas diretoras mulheres, mas é um negócio que precisa caminhar e tem uma violência, essa violência psicológica pequena vai minando muito. Eu acabei de fazer um filme, 'Livros restantes', que é um filme muito bonito, que é uma diretora casada com um fotógrafo que sempre fez com ela os filmes, e ela resolveu ter uma equipe com direção de equipe só de mulher – fotografia, cenário, tudo

mulher. Fez uma diferença danada. Mas isso é um ato político... Ela sofreu até de não estar com o marido, que é o parceiro dela trabalhando. Mas isso está no filme, isso imprime lá e faz uma diferença danada no detalhe. Mas a gente precisa fazer esse xaveco. Ele estava lá o tempo inteiro, meio mordido como produtor só, não fotografando, mas ele estava ali, coadjuvando ela que era uma beleza de ver, porque foi um trato. Agora, essa coragem, essa mesa que eu fiz no audiovisual, uma vez eu falei assim... Eu sinto que a gente está perdendo muitas vezes, Karen, na coisa do vociferar. O ódio, a indignação, a angústia, eu sinto que são um combustível realmente muito bom. Cuide da sua indignação, porque a sua indignação transformada ela é realmente..., mas você tem que cuidar dela, porque ela é um combustível muito explosivo e ela pode afastar quando esse discurso tem uma eloquência, que também é violenta muitas vezes, ele afasta e não chega a lugar nenhum. É preciso que a gente faça uma coisa, que eu tenho feito e que tem me divertido bastante, que se chama constrangimento afetivo. É você ter a coragem de perguntar assim: 'Por que você está falando isso? Mas você a conhece? Por que você acha que ela não vai funcionar? Você sabe que ela fez isso, fez aquilo? O que você sabe dela?'. Fazer perguntas. Mais do que fazer doutrinas, fazer perguntas. Eu fico pensando, todas as horas que eu estava aqui assistindo eu ficava assim: 'Tá, mas como? Como que a gente faz? Como é que a gente faz com esse país em que a gente sabe que meninas são estupradas pelos pais dentro das suas casas e no Congresso é votada uma lei de flexibilização do aborto?'

As meninas que engravidam, a maioria delas são crianças. É inacreditável. Diagnóstico dado. O que a gente faz se a gente não chegar nessa família, se a gente não chegar na casa que a gente ouviu, se a gente não achar que é com a gente? Eu faço [...] duas peças: uma delas tem uma história de abuso infantil dentro de casa de um menino. E eu fiquei muito impressionada com uma coisa que acontece depois da peça. Eu converso com a plateia antes de começar ali conversando com um e com outro, e depois eu converso no final. E isso tem dado uma esperança danada de fazer do teatro um campo de real... Eu acredito muito na transformação pela arte. E depois da peça, muitas e muitas pessoas vieram me contar suas histórias de abuso. Eu me vinculei até à campanha da Luciana Temer, do Instituto Liberta, que é Contar Liberta, que é exatamente se a gente conta, não precisa fazer nada, só conta.

Se você tem a coragem de falar do seu abuso na infância, Sheila, o que seja a violência que você sentiu, é importante o seu relato. Eu sinto que a gente está vivendo um tempo em que a gente está sendo vencido. Com a rede social, isso foi potencializado ao máximo, que é muito discurso para pouca história. Quando uma pessoa fala tudo que a Sheila falou aqui, eu falo 'aham', mas eu não me emociono. Quando a Sheila, junto com o discurso dela, me conta a

história dela de violência, o meu olho enche de lágrima. E através dessa empatia, a famosa empatia – que a gente está usando tanto essa palavra que tem medo de perder empatia pela palavra empatia – mas é que a gente tem uma coisa que a gente gruda na história, na vivência. A rede social virou um lugar em que há uma competição de discursos. ‘Eu acho, discordo, concordo’. Um tribunal em que gente foi matriculado numa escola de impaciência e de juízes (sem a nossa autorização) e nós estamos sendo formatados.

Eu sinto que a gente está vivendo um franco processo de desumanização. E está tudo junto e misturado com essa onda, porque a melhor herança que a gente tem da rede social é que vozes que nunca foram ouvidas passaram a ser ouvidas. Talvez a gente não conhecesse a Thaís, não fosse a rede social. E a rede social deu essa herança, mas, ao mesmo tempo, ela come a própria coisa nessa Torre de Babel que a gente virou, onde tudo se destrói. Então, se a gente não conseguir fazer esse exercício cotidiano de movimento para o outro real de escuta, mas é exercício, porque não está fácil. Eu escuto uma pessoa... Estou aqui escutando, Andréa está falando comigo. Eu começo a pensar: ‘Ai, meu Deus, não mandei aquele e-mail, não paguei, não fiz o Pix, não dei a comida para o cachorro, não liguei para a minha mãe...’. Por quê? Porque a minha atenção está sendo treinada todo dia a estar assim.

Uma coisa que eu fiquei impressionada é que a gente estava aqui em vários painéis falando de sororidade e eu dava uma olhadinha assim para trás e tinha muitas mulheres no celular, muitas mulheres não ouvindo, e a gente estava falando de sororidade. Eu acho que esse exercício de paciência, de escuta, eu tenho que ter a coragem de na hora que eu te liguei, Andrea entrou em tecla mute, e comecei a não ouvir, eu tenho que ter a coragem de falar: ‘Andrea, desculpa, a minha cabeça está tão zoada, a gente está com tanta coisa na cabeça, será que você pode repetir as duas últimas coisas que você falou?’. E nesse pedido de desculpa ela vai se reconhecer, porque ela também está dinamitada. Nós estamos todos estragados. Deu ruim, gente... Vamos combinar, está um caos. Eu achei que quando a gente tivesse uma sociedade em que as crianças se suicidassem, ia tocar uma sineta e a gente ia sair na rua dando a mão e falando: ‘O que a gente faz? O que a gente faz?’. Não, a gente não está fazendo isso diante de absurdos que a gente está vivendo, porque meninas, como a Fafá falou aqui, entrando na balsa com nove anos, a gente sabe disso, a gente sabe onde é, está acontecendo e não para de acontecer. E o que eu sinto é que, claro, precisamos de leis, precisamos da pressão para as políticas públicas, mas eu acho que, antes de tudo, a gente precisa transformar os nossos discursos em atos políticos diários: equipes só de mulheres; no cinema; em casa com o seu filho; no táxi.... Aconteceu uma coisa muito bonita comigo. Noutro dia eu estava dando uma entrevista para aproveitar o tempo do Uber/do táxi. Vi que a moça que estava dirigindo estava chorando

na hora, e aquilo me deu uma ideia: eu tenho que fingir que estou dando uma entrevista para falar para aquele moço, que eu acho que não escuta e que está ali, uma coisa que eu quero falar. Eu tenho que achar uma brecha. A gente vive em brecha, mulher vive em brecha.

**“A gente vive em brecha,  
mulher vive em brecha.”**

Minha avó, entrevistada aos 80 anos no aniversário dela. Minha mãe adorava filmar todo mundo e fazer entrevista com as pessoas nos seus aniversários. Minha avó, minha bisavó, 80 anos. ‘Vovó, como a senhora conseguiu manter uma família tão unida, que se reúne todo mundo nessa harmonia?’. Minha avó, do alto dos seus 80 anos – a gente achou que ela ia falar ‘muito amor’, ela falou: ‘Ouve uma coisa, finge que não ouviu...’. Por um tempo eu achei isso ‘olha só, sabedoria’, porque minha avó não era nada resignada, ela era uma matriarca ferrada. Só que eu quero ser a matriarca que a minha avó foi, mas sem precisar fingir que eu não ouvi. E eu posso falar assim: ‘Oh, deixa eu te falar...’. Só que a forma desse *approach* precisa mudar. É isso que eu sinto. Esse *approach* afastando. A gente precisa, nesse tempo de ódio, nessa hora que a gente está sentindo que está fervendo, a gente precisa fazer um exercício real de paciência, de escuta, de pergunta. ‘Desculpa, por que você está falando isso? Deixa-me tentar entender aquilo que eu não concordo’. Aliás, eu queria fazer uma camiseta. Cuidado para não discordar daquilo que você não entende, porque as pessoas estão discordando de coisas que elas não entendem. Dá vontade de falar assim: ‘Mas você não está entendendo o que eu falei... O que eu falei?’. Vou terminar. Essa peça que a gente faz, agora eu faço duas peças. A segunda é uma peça com o Tony Ramos, que viu a nossa primeira peça, ficou muito impactado e nos chamou para estar com ele, se a gente faria alguma coisa com ele, porque ele estava há 20 anos sem fazer teatro. E o Tony é um príncipe de gentileza e educação e delicadeza, é um homem amado pelo Brasil inteiro não só pelo artista que ele é, mas também pelo cara legal que ele é, um rapaz bacana, esse homem íntegro, bom pai, bom marido, tudo.... E a gente fez uma peça em que o Tony está falando para esse patriarca que está se desmilinguindo, esse homem que precisa se rever, esse hêtero branco normativo que precisa se rever.

Tem uma cena na peça, mas tudo com afeto, com escuta, ali na tentativa de manhã. Vejam a peça. Vocês vão poder ver, vai terminar domingo. Mas tem uma cena na peça que me dá muita esperança, porque a gente criou uma coisa, esse casal que permeia a peça discutindo, e aí uma hora que eu estou discutindo com ele, eu falo uma frase que tem tocado muitas mulheres e homens. O cara fala assim: 'Você quer que eu ache divertido uma DR?'. Aí eu falo: 'Não, mas é que quando você se desinteressa pelo que eu digo, não é só a mim que você está abandonando, é você mesmo. Viver de olho fechado é fácil. Você acha que o que te cansa são as coisas que eu digo, mas no fundo você está cansado de carregar o fardo de ser você mesmo, de ir carregando um monte de coisa que foi perdendo o sentido e que você não se preocupou em procurar.'

**“Eu acho que vocês estão todos cansados de viver desse jeito que vocês inventaram para viver: de ser aquilo que esperam que vocês sejam.”**

E nessa hora a gente muda a discussão, eu vou argumentando para a plateia, eu falo para um cara na plateia e a gente vai subindo. Eu estou falando do que me dói, eu estou falando para ele, mas eu estou falando para um homem aqui, e ele está falando de uma mulher lá. E a gente vai discutindo. Eu para um homem da plateia, e ele lá. E chega uma hora em que ele fala para mim assim: 'Você quer que eu peça desculpa por ser homem, é isso? Eu peço. Desculpa!'. E eu falo para ele: 'E o que vai mudar? Evoluir?'. Ele fala: 'Eu estou pedindo desculpa', e aí eu começo a argumentar olhando para cada um da plateia e eu falo: 'Por me interromper nas mesas, discordando de mim na frente de todos os amigos, para logo em seguida falar em alto e bom som exatamente o que eu tinha falado...'. Aí ele pede desculpa lá.

'Por achar que as coisas mais sutis que uma mulher fala são pelo em ovo...'. Ele pede desculpa lá. 'Por chamar grito de socorro de histeria.' Ele pede desculpa lá. 'Por não estar acostumado que discordem de você e achar isso ofensivo.' Aí isso vai para um grau... 'Por não achar que eu te ajudo quando eu lavo a louça, mas você me ajuda se lava.' Aí vai para o um grau que é: 'Para as 200 mulheres estupradas todos os dias nas ruas do Brasil... Para todas as mulheres estupradas dentro das suas próprias casas, pelos seus próprios maridos, sem sequer se dar conta...'. Num dos espetáculos, uma mulher gritou no meio da plateia 'obrigada, Denise' quando eu falei essa

fala. 'Para as 1.459 mulheres que foram vítimas de feminicídio no ano passado.' Essas falas eu falo olhando na cara dos caras, e isso me dá uma esperança danada. A ministra voltou. Cármen, isso me dá uma esperança, porque eu vejo e eu sei.

Eu falava para o Tony e para o Luís, que são dois homens que têm o seu machismo estrutural, que ensaiaram a peça comigo, eu falava para eles assim durante: 'Eu não acho que eu vou mudar os caras, mas eu quero no mínimo dar argumento para a mulherada'. E nessa hora que eu estou olhando no olho, muitos choram, muitos me pedem desculpa. Tudo bem, eu sou uma atriz. Eu estou ali no teatro com 600 pessoas, ninguém vai me dar um soco, vai pegar mal, mas o que eu sinto é que tem um fio qualquer ali que me indica essa falta de tentativa de a gente ainda atingir esse núcleo macio de quem está endurecido, porque eles não estão entendendo. Eles estão desorientados porque o nosso discurso, a nossa argumentação é muito boa. Nós somos seres filigranados, nós temos complexidades, a nossa argumentação é assim. E é nisso que a gente tem que se fiar na nossa capacidade argumentativa de conversa.

Eu sinto que a gente precisa urgentemente conversar. E como a Luiza, e quem tem os meios fale com a Maria agora, eu acho que quem tem os meios tem que se responsabilizar sobre os meios. Eu não consigo mais ser só uma atriz que faz uma peça, um personagem legal. Foi me dado um poder de comunicação numa era em que o meu país atravessa um caos, o mundo talvez atravesse um caos. Mas o que vai acontecer nos últimos anos realmente te põe num lugar que você não pode mais fingir que não é contigo. Não dá. Você vai colaborar com aquilo que você não quer. Então, que a gente se responsabilize. Quem tem os meios.... Flavinha faz isso na sua comunicação. Luiza tem os meios de falar com quem precisa ser desestabilizado, sensibilizado e, de alguma maneira, segurado no braço. A Luiza falou aqui do cara que matou a mulher e se suicidou. Esse homem.... É muito complexo isso que eu estou falando, é uma conversa longa, senão eu vou ficar até o Natal, mas espera. Não estou passando pano, mas eu acho urgente que a gente segure no braço firme. 'Você vai preso, meu querido, você entendeu? Porque você fez uma coisa que hoje no Brasil é lei, se chama Lei Maria da Penha. Você vai preso, porque você bateu na sua mulher, aquela que você ama e que você acha que, porque você bebe, você pode encher de porrada.... Não. Olha que tristeza. E tem um pouco de amor dela por você, mas ferrou, você vai preso. Agora a gente vai lá te visitar e a gente vai conversar com você sempre para ver se você sai de lá e não ache que.... Eu tenho certeza de que você não é esse monstro aí'. Eu acho que falta essa conversa, não sei. Tenho essa esperança, e o teatro é um lugar que me nutre essa esperança todos os dias, porque eu resolvi conversar com a plateia depois e antes e saber das histórias. A gente precisa urgentemente contar histórias, contar relatos antes dos discursos.”



Foto: Luiz Roberto/TSE

## LÚCIA BRAGA

Médica e Gestora em Saúde Pública  
Presidente da Rede Sarah

“Primeiro, quero agradecer à ministra Cármen Lúcia pela generosidade de me convidar para estar aqui com essas mulheres fantásticas que a gente está ouvindo o dia inteiro. A escolha das pessoas foi maravilhosa, ouvimos tantas coisas, aprendemos tanto. Está sendo um momento de troca, de sororidade, de empatia muito importante para todas nós mulheres. A ministra, quando me convidou, me disse assim: ‘Não é para uma palestra, é uma prosa’. Gostei disso muito. Muito mineira... Uma prosa. E nessa prosa você fala um pouco sobre saúde. Aí pensei: ‘Vai ser bom’.

Saúde também é substantivo feminino, como democracia, como liberdade. A mulher, na saúde, é maioria. Ela está em todos os cantos da saúde, é muito interessante. A mulher está como enfermeira, como técnica de enfermagem, como médica, como a pessoa que ajuda a fazer a comida, que faz a comida do hospital, a outra que distribui a comida, as que ajudam a limpar... Como é importante a higienização do hospital! Eu digo que são os profissionais mais importantes. Eles evitam a infecção hospitalar. Inclusive, quando recebe essas pessoas, a gente faz uma formação na Rede Sarah para que eles

olhem no microscópio. Eles são responsáveis pela não infecção e são predominantemente mulheres. A saúde tem predominantemente mulheres: médicas, fisioterapeutas, assistentes sociais, psicólogas, bioquímicas, farmacêuticas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogas. É aquela coleção de mulheres, só que muito poucas mulheres nas posições de poder. As mulheres da saúde fazem muito trabalho, elas são muitas, mas nas posições de poder elas são muito poucas.

**“Saúde também é substantivo feminino, como democracia, como liberdade. A mulher, na saúde, é maioria. Ela está em todos os cantos da saúde, é muito interessante.”**

Veja, no nosso país, a gente teve a primeira-ministra da Saúde mulher no governo atual. Quer dizer, a independência não foi proclamada na semana passada, e agora que a gente foi ter uma ministra mulher. Então, os espaços de poder, é interessante isso, porque eles são predominantemente ocupados por homens. E tem uma visão social também disso. Eu vejo assim e tem uma questão mesmo estrutural. Eu entrei para o (hospital) Sarah (Kubitschek) muito menina, eu era estagiária ainda, entrei muito jovem. E, no início da década de 80, eu já tinha uma liderança, eu já cuidava da coordenação da reabilitação das crianças com lesão cerebral. Eu tinha uma pegada de gestão, eu gosto muito da pesquisa em neurociência, gosto muito do atendimento, mas gosto também da gestão. E eu já tinha essa pegada de gestão. E aí o diretor na época foi me convidando para ser gestora dos programas. Então, na verdade tinha um hospital e eu fazia a gestão do hospital inteiro: era o quinto andar com a lesão medular, os paraplégicos, tetraplégicos; o quarto andar com lesão cerebral; o terceiro com as cirurgias; o segundo com a oncologia; e o primeiro com as crianças. Eu coordenava os programas. Aí apareceu um administrador que foi contratado para fazer o organograma. E ele fez um organograma: o gerente da área financeira, o gerente da área de recursos humanos, o gerente da área do patrimônio, do contrato [...] e eu era gerente da reabilitação, enfim, de todo o hospital. Só que o cargo deles, homens, tinha uma função gratificada aqui, e a gerente dos programas que fazia tudo, que era eu, tinha a função gratificada pela metade da deles. E ele expôs isso no hospital como uma coisa mais maravilhosa no mundo, isso na década de 80. Então, a gente vê esse tipo de preconceito e você fala assim 'interessante isso'... Aí eu levantei e falei: 'Mas que interessante isso, né? Quer dizer, eu pensei que aqui o paciente era o mais importante, porque a gente é da saúde, mas eu estou entendendo que a administração para prover o paciente é mais importante'. Aí ele falou: 'Não tinha pensado nisso'. Que interessante, ele não tinha pensado nisso. Era uma mulher cuidando lá dos pacientes, então que importância tinha aquilo? Ele ficou se questionando, aí o diretor na época, que era o Campos, falou assim: 'Eu acho que nós temos que refletir sobre esse organograma realmente'. E depois esse organograma acabou sendo mudado. Mas essa visão da mulher na saúde e do homem na saúde é uma visão interessante, porque a mulher está ali no cotidiano, no dia a dia, na beira do leito, mas quando a mulher fala...

Por exemplo, aqui no Brasil nós tivemos uma mulher incrível na saúde, na psiquiatria, a Nise da Silveira. Uma pioneira, uma mulher incrível que ali lutou e fez todo um trabalho. De repente, ela começa a crescer e ela admirava

muito o trabalho do Jung e ela faz uma carta ao Jung, escreve para o Jung as ideias dela. O homem recebe a carta na França e fica muito impressionado de ter uma pessoa no Brasil dizendo aquilo. E aí ele fala assim: 'Monsieur da Silveira, monsieur Nise, o senhor etc. e tal...'. Ele achou que a Nise era homem para estar criando uma teoria daquela. E aí a gente vê, neste século agora, em 2001, teve uma pessoa no Brasil muito famosa que teve um acidente, uma pessoa de posses, muita fama, e começou a procurar uma reabilitação que considerasse o contexto dela. Eu trabalho muito, eu criei uma teoria da reabilitação ecológica, ou seja, no contexto de cada um. Se eu vou reabilitar uma atriz, eu tenho que reabilitar pela arte de atuar. Se eu vou reabilitar um fotógrafo, a fotografia é meu meio, senão eu não vou para lugar nenhum. Isso eu vim falando no mundo e isso foi se expandindo. E aí eles começaram, essa família rica, essa família de posses, famosa e tudo, entrou em contato com o exterior. 'Ah, Estados Unidos, vamos levar ele para lá'. Aí os americanos: 'Olha, mas, para fazer assim, isso que vocês querem, para o paciente voltar ao contexto, quem faz isso é Dr. Braga', que meu nome é Lúcia Braga, entende? Dr. Braga. E aí falaram na Europa: 'Dr. Braga', e deram meu *e-mail*. E eles falaram: 'Dr. Braga, onde o senhor está?'. Século XXI, né? Então, é aquela coisa, continuamos nessa luta.

E a mulher, apesar disso tudo, nós superamos. Eu acho que aquilo que foi dito aqui hoje, nós temos que mostrar também o que tem de positivo, e tem muita coisa de positivo. E muita coisa que a gente está fazendo, por exemplo, lá no Sarah, na Rede Sarah, hoje nós somos nove hospitais, nós tratamos dois milhões de pacientes, tudo é público, todo mundo sabe, é pelo SUS. É só entrar no nosso *site*, a porta por onde entra qualquer pessoa é a mesma: é o nosso *site*. Entrou ali e já tem agendamento marcado. E nós temos muitas lideranças femininas, e essas lideranças femininas na saúde têm sido fundamentais. A gente vê, a mulher tem várias questões da saúde. Uma é o olhar para o paciente, para a pessoa. Eu não gosto da palavra paciente, a pessoa tratada. A pessoa chega, a gente olha para ela, a gente olha a pessoa, enquanto você vê que muitas vezes o homem olha o joelho. 'Bom dia, eu estou com dor no joelho'. Então, você não tem olho, você não tem contexto social, você tem um joelho. Já ouvi um colega falando para mim: 'Hoje eu atendi dois ombros, um joelho, um quadril...'. E eu falei, pensei eu: 'Que interessante. Eu atendi umas pessoas. Eu atendi o Pedro, atendi o Antônio, atendi a Ricarda. Eu atendi essas pessoas, gostei muito, são pessoas muito interessantes'. Então, a gente começa a mudar esse olhar. Aqui não atendemos joelho, não atendemos cérebro, não atendemos medula, a gente atende o ser humano. E a mulher tem muito esse olhar, o olhar do todo, o olhar de ver a pessoa em

todas as suas dimensões. Todos nós temos emoção, nós temos racional, mas nós temos emoção, nós temos sentimento. A gente quer ser ouvida. Como Denise falou, ouvir a pessoa que veio ser tratada, porque a pessoa sabe mais do que a gente da vida dela, de tudo. A gente constrói uma reabilitação, um tratamento junto. Acabou essa ideia de que 'eu sou doutora, eu tenho o conhecimento, você é o paciente'. Isso é antissaúde, é antimedicina, antiprática da saúde.

Eu acho que esse papel feminino, a sensibilidade feminina, isso funciona de uma maneira incrível na saúde, na recuperação das pessoas. E um outro ponto que eu vejo da mulher também, já num outro eixo, no eixo da gestão, eu sinto que as mulheres, elas são mais agregadoras. Eu quero ouvir todo mundo. Eu não vou ouvir só as chefias, as lideranças, eu quero ouvir todas as pessoas. Eu quero ouvir esta pessoa que veio se tratar, mas eu quero ouvir também as pessoas que vêm com ela. Se a pessoa vem com uma mãe, essa mãe tem que me dizer, essa mãe sabe mais dessa filha do que eu, ou uma filha sabe mais dessa mãe do que eu. Um

marido, uma companheira, um companheiro. Então, essa capacidade de ouvir mais e de agregar eu acho que é fundamental. E falando essa coisa da mulher na gestão, nós fomos colocando várias mulheres em diversos níveis das gestões das nossas nove unidades. E hoje a gente tem um índice de satisfação dos pacientes que é de 99% num hospital, numa rede pública. É muito bonito, né? A gente faz o Brasil. A gente faz o Brasil, e o Brasil dá certo. Isso que a Luíza disse hoje de manhã: nós temos que olhar para um Brasil que dá certo. E as mulheres com mais poder na saúde vão fazer uma saúde melhor para o nosso país. Eu acredito nisso.”





Foto: Luiz Roberto/TSE

## BASÍLIA RODRIGUES

Jornalista

“Oi, gente. Tudo bem? Boa tarde! Obrigada pela participação de vocês aqui. Muito obrigada pelo convite, ministra Cármen Lúcia. Eu não costumo preparar discurso, mesmo nessas interações já previamente marcadas em que eu poderia fazer uma coisa mais organizada. Organização temos, mas para não me ater àquele roteiro preposto, eu sempre olho muito o momento e ouço muito o que vocês estão falando, o contato que eu tive com o público, aí eu faço uma anotação de coisas que eu acho que seriam importantes a gente falar aqui. A gente está num momento de encantamento, para a gente aqui em cima do palco, para vocês aí na plateia, desde cedo, acompanhando este encontro marcado de nós mulheres conosco, com as nossas questões e de que forma, individualmente ou neste coletivo, uma pode ajudar a outra. Encantamento, então, é um sentimento, algo muito subjetivo, e que às vezes se perde, já que cada ser humano é um universo dentro de si. Imagina quantos *insights*, quantos gatilhos, as coisas que nós estamos falando aqui, diferentes vozes, cores, origens podem ter despertado entre vocês.

Então, eu quero me ater a questões objetivas também nessa fala aqui. Quando a gente faz uma busca rápida na *internet*, a gente encontra que as mulheres recebem 21% a menos do que os homens, que, por dia, quatro mulheres são assassinadas (mapa da Segurança Pública 2025). Então, são dados quentinhos – de maneira informal a gente pode chamar assim – e muito acessíveis, muito à mão. A Denise falou uma coisa, eu dei uma busca, a senhora falou outra, eu fui ali também. Então, está tudo aí. O diagnóstico já está feito e não é de hoje. Fazendo uma conexão com o tema dessa mesa que a gente fala sobre gerações de mulheres, então a gente segue vivendo os mesmos problemas, mas de que forma a gente está resolvendo isso hoje? Porque se evoluímos do ponto de vista dessa conscientização de que precisamos estar mais unidas, agir, hoje temos muito mais mulheres formadas, bem colocadas em seus lugares de trabalho, ainda que em um número aquém das possibilidades, hoje somos melhores do que no passado. Estamos numa situação muito melhor com uma mesa como esta, que tem tanto mulheres brancas quanto mulheres negras. Antes não tinha. Ou então, se tivesse, uma só, que é para cumprir aqui o toquenismo da mulher única, negra, num ambiente de poder como

este. Então, a gente já está melhor, mas o avanço que aconteceu nesse tempo, nessas gerações, é suficiente? Então, a gente já tem uma resposta objetiva para isso, de que não. Talvez a gente não consiga revolucionar o mundo, resolver todos os problemas. Eventos como o de hoje, que têm essa missão de chamar mulheres aqui para ouvir um diagnóstico que todo mundo conhece, para conhecer um pouco mais das curiosidades da fala e das vivências das mulheres aqui, o meu apelo (e aí voltando às questões objetivas) é que a gente possa sair daqui com uma missão, com uma lista de propósitos do que eu posso fazer a partir desse conhecimento que é nosso, das coisas que vivemos. Mas vocês também. A partir daqui, como eu posso ser mais do que um peão nesse xadrez? Uma peça que realmente tenha poder nesse xadrez? Eu sei que é difícil.

Para nós, que estamos em lugares de visibilidade, é difícil, imagina para quem não está numa função de coordenação, gerência, presidência de alguma entidade. Não existe uma fórmula para isso, uma resposta exata e definitiva, mas eu acho que essa missão que a gente sabe que tem precisa ser colocada em prática para que, além da participação, primeiro, além da marcação de eventos como este, que é uma coisa não usual, de você ter explanadoras e um público de gabarito falando de uma coisa que nos inquieta e que a gente quer melhorar. Então, para além da marcação de eventos como esse e da participação das pessoas, saindo daqui o que vocês vão fazer no ambiente pessoal, de trabalho, no individual ou coletivo? Volto a dizer que sei que não é fácil.

Eu, como jornalista, vivo então numa profissão em que a maior parte das pessoas é formada de mulheres. Há uma maioria de mulheres entre jornalistas. Nas escolas, nas universidades, há uma maioria de estudantes mulheres também. Mas na vida real, ainda que você tenha, até houve um momento aqui em Brasília que tinham algumas redações chefiadas por mulheres, isso não era uma garantia de lugar seguro para essas mulheres. É um passo. Mas sabe essa sensação de que você precisa de mais? Mais do que o diagnóstico, mais do que ter uma carta de intenções, mas sair daqui com um propósito e colocar em prática alguma medida, seja uma mudança comportamental ou uma mensagem que você manda para uma amiga, uma conversa que você vai ter com algum superior, tomar alguma decisão prática para que isso aqui não fique perdido no caldo das subjetividades, que é importante também, que às vezes repercute por muitos anos, só vai ter resultado lá na frente. Mas se a gente pudesse, eu falo que vocês, tratando-se consigo mesmas, no indivíduo, o que eu posso fazer agora para que eu consiga num evento como este e no futuro, meus filhos, meus netos, as outras gerações, consigam trazer para cá, para além do diagnóstico, os avanços? Porque, neste momento, não só o Brasil, mas o mundo vive uma fase de retrocesso. A maior democracia do mundo, os Estados Unidos, é um exemplo disso. Então, é difícil uma engrenagem só fazer todo o sistema mudar, mas se essa engrenagem já

está mais consciente, mais aberta para essas mudanças, entendendo que ela não é só o peão ou ela não é o peão, ela também pode mexer algumas peças dentro desse quadrado, eu acho que já é alguma coisa que vai ter resultado.

Uma presidente do Tribunal marcando um evento como este, e não é a primeira vez de conscientização sobre coisas tão importantes, questões nacionais, mas que também mexem com o íntimo de cada uma de nós, né? Quisera que a questão feminina fosse vista mesmo como uma questão nacional. Eu acho que é, porque, se somos uma maioria feminina no Brasil e sofremos de certa forma dos mesmos problemas, por que não dizer que quando mulheres ganham menos, quando mulheres são assassinadas, quando mulheres são desrespeitadas, isso é uma questão nacional? Então, dentro do seu microcosmo de pessoas com quem você lida, de decisões que todos nós tomamos muitas decisões diariamente nas nossas vidas, quantas delas, quais delas podem rumar nesse sentido do coletivo de tornar o ambiente mais seguro para as mulheres? E aí, claro, eu penso muito nas mulheres negras, que é a minoria da minoria nesse quesito. Volto a dizer, sei que não é fácil, porque já vivi situações em que entrei na sala da chefia para dizer: 'Você observou que mais da metade das pessoas que foram demitidas nesse último corte da empresa, mais da metade das pessoas eram negras?' Isso tem alguns anos já... A chefia disse: 'Eu não percebi isso, mas não foi proposital'. Mas aí que está a história do racismo, né? Pois é, se você perguntar para as pessoas assim numa plateia: 'O Brasil tem racista?' Todo mundo vai levantar a mão. 'Tem racista, tem racismo'. E se você perguntar: 'Quem é racista aqui?', ninguém vai levantar a mão, não tem esse autorreconhecimento da parcela de culpa. Quando eu entro na sala dessa chefia e falo: 'Você percebeu que, do universo das pessoas aqui demitidas, vocês conseguiram, numa sacada só, mandar embora mais da metade das pessoas negras com algum nível de visibilidade nessa empresa? Seja de vídeo, de comando...' Então, sei lá, tinham demitido 30 pessoas. A maioria era branca, porque há mais brancos do que negros trabalhando nessas empresas. Só que dentro daquele grupo dos negros, o que representava aquilo? Metade. Mais da metade dos negros com visibilidade naquela empresa tinham sido mandados embora. Ninguém percebeu isso? Nada mesmo é de propósito? Então, que pelo menos a correção seja proposital, já que as pessoas dizem que o erro não foi de propósito, que elas tomem uma medida para mudar o rumo do rio. Então, 'se você não estava sabendo antes, agora você está sabendo'. E aí, me diga, nesse caso específico dessa empresa, as coisas mudaram? Infelizmente, não. Passados alguns meses, houve algumas contratações, mas quem estava no barco estava pedindo um aumento salarial, uma viagem, uma condição melhor do trabalho, porque já estava na empresa. Estas pessoas negras não tiveram e ainda tiveram que ouvir: 'Mas, olha, eu contratei uma pessoa negra. Sabia que entre dez que tinham entrado aqui na corporação, uma é negra e vai ficar aqui com vocês no mesmo ambiente de trabalho?'. E aí eu perguntei (porque eu sabia a resposta):

‘É mesmo? Essa pessoa vai ter qual cargo? Vai ter um cargo alto, vai ter um cargo de visibilidade, vai ter um salário melhor?’. ‘Não, mas também não é assim... está chegando agora, é para começar’. Então, já são os cargos intelectualmente menores num grupo ali de trabalhadores, sabidamente menos bem-remunerado, porque, se a pessoa é uma foca, está chegando agora, então, só faltou dizer ‘vai ter muita grama para comer ainda’. Então, eu não sei se essa pessoa, passadas as muitas gerações, vai conseguir de fato ascender, porque, para chegar a ser uma ministra, uma juíza, uma presidente de alguma instituição, quanto que vocês já não sofreram para chegar lá? E no caso das mulheres negras, quantos lugares elas nem mesmo chegaram a ocupar? Então, essa crueldade, essa maldade de você dizer: ‘Negros que estão aí, vocês não vão ser promovidos, não vão ter aumento salarial, mas eu acabei de trazer pra cá para vocês um novo negro’. ‘Ah, mas ele vai ser tipo o nosso chefe?’. ‘Não, ele vai começar lá de baixo, como um estagiário’. E aí, na hora, eu pensei: ‘Eu não sei se essa pessoa vai conseguir completar o ciclo, sabe? Chegar lá, no sentido de todas as funções dentro de uma empresa. Não sei’. Porque quem está, já está sob muita pressão, quem chega poderia sentar-se no lugar mais confortável, mas nem sempre é assim. Parece que é porque há um disfarce imposto, mas quando a pessoa está lá no dia a dia, infelizmente, em vez de crescer, é como se ela estivesse sentindo a limitação diariamente: ‘Entenda que o seu lugar é desse tamanho’. Então, aqui eu faço esse recorte em relação às mulheres negras, que vale não somente para aspectos políticos-eleitorais, como em todas as profissões.

E mais uma vez, enaltecer o fato de estarmos aqui reunidas neste painel que fala de gerações, mas nesse encontro que é ‘Democracia: substantivo feminino’. Não é março, porque é o Dia das Mulheres, não é julho, porque é o Dia da Mulher Negra, tem aí um compromisso com debater este assunto para além das datas do calendário, porque, quando é novembro e vem a consciência negra, é quase que uma imposição da agenda pública de que estes assuntos sejam tratados. Mas então, quando é em dezembro, ‘bora’ queimar os pretos? Sabe, não é assim. Existem ações, existem assuntos que deveriam ser tratados de maneira indiscriminada ao longo do ano, tanto de mês quanto de tempo, de lugar, de importância para que isso seja deliberado. E vou aqui me alinhar com a fala de outras pessoas que também passaram por aqui, que dizem: ‘Não sabemos como vai ser quando a ministra deixar esse posto’. Ela vai dormir, e a gente também nunca mais vai descansar, né? Pode ser isso. Sem constrangimentos, na substituição da ministra Rosa Weber, então presidente do Supremo Tribunal Federal, eu lembro que uma das manchetes que nós jornalistas divulgamos muito – e aí novamente abaixei a cabeça para dar *google* para ter certeza de que era isso – falava assim: ‘Se o governo não indicar uma mulher agora, nesta vaga da Rosa

Weber...’ Como é? Falava assim: ‘Se o governo indicar uma mulher na vaga da Rosa Weber agora, teremos novamente uma mulher presidente do Supremo Tribunal Federal daqui 14 anos’. E o que o governo fez? Não indicou ninguém mesmo, nenhuma mulher. E aí vieram outras vagas, mulheres também não foram indicadas. Então, esse referencial de 14 anos sem uma Suprema Corte presidida por uma mulher, o que já era uma aberração na aposentadoria da (Rosa) Weber em 2023, só dilata, só aumenta. Então, a cada vaga é uma oportunidade perdida. E aqui não é uma questão de governo, de ser de esquerda, de direita. É só você entender que lá em 2023, a gente só teria uma mulher ministra presidente em 14 anos. Já que não houve indicação de mulher nem lá, nem agora, então só aumenta (15, 16, 17, 18). Quantas gerações não vão ver, então, ou nunca mais verão uma mulher presidindo o Supremo Tribunal Federal? E, conseqüentemente, tendo uma mulher no STF pelo critério constitucional, três vêm pra cá, para o Tribunal Superior Eleitoral. Dos sete integrantes da Corte Eleitoral, três são do Supremo. Em algum momento, também uma mulher poderia ser presidente daqui. Por 14, 15, 16, 17 anos, não será. Veja como essa discussão realmente não está restrita só às nossas existências.”

**“A gente está falando de um Brasil no futuro, para os nossos filhos e netos, que precisará continuar lutando por isso, ou então não vai ver mais mulher em Cortes tão importantes como esta.”**



Foto: Luiz Roberto/TSE

## THAÍS PITAGUARY

Jovem liderança indígena

“É difícil depois da fala de vocês, de tantas mulheres maravilhosas. Mas primeiro eu queria pedir para todo mundo levantar-se para a gente dar uma acordadinha. Eu vou cantar uma música que é uma música de um ritual que a gente sempre faz lá no estado do Ceará. Eu sou indígena Pitaguary, do estado do Ceará. E é uma música que um dos nossos povos a gente canta e é uma música de oração. Então, para a gente encerrar também – não vou encerrar a minha fala agora, mas para a gente encerrar também esse momento, porque a gente está encaminhando para o final – para a gente começar a minha fala, para a gente dar uma acordada e a gente também chamar os nossos encantados, aqueles que nos protegem e no que vocês acreditam, na crença que vocês tiverem ou, se vocês não tiverem, mas que vocês peçam felicidade e coisas boas para as nossas vidas, enfim.... Eu só não vou cantar no microfone para não ficar tão ruim.

(Música) ‘Cheguei, cheguei nas ondas no mar sem-fim. Cheguei, cheguei nas ondas do mar sem-fim. Rompendo o frio da meia-noite e cavalo-marinho. Rompendo o frio da meia-noite e cavalo-marinho.

Cheguei, cheguei nas ondas do mar sem-fim. Cheguei, cheguei das ondas do mar sem-fim. Rompendo o frio da meia-noite e cavalo-marinho. Rompendo o frio da meia-noite e cavalo-marinho.’

Muito obrigada. Então, boa tarde ainda, né, gente? Boa tarde. Saudar aqui a mesa, saudar também a nossa querida ministra Cármen Lúcia. Muito obrigada pelo convite e para toda a equipe também que nos recebeu tão bem hoje, todo mundo tão acolhedor, desde o motorista até toda a equipe aqui. Então, eu acho importante fazer uma breve apresentação minha, porque eu sei que muitos aqui não me conhecem ainda. Meu nome é Thaís, eu sou indígena do povo Pitaguary, do estado do Ceará, tenho 19 anos. Atualmente, sou estudante de Direito e Gestão Pública, sou consultora na área de Políticas Públicas para o Núcleo de Cidadania da Criança e Adolescente do estado do Ceará e do Rio Grande do Norte. Sou parceira implementadora do Selo Unicef e sou conselheira também do Selo Unicef, tanto do Brasil quanto do latino-americano. É um prazer estar aqui com vocês hoje.

E, para iniciar minha fala, eu estava fazendo umas reflexões e ano passado eu estive aqui, nesse mesmo cantinho, com a ministra e outras duas meninas que eram adolescentes. Eu tinha 18 anos, não faz muito tempo assim, mas desde então muita coisa mudou. Eu estava fazendo a reflexão, porque a gente estava falando sobre 'direitos humanos', sobre direitos para as mulheres, e aí a Cármen Lúcia chamou a gente, que era a Nicolinha, que é uma menina superinteligente do estado do Ceará, a Isabel e eu, enquanto adolescentes também no Unicef. E a gente estava falando sobre a nossa perspectiva enquanto adolescência jovem, dentro das questões de direitos humanos e trazendo uma perspectiva, a minha perspectiva enquanto adolescente indígena. E hoje eu estou aqui refletindo o quanto a minha vida mudou desde então. Eu falei aqui o quanto eu gostava de política, o quanto eu gostava de estar nesse meio, até falei sobre como foi minha experiência de votar e a importância, e hoje eu vim falar também sobre a questão do primeiro voto.

Todo mundo hoje passou o dia dizendo: 'nossa, você tem 19 anos, você fala, você faz tudo isso', mas vindo de onde eu vim, a gente tem que começar a lutar muito cedo. Eu vim do território indígena onde o meu território é matriarcal, então eu tive o privilégio de crescer rodeada de muitas mulheres. Então, no meu território tem duas cacicas mulheres, duas pajés, tem lideranças mulheres, eu sou filha de liderança, minhas tias são lideranças, então a minha família é muita, muita mulher. Você conta nos dedos os homens. Então, eu sempre, para mim, era normal saber que a mulher ocupava esse cargo de poder, mas dentro da minha comunidade, dentro do meu território. E aí eu comecei a palestrar com dez anos de idade, porque a minha mãe era liderança indígena, então ela é constantemente ameaçada, sempre. A minha infância foi muito difícil, eu tinha que me vestir de menino para não ser sequestrada quando eu era pequena, não podia brincar só.... A minha mãe fazia parte da ONU Mulheres, então ela viajava bastante e às vezes ela tinha que sair do país para não ser morta. E aí eu cresci nesse mundo de que mesmo que a nossa comunidade fosse de tantas mulheres, a gente estava lutando contra tantos homens, que nos ameaçavam constantemente.

E eu sempre ficava pensando: 'Meu Deus, por que é assim? Por quê? O que é que a gente pode fazer para ajudar?' (e isso eu era muito nova, com dez anos de idade). Aí eu comecei a fazer palestra e primeiro eu comecei falando sobre questões ambientais, porque a gente lutava contra uma pedreira que estava degradando a nossa serra dentro do território, e era por isso que as nossas lideranças eram ameaçadas. Então, eu comecei falando isso para que a gente tomasse esses espaços e depois eu fui crescendo, entrei para os projetos do Unicef, que é o Nuca, que alguns estados aqui têm o Nuca nas cidades. E aí eu entrei com 12 anos, e com 15, 16, eles me chamaram para ser conselheira. Eu sempre entendi de política, eu gostava muito de política, mas não porque eu

sonhava 'ah, vou estudar política', é porque a gente é forçado a estar nesses meios. E realmente a política é o que move tudo. Se eu quero remédio, é a política; se está faltando hospital, se está faltando política pública, se está faltando segurança dentro dos territórios, é a política.

Inclusive, eu sempre falava de política e aí o povo: 'Ah, mas tu nem vota'. Eu dizia assim: 'Não, mas a gente tem que falar, porque não é porque eu não voto que eu não entendo. Eu entendo, sim'. E aí eu ficava super ansiosa nas campanhas e na primeira vez que eu fui votar, inclusive eu votei em uma mulher para deputada estadual, há quase quatro anos atrás. Eu votei nessa mulher que é a cacica Irê, que hoje é secretária estadual dos Povos Indígenas do Ceará. Ela falou até na campanha dela, porque eu disse assim: 'A gente vai fazer a campanha', e aí a minha mãe, a nossa comunidade, a gente disse assim: 'A gente vai eleger uma mulher indígena, a gente tem que eleger uma mulher indígena'. Infelizmente, a gente não conseguiu naquele momento, mas a gente deu o primeiro passo, que foi entender que a gente precisava de uma mulher indígena no poder para saber que as nossas políticas públicas iriam chegar, então a gente precisava daquele espaço. E é muito difícil, porque a gente está falando sobre democracia, né? E essa democracia não chega dentro dos territórios. A gente não entende como... Tem muitos povos hoje que o português nem é a primeira língua, é a sua língua materna. Então, como esses povos vão entender, de maneira prática e lúdica, o que é que a gente está falando sobre democracia e, principalmente, sobre a mulher no poder?

Porque a minha aldeia é matriarcal, mas muitas outras não são. É o machismo que prevalece. Então, como que a gente mostra que é importante o nosso voto e votar em uma mulher e mudar essa situação dentro das nossas próprias comunidades indígenas? E esse é um processo complicado. Depois de muita luta, a gente está conseguindo entender, mas a gente ainda está ali rastejando. E é como você falou, vai demorar 14 anos para a gente ter? Ou muito mais? Então, é algo que as nossas gerações mais novas a gente precisa entender. E muitas vezes eu encontro adolescentes que dizem: 'ah, política é uma besteira. Eu não acho necessário falar disso'. Mas é a nova geração, será? Porque eu conheço também muitos jovens que são extremamente ativistas. Mas eu acho que o que está faltando mesmo é a gente pertencer àquele espaço. Como eu vou ter interesse em votar, em estar dentro desse processo democrático, em entender os cargos políticos, entender os espaços que eu posso estar enquanto mulher indígena e jovem indígena, se eu não entendo o que é isso? 'Ah, na lei está dizendo que todo mundo tem o direito de votar, que a gente tem acesso à educação', mas não fala da educação indígena. A gente não tem acesso a uma escola indígena, a gente não tem acesso a uma saúde indígena. Então, para mim, está falando dos brancos, está falando dos não indígenas, então eu não me sinto pertencente àquele espaço.

**“Porque a minha aldeia é matriarcal, mas muitas outras não são. É o machismo que prevalece. Então, como que a gente mostra que é importante o nosso voto e votar em uma mulher e mudar essa situação dentro das nossas próprias comunidades indígenas?”**

E é aí que a gente tem que fazer a gente ser pertencente àquele espaço enquanto mulher, enquanto jovem indígena, enquanto jovem quilombola, negro, LGBT, enfim, todas as comunidades precisam ser representadas, porque a gente diz que está em um país democrático. E como a gente faz para essa democracia chegar dentro dos territórios e para que a gente entenda esse processo? Para mim foi muito difícil. Eu percebo hoje o quanto meu voto foi importante, sabe? (Ela chorou neste momento). Como eu falei, eu votei há quase quatro anos atrás, e hoje eu faço tratamento de câncer e eu tenho orgulho de dizer isso. Hoje eu chego no hospital para fazer minhas quimioterapias, a minha médica é mulher, as minhas enfermeiras são todas mulheres, todo o meu acompanhamento é feito por mulheres. E eu fico muito feliz, muito acolhida quando chego no hospital, porque é muito lindo. Inclusive, esse hospital foi inaugurado recentemente pelas pessoas em quem eu votei pela primeira vez. Então, isso me deixa muito feliz, porque hoje eu vejo que quando você tem algo concreto que está na sua mão, você vê a diferença.

**“Olha, o meu voto está aqui nesse hospital, nessa médica, nessas enfermeiras, em tudo que a gente conquistou.”**

Olha, o meu voto está aqui nesse hospital, nessa médica, nessas enfermeiras, em tudo que a gente conquistou. Hoje, no estado do Ceará, no mês da Marcha das Mulheres Indígenas, a gente conseguiu a homologação de três territórios indígenas dentro do estado do Ceará, e um desses territórios é o meu. Então, a gente vê o quanto é importante essa democratização para os nossos povos e o quanto é importante incluir jovens nessa luta, porque hoje a gente tem muitos jovens indígenas que são ativistas, uma juventude inteira que tem interesse de estar dentro desses espaços. E aí, ano passado, inclusive na palestra que eu

estava aqui, eu falei sobre o meu interesse na política, sobre o meu interesse no Direito, e eu consegui. Hoje eu estou no segundo semestre de Direito, com bolsa 100%, inclusive foi o primeiro vestibular indígena de uma universidade particular do meu estado. Para mim foi muito bom, mas eu não faço Direito por mim, eu faço Direito pelo meu povo, por tantos jovens indígenas que sonham dentro dos territórios em ocupar esses espaços e tantas mulheres e meninas que sonham.

Eu tenho um grupo de crianças no meu território em que eu ensino a cantarem nossas músicas, faço algumas coisas com eles, dou algumas aulas, levo alguns gibis, tento apresentar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) para eles, que eu acho essencial, e eu vou falando com eles. E quando eu passei em Direito, eles disseram: ‘Meu Deus, a gente vai ter uma advogada’, e uma das minhas meninas disse assim: ‘Eu também quero fazer Direito. Também vou fazer Direito’. Então, isso me deixa tão feliz, porque eu abri uma possibilidade de ela enxergar que ela poderia também estar em outros espaços. Não só no Direito; eu sempre incentivo, fico brincando com eles: ‘O que vocês querem fazer? Vocês gostam de quê?’. Agora eu não gosto de empregar alguma coisa, porque a cabeça muda, a gente não sabe ainda o que quer fazer, mas eu sempre pergunto: ‘O que você gosta de fazer?’. Aí eles vão dizer, e eu: ‘Ah, então você se interessa por isso...’. E aí eu vou treinando isso neles.

Acho muito interessante. É dessa forma que a gente vai ter uma sociedade mais justa, mais democrática e a gente vai garantir também as nossas mulheres dentro da política. A gente sabe que, no nosso mundo machista, a gente ainda tem uma violência muito grande contra a mulher e que isso foi falado durante o dia todo hoje. A gente sofre isso na prática. Quantas denúncias de mulheres indígenas, meninas indígenas – até as de Marajó, que foi falado aqui – meninas indígenas também passam por isso dentro dos seus territórios. ‘Quantas mulheres indígenas e lideranças são ameaçadas constantemente?’ A gente faz denúncias, e nunca é feito nada, porque a vítima sempre sai como errada. A gente tem esse dever e esse papel de lutar para que isso não aconteça. E todos vocês aqui hoje, escutando atentos, e com tantas mulheres maravilhosas que já fazem a diferença em alguma parte, seja na parte artística, na parte jurídica, na mídia, em alguma forma diferente, já é uma maneira de a gente mudar. Porque a sociedade... é como você falou: ‘Ah, eu vou fazer isso porque eu gosto, mas também é por um dever de transformar’. Então o que eu faço, que eu posso ligar com questões de direitos das mulheres, com questões de ir contra as violências?

Eu comecei a fazer esse trabalho desde nove anos e, até então, nunca parei. E muita gente disse assim quando eu descobri que eu estava com câncer: ‘Então, você vai dar um tempo, você descansa, fica em casa’. E eu disse assim: ‘Eu não’. Dou um trabalho danado para a minha médica, porque eu disse assim:

'Eu não estou morta. Eu estou ótima, estou ótima'. Todo mundo tem que descansar, eu digo: 'Eu estou ótima, estou muito bem'. E desde o início do meu tratamento – inclusive esse mês vai ser a minha última quimioterapia – eu consegui realizar também um dos meus sonhos, que era entrar na faculdade, que era conseguir acompanhar todas as minhas lideranças mulheres. Então, eu sempre digo para elas: 'Eu vou aonde vocês forem, porque eu estou aqui para ajudar'. Então, tudo que tem eu digo: 'Minha mãe, eu vou te acompanhar'. Eu digo: 'Minhas pajés, minhas cacicas, eu sempre vou acompanhar vocês, porque eu aprendi tudo com vocês'. Então, é esse processo mesmo. E dizer que esse ano foi muito difícil para mim, mas também foi um ano muito bom, em que eu consegui refletir muito. A gente já está escolhendo a nossa mulher indígena para eleger ano que vem, se Deus quiser. A gente precisa dessa mudança e a gente precisa de mulheres também que somem nessa luta. Não é só votar em mulher, é votar em uma mulher também que luta pelos direitos das mulheres. É muito importante.

Por isso, eu sempre fico muito feliz com a minha trajetória, de dizer que o meu primeiro voto foi, sim, em uma mulher e que hoje ela faz muita diferença dentro do nosso estado; que o meu povo é matriarcal, que eu sempre fui cercada por mulheres e que eu vou continuar levando esse legado. Mesmo tão jovem, a gente se coloca a aprender. Eu tenho muito que aprender ainda, mas também passei por muita coisa.... Eu passei o dia refletindo: Meu Deus, eu estava sentada lá na sala, a gente almoçando, todo mundo conversando, e eu disse assim: 'Todo mundo aqui agindo naturalmente, tantas mulheres importantes perto de mim', a gente conversando, almoçando, merendando. E aí eu fiquei muito feliz, porque quem é que pensava que a Thaisinha lá de dez anos, quando começou a palestrar, ia estar aqui hoje? E como eu falei, é uma porta. A gente tem uma chavezinha e a gente tem um poder de abrir essa porta para que outras 'Thaíses' também cheguem nesse espaço e entrem em mil outros espaços que têm. Hoje a gente tem deputadas indígenas, hoje a gente tem uma ministra dos Povos Indígenas, e isso é muito importante. Hoje a gente tem uma ministra indígena e que é mulher. É um avanço tão grande, tão grande dentro da nossa sociedade. Eu também tenho orgulho de dizer – não posso esquecer – que dentro do povo indígena Pitaguary a gente tem a nossa primeira Secretária de Assuntos Indígenas Municipal, no município de Maracanaú, e é uma mulher.

Então, o quanto a gente já avançou, mas tem muito para avançar, muito para avançar mesmo. Inclusive, a minha mãe foi candidata a vereadora na eleição passada, só que por conta mesmo partidária, a gente fica sem apoio. Ela não conseguiu chegar até o final justamente por falta de apoio, por falta de alguém acreditar na mulher indígena, porque os partidos olham e veem

a mulher para cobrir a cota que precisa ter, para cobrir o número aqui. 'Ah, a gente vai tirar foto com a indígena para dizer que o partido tem indígena'. Mas e a ajuda? Vai fazer campanha para essa candidata? Vai apoiar essa mulher de verdade? É isso que está faltando dentro do nosso país. Eu concordo com uma fala que foi feita aqui, não lembro de quem foi, de que a gente precisa sensibilizar primeiro a sociedade civil. Se a gente não começar a votar em mulher e entender também que a nossa juventude e as nossas crianças fazem parte da democracia, a gente não vai conseguir avançar. A gente não vai conseguir avançar se nas mesas de debate que falam sobre 'democracia é feminino' ou em diversos outros espaços não tiver um jovem também, uma menina jovem para falar. E eu até parabeno de novo, porque é a segunda vez que eu venho aqui sempre trazendo essa perspectiva, e precisa.

A gente sempre fala também que as mulheres indígenas e as mulheres negras precisam estar também nas pautas de negociação, de tomada de decisão. É necessário. E os jovens também precisam, porque a gente não é o futuro, a gente é o agora. Então, é a decisão que a gente toma agora que vai medir o nosso futuro, e é disso que a gente está precisando. Se os partidos não estão cumprindo com a porcentagem de mulher, é agora que a gente tem que tomar decisão. Se não tem mulher eleita, é agora que a gente precisa votar, senão não adianta reclamar que está sem política pública, que está sem o acesso à assistência social, que está sem o acesso à saúde para as mulheres em específico, porque a gente só vota em homem para tomar as nossas decisões. São os homens que falam sobre as leis de saúde menstrual; são os homens que falam sobre a educação sexual, sobre o corpo da mulher; são os homens que tomam a decisão se a gente pode abortar ou não; e onde que o corpo da mulher e a nossa decisão importa nesse momento?



Então, a gente precisa refletir. Quando a gente fala desses poderes, dessas questões para as mulheres indígenas, quilombolas e negras – que sempre foram colocadas como seres inferiores, nem vistas como uma mulher, um ser humano, e sim como um bicho, algo selvagem que vive na mata (falando especificamente de mulher indígena) – a gente está mais atrasado ainda, porque a gente, enquanto mulher indígena, a gente ainda está caminhando. E eu também não poderia deixar de dizer que, no meu território, a minha mãe fez, juntamente com outras lideranças, a primeira casa de acolhimento para mulheres indígenas em situação de vulnerabilidade. Então, era lá que a gente recebia as mulheres que sofriam agressões físicas. E era uma briga muito grande e ameaças muito grandes, porque, quando a minha mãe tirava a mulher de dentro de casa que estava sendo agredida e a colocava para morar lá, o homem vinha ameaçando as lideranças, querendo matar. ‘Ah, por que você tirou a minha mulher de dentro de casa?’. Não tem ‘sua mulher’, entendeu? Também não gosto desse termo ‘sua mulher’, não sei o quê, porque não é ‘sua mulher’, é a parceira ali, lado a lado. Eu não sou mulher de ninguém.

Então, é essa perspectiva de onde que a gente está colocando, se a gente está muito dentro de uma caixinha ou não. Sempre nos colocam um objetivo de vida de crescer, casar, ter filho e morar com marido. Meu objetivo não é nem se casar. Todo mundo pergunta, e quando eu digo: ‘Ah, eu não quero nem casar’, meu povo fala: ‘Tu não queres te casar?’. Eu não quero me casar nem com homem nem com mulher, porque gosto dos dois, mas eu não quero me casar com ninguém. Eu quero ficar eu mesma, porque a minha felicidade é minha e sou eu que construo. Eu não preciso estar agregada a um parceiro do meu lado para que eu consiga ter algo. Então, é enxergar e fazer a nossa juventude enxergar isso. E eu não tenho nada contra quem quer se casar, não, porque você também pode construir uma vida muito bem estruturada ao lado de alguém, mas é isso que eu falo: é ao lado, não atrás, não sendo ‘dele’, é ao lado. E é uma construção que não deixe a sua vida, seja você formada ou não. ‘Ah, eu não quero trabalhar, o marido que vai’, mas você tem uma profissão também, porque nunca se sabe e porque você precisa disso. E, principalmente, reforçando novamente, chegando nos espaços de poder para que a gente abra esses espaços, para que a gente comece a abrir várias portas de outros espaços, seja na política ou não. É no cargo que a gente quiser, é ganhando um salário justo, um salário que não seja menos que ninguém, é um salário justo do nosso trabalho e da nossa competência.

Vou citar até aqui um exemplo: eu sou muito de humanas, eu não sou nada de exatas, sou zero exatas, sou 100% humanas, e a gente é sempre colocado como mais burro, né? ‘Ah, o povo de exatas sabe contar, é muito inteligente, mas o povo de humanas não sabe de nada’. Para a gente, é sempre colocado isso, até no ENEM

é bem isso mesmo. E aí a gente sempre é colocado nesse posto, e a mulher é da mesma maneira. A mulher pode saber tudo, ela ‘se vira nos 30’, mas o homem sempre vai sobressair. E isso eu trago muito também para a nossa realidade. A mulher foi feita para fazer várias coisas ao mesmo tempo. A gente tem várias deputadas hoje que levam os nenenzinhos para as sessões, que têm que cuidar da casa, que têm que cuidar do filho e que têm que cuidar da seção lá onde ela trabalha, que ela é deputada. E o homem, não. O homem, se ele se concentrar em uma coisa, é aquela coisa. Ele não consegue fazer nada mais. A gente, não. A gente é proativa, a gente consegue pensar, a gente consegue fazer várias coisas ao mesmo tempo, e isso é um dom que a gente tem, mas é para a gente.

Então, eu queria que vocês refletissem sobre isso e que a gente realmente enxergasse o quanto a gente precisa dar oportunidade dos espaços para essas mulheres indígenas, para que a gente democratize também essa política, para a gente democratizar o espaço e, como eu gosto de falar, para a gente demarcar os espaços, porque não é só demarcar território, é demarcar o espaço. Então, se eu estou palestrando hoje aqui, eu estou demarcando esse espaço. E aonde eu for, outros espaços eu vou demarcar. É abrir nessas oportunidades para que a gente enxergue essa importância de estar nesses espaços de tomada de decisão e não estar por estar, e sim contribuir e falar: ‘Olha, eu não concordo com isso’ e a minha opinião ser aceita.

E falar sobre a importância da nossa juventude indígena dentro dos espaços, que muitas vezes não são colocadas nesses espaços de escuta, mas tem muito jovem indígena e negra hoje que sabe, sim. Hoje a gente tem grandes juventudes indígenas que ocupam cargos nas nossas organizações nacionais e estaduais, que sabem falar sobre demarcação de território, sabem falar sobre a homologação, sobre a nossa saúde, sobre a nossa educação, sobre o que a gente precisa de assistência dentro do território. Mas também lembrar que não é toda juventude indígena, toda mulher indígena, e que esse espaço ainda precisa ser democratizado, traduzindo para a nossa língua materna, trazendo de uma maneira lúdica. E principalmente, se a política pública chegasse dentro do território, a gente não ia precisar nem fazer essa tradução, porque já estaria lá explícita para qualquer um ver, e hoje não tem.

Então, a gente precisa simplificar e, principalmente, mudar o pensamento da sociedade civil de ver esses povos e de ver o corpo das mulheres como um indivíduo fraco, uma pessoa sei lá... Se a gente gritar, se a gente fizer um escândalo, é que a gente é muito ‘bicho do mato’, que a gente não serve para nada, que é histérica. Ou se a gente é muito quieta também, é porque não sabe fazer. Não, a gente precisa mostrar que esse espaço é nosso e para que a gente se

identifique com aquilo. Se não tem mulher indígena se candidatando, por que não tem mulher indígena se candidatando? Será que é porque ela não quer ou porque ela não conhece?

A gente precisa começar também a pensar nesses pontos e começar a trazer políticas públicas para dentro desses territórios, para dentro das periferias, para dentro dessa sociedade que tanto precisa. E eu sempre digo, o povo diz muito: 'Ah, as pessoas mais pobres...' Realmente tem a parte da pobreza. Em muitos espaços no nosso país, a pobreza ainda prevalece, mas eu acho que a gente é tão rico de outras coisas. A gente não é pobre totalmente, não. É só questão financeira mesmo às vezes, mas a gente é tão rico de cultura, de conhecimentos que às vezes não é aquele conhecimento técnico jurídico, mas é um conhecimento de outra forma, é o conhecimento da vida, é o conhecimento do entendimento de como que funciona a sociedade ali na prática.

E a gente precisa começar a entender esses conhecimentos como uma ferramenta de política pública. Até o tema do ENEM esse ano traz, que é a perspectiva do envelhecimento no Brasil, e a gente também precisa fazer nessa perspectiva de que todas as gerações têm esse conhecimento, e como a gente vai envelhecendo, o conhecimento só vai ficando mais maduro. Mas

a gente precisa começar a pensar nesses aspectos e realmente sair apenas da conversa. A gente quer ver algo concreto, a gente quer começar a visitar os estados do nosso país e ver a diferença. Ver mulheres indígenas, mulheres negras, jovens ocupando esses espaços. Que a gente chegue em prefeituras, nos ministérios, em diversos outros espaços, em hospitais, e veja os nossos corpos lá, porque eu me sinto muito bem representada.

Se tiver outra mulher em qualquer outro espaço, num ministério, se tiver uma mulher indígena aonde eu for, eu vou me sentir representada, porque não necessariamente precisa de mim lá, mas de uma que faça parte do meu grupo, do meu conhecimento, da minha cultura. E sempre dizer também que as nossas lutas são parecidas, às vezes se encaixa, mas nós também não somos iguais, nós nunca vamos ser iguais. E eu vou finalizar agora. Mas nós não somos iguais. E essa de dizer que nós somos iguais é prender numa caixinha. Não, a gente tem que entender que a gente é diferente mesmo e a gente vai trabalhar com essa diferença, e é política pública para cada diferença dessa, para cada juventude, para cada povo, para cada pessoa."

Foto: Luiz Roberto/TSE





## CÁRMEN LÚCIA

Ministra Presidente do TSE

Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## Encerramento

**“Todo mundo tem o direito de ser igual em sua dignidade e único em sua identidade, garantindo-se a pluralidade das mulheres e o respeito a todas elas.”**

A afirmação foi feita pela presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, no encerramento do encontro 'Democracia: substantivo feminino'. Ao ler um texto redigido especialmente para refletir sobre tudo o que foi dito no encontro, a ministra conclamou toda a sociedade a agir em prol da paridade de gênero e do cumprimento dos direitos fundamentais.



### Confira a íntegra do discurso

“Nós, reunidas no Tribunal Superior Eleitoral, no encontro 'Democracia: substantivo feminino', mulheres brasileiras, reafirmamos o nosso comprometimento com a efetivação jurídica e social dos direitos fundamentais de todas as pessoas.

Conclamamos a sociedade a adotar como sua a responsabilidade urgente, objetiva e plena para a concretização dos direitos fundamentais historicamente negados a muitos grupos, embora formalmente assegurados a todos.

É imperativo democrático a ação coletiva, para que cesse imediatamente o quadro de todas as formas de violência e exclusão contra a mulher. A democracia assegura a dignidade e a integridade de todas as pessoas. É imprescindível a atuação firme do Poder Judiciário nos casos de crime contra crianças e mulheres, tudo na forma da lei.

Todo mundo tem o direito de ser igual em sua dignidade e único em sua identidade, garantindo-se a pluralidade das mulheres e o respeito a todas elas.

Instamos cada uma e cada um a agir no sentido de se tornarem concretos os objetivos de inclusão social, de garantia de paridade de mulheres e homens nos cargos e nas funções públicas e privadas, de oportunidades iguais, de medidas de acesso à saúde e de redução do risco de doença e outros agravos, de segurança física e psicológica das mulheres, de garantia da educação, assegurada em idêntica qualidade e aprendizado permanente para todas as mulheres, de todas as idades, convicções religiosas, convicções políticas, classes sociais, territórios, cor e raça.

Todas as pessoas têm o direito e o dever de participar dos cuidados uns com os outros e de serem cuidados, sem entrega de afazeres particulares apenas às mulheres. Democracia faz-se com a garantia da liberdade, da solidariedade, da responsabilidade de todas as pessoas.

Somente numa afetuosa aliança política, cumprimos os valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, como constitucionalmente determinado. Seguimos juntas.”



2

# Direitos: Humanas

Voz (da Mulher) pela Democracia



# Abertura

O evento 'Direitos: Humanas - Voz (da mulher) pela Democracia', promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral, reafirmou o compromisso institucional com a promoção dos direitos humanos, da igualdade e do fortalecimento da democracia brasileira.

Realizado em 10 de dezembro, data em que se celebra o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a iniciativa reuniu mulheres de diferentes regiões do país e de múltiplas áreas de atuação, em um espaço plural de escuta, diálogo e construção coletiva.

Ao abrir o evento, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, afirmou que a data é uma oportunidade para que mulheres e homens reflitam sobre o que é melhor para todas as pessoas e sobre o que pode ser feito para alcançar a igualdade, entendida como uma ação permanente.

“Que a declaração dos direitos não seja apenas um verbo, mas que seja uma ação permanente, para que a gente tenha um mundo com mais paz, um mundo mais justo e com liberdade para todas as pessoas serem o que quiserem ser. Eu tenho dito que a democracia é isso: o fazer todo dia com a

vida. Todo dia a gente faz. Quando a gente faz junto, talvez possamos fazer mais e, principalmente, mostramos que juntos, unidos, homens e mulheres, é muito melhor para todos”, declarou a ministra.

Ao longo do encontro, vozes diversas se entrelaçaram em debates, exposições e trocas de experiências, evidenciando a centralidade da participação feminina na consolidação de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Ao reunir perspectivas, relatos e reflexões apresentados ao longo da programação, o encontro promoveu diálogos e aproximou diferentes trajetórias que convergiram em torno de um objetivo comum: fortalecer a democracia por meio da escuta, da participação e do compromisso coletivo com a liberdade, a justiça e a dignidade de todas as pessoas.

10 de dezembro de 2024



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## CÁRMEN LÚCIA

Ministra Presidente do TSE

“Bom dia a todas as pessoas presentes. Sejam todas as pessoas super bem-vindas. O nosso Tribunal Superior Eleitoral e eu, pessoalmente, estou recebendo com muito gosto todas as pessoas neste dia 10 de dezembro, que é o dia em que a gente para para pensar e celebrar o que já foi conquistado da Declaração dos Direitos Humanos da ONU.

E querendo que hoje seja um dia em que, especialmente nós mulheres, mas são muito bem-vindos todos os homens igualmente, como certo. Nós, mulheres, nos reunimos junto com os homens de boa vontade, com vontade de termos igualdade para todas as pessoas, para conversar e principalmente, da nossa parte, a mim, acho que falo também um pouco pela ministra Cida, por todas as ministras aqui presentes, deputadas, enfim.

Hoje nós somos isso e apenas isto. Um grupo de mulheres querendo pensar o que é bom para todas as pessoas e o que fazer para nós termos a igualação, uma ação permanente pela igualdade. A declaração de direitos não seja apenas um verbo, mas seja uma ação permanente para que a gente tenha um mundo mais em paz, mais justo e com liberdade para todas as pessoas de serem o que quiserem.

Eu tenho repetido que democracia é isso: um fazer todo dia, com a vida. Todo dia a gente faz. Quando a gente faz junto, talvez faça mais e principalmente mostramos que juntos, unidos, homens e mulheres, é muito melhor para todos, incluídas aí as nossas crianças, para que elas deem um recado ao mundo de esperança e de sonhos sem o qual a vida fica muito impossível.

Acho que falo também pela ministra Cida no sentido de que este é um dia que nós não estamos aqui para falar e estamos para ouvir aquelas que têm a força da mulher, fé na mulher e perfume de mulher. Não temos clubes de charutos, mas podemos ter, sim, reuniões de perfumes para todas as pessoas.

Sejam super bem-vindos. Nós vamos ter agora três painéis paralelos. Na verdade, não são nem painéis, são conversas de mulher ouvindo pessoas que têm esta força na sua vida como exemplo para todas nós, a fé na vida e nas pessoas e, principalmente, o aroma de democracia para todos.

Que seja bom para todos e que esse dia seja um dia com muito gosto, com a mesma alegria que eu estou sentindo de ter todas as pessoas aqui. Super obrigada. Nós estamos começando o nosso dia dos ‘Direitos: Humanas’.



## Exposição “O Brasil em fios e pontos: qual é sua bandeira?”



“Até quando?” (Acre)  
Autoria: Maria do Carmo e Nicolielo Pino



“Um mar de desigualdades” (Alagoas)  
Autoria: Coletivo Bordazul  
(grupo de mulheres bordadeiras do litoral norte de Maceió)



“Amazônia em pé” (Amapá)  
Autoria: Ana Caroline (Ateliê Linha Preta), Brunna Venâncio (Pássaro Tatto), Ricardo Nascimento (Bambaré Ateliê) e Fernanda Bastos (Ateliê Selvática)



“Olhe para o Norte” (Amazonas)  
Autoria: Linhas Amazônicas – Livia Rocha. Grafismos indígenas: Thais Kokama



**“Re-bordando a Bahia”** (Bahia)

Autoria: Coletivo de mulheres bordadeiras e quilombolas (Ilha de Maré - BA)



**“Terra do sol: não apague nossa luz”** (Ceará)

Autoria: Coletivo Bordando Resistência



**“Defendendo o futuro”** (Distrito Federal)

Autoria: Linhas da Resistência e Bortaluta



**“Trabalha e confia?”** (Espírito Santo)

Autoria: Família Ayeres. Criação: Ninandi Ayres e Míame Ayres



**“Pela vida das mulheres”** (Goiás)  
Autoria: Lídia Vidigal (arte) e Mulheres Coralinas



**“Babaçu - Resistência e amor”** (Maranhão)  
Criação e concepção: Telma Lopes e Vinícius Azevedo  
Colaboração: Luciene Abreu, Rosana Martins Cardoso e Vórtex Ateliê



**“Esperançar”** (Mato Grosso)



**“Olhe bem as montanhas”** (Minas Gerais)  
Autoria: Coletivo Pontos de Luta (BH)



**“A proteção da floresta e dos povos nativos”** (Pará)  
 Autoria: Coletivos Linhas da Gamboa, Bordados Militantes e Coletivo Açafráo



**“Nos queremos vivos”** (Paraíba)  
 Autoria: Oxente, é bordado



**“Só queremos o que pode ser bom para todos!”** (Paraná)  
 Autoria: Laura Carvalho Leão, Maria Socorro de Oliveira e Mari Lígia Leão



**“Respeito ao povo nordestino”** (Pernambuco)  
 Autoria: Roda de fiar bordado (Maria Herminia, Mércia Tenório, Teca Coelho, Eri Leitão, Teca Rocha, Ana Clara, Fátima Campello, Terezinha de Oliveira e Antônio Sebastião).



**"A ordem é preservar"** (Piauí)

Autoria: Instituto Olho D'água (Doraluce dos Anjos Silva, Elizabete Bucu, Erenilde S.da Silva, Jaciara M. Dias Santos, Tininha L. Cruz, Valdirene Brasil, Viviane S. Santos, Sílvia de O. Costa, Maria Conceição Miranda e Marian Helen Rodrigues)



**"Somos sementes"** (Rio de Janeiro)

Autoria: Linhas da Gamboa, Bordados Militantes e Coletivo Açafração



**"Respeite minha terra"** (Rio Grande do Norte)

Autoria: grupo de mulheres Timbaúba dos Bordados



**"A bandeira que sonhamos para nosso povo"** (Rio Grande do Sul)

Autoria: Linhas de Poa e Linhas do Sul  
Coordenação: Marilene e Flávia



**“Rondônia em defesa do Meio Ambiente”** (Rondônia)  
 Autoria: Bordadeiras locais



**“Preservação e conservação”** (Roraima)  
 Autoria: Ateliê Corujas (Ana Lucia Ribeiro da Silva, Carmozina de Araujo, Denise Araújo e Varlete Mendes)



**“Esperança, sempre!”** (Santa Catarina)  
 Autoria: Coletivo Linhas do corpo e Bordando pela liberdade



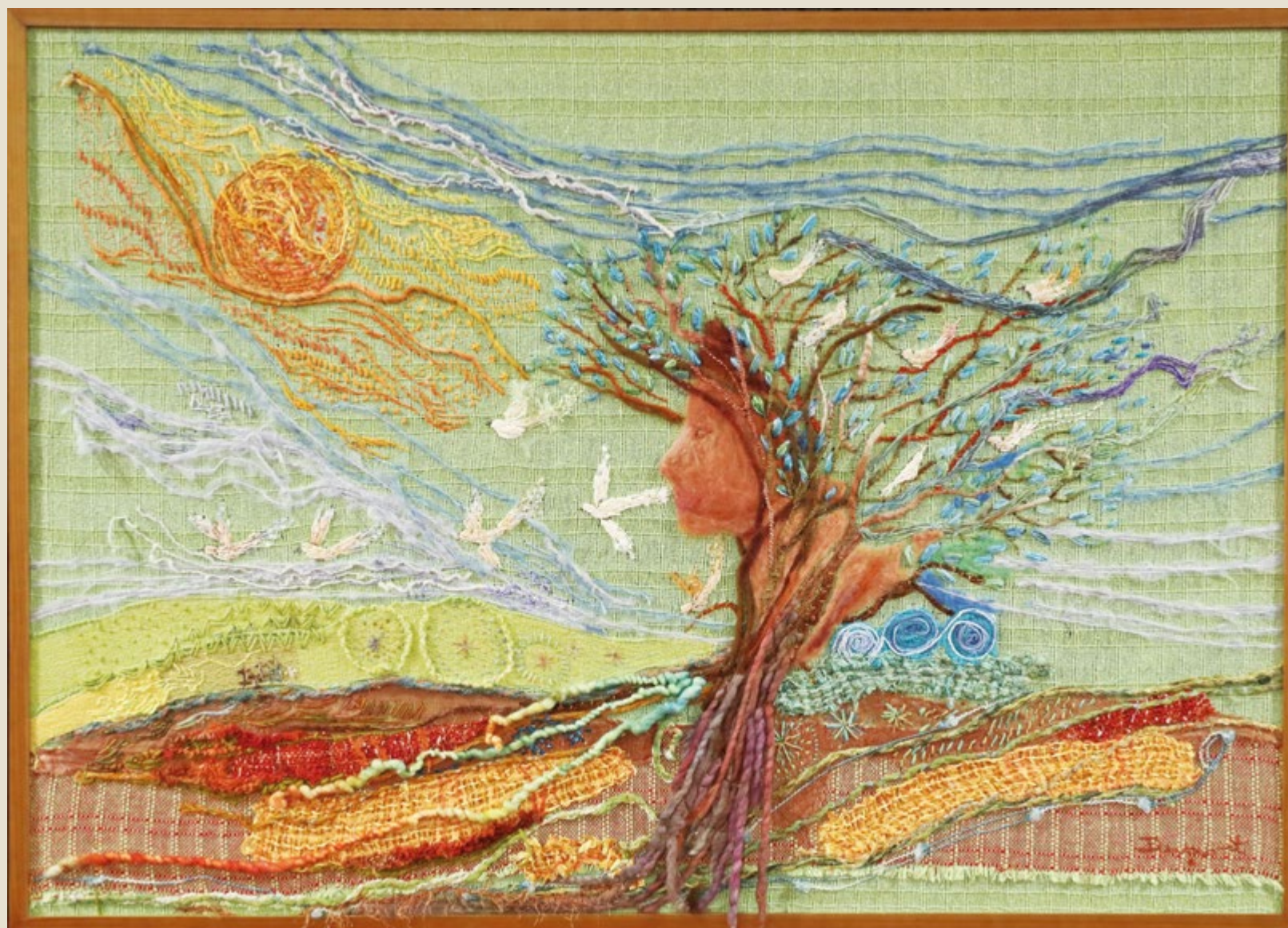
**“Equidade, um só Brasil!”** (São Paulo)  
 Autoria: Coletivo Linhas Veteranas



**“Mulheres da terra e águas sergipanas”** (Sergipe)  
Autoria: Linhas de Sergipe e Grupo de Mulheres Manancial,  
do Assentamento 5 de Janeiro de Indiaroba



**“Natureza em abundância para todos”** (Tocantins)  
Autoria: Thaís Costa Fernandes, Amalia Janson, Laura Janson, Stela Janson



**"Gaia"**  
Bordado do grupo Matizes Dumont

## Carta para a democracia



## Declaração dos Direitos das Pessoas Humanas



## Força da Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### ANDRÉA PACHÁ

Desembargadora do TJRJ e Secretária-Geral da Presidência do TSE

A Secretária-Geral da Presidência do TSE, desembargadora Andréa Pacha, foi responsável por conduzir o painel 'Força da Mulher' durante o evento. O debate contou com a participação da delegada de Polícia Civil e diretora de Avaliação de Risco da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Piauí, Eugênia Villa; da dona de creche na Comunidade Santa Luzia, na Estrutural (DF), Maria da Conceição Ferreira (Tia Tatá); da piauiense e mãe de Eduardo, menino assassinado aos 10 anos na porta de casa, no Complexo do Alemão (RJ), Terezinha Maria de Jesus; e da atleta paralímpica de halterofilismo e sobrevivente de uma tentativa de feminicídio, Ana Paula Marques.

#### Confira a fala da desembargadora ao longo do evento:

"Bom dia a todas as pessoas presentes. Eu quero cumprimentar vocês todas na pessoa da nossa presidente, ministra Cármen Lúcia, que nos dá a honra e a alegria de participar da abertura desse evento e da inauguração da nossa primeira mesa. Nós discutiremos aqui a Força da Mulher. Esse evento foi um evento pensado e idealizado pela ministra Cármen e realizado por um grupo muito dedicado de pessoas

que integram o TSE, com o apoio do Conselho Nacional do Ministério Público, para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos. E não sem razão, a escolha foi 'Direitos: Humanas', porque não havia nada mais óbvio do que, sob a presidência da ministra Cármen, nós trazermos à luz uma discussão que merece e precisa ser trazida como pauta principal do nosso país, que é a pauta da equidade, é a pauta da força, é a pauta da democracia real, que só existe se a equidade deixar de ser uma proposta formal e for uma vida efetiva, for a realidade e for o que nos transforma.

Essa mesa foi pensada para ouvir a voz de mulheres. A força da mulher vem da natureza e da experiência dessas mulheres que foram escolhidas para falar aqui hoje para nós sobre as experiências que elas viveram ao longo da vida e que vivem ao longo da vida e que afirmam, inicialmente, a vida como um valor e como um direito fundamental. Há algum tempo, nós temos pensado que é verdade que a violência nos assola, é verdade que o feminicídio escala, é verdade que a violência contra a mulher tem crescido, mas é verdade também que essa pauta não pode nos sequestrar e nos aprisionar. Então, para enfrentar a dor, nada melhor do que ouvir da voz dessas mulheres, a força que elas têm.

Olha, eu não sei que privilégio maior eu poderia ter no dia de hoje do que mediar essa mesa com mulheres tão fortes, tão incríveis. E com o depoimento que trouxeram aqui certamente fortalecem em nós o desejo de viver em um mundo onde a equidade não seja apenas formal. É claro que as leis sozinhas não transformam a vida. A gente não come, porque tem uma lei dizendo que é direito de todo mundo comer. A gente não vive igualmente, porque a lei diz que homens e mulheres são iguais em direitos e garantias. A gente não tem uma vida mais digna, porque essa carta de intenções e de afirmação dos direitos fundamentais existe, mas nós somos seres do símbolo também. E essas normas, uma vez positivadas, uma vez transformadas em leis, elas indicam que é o desejo de todas nós e de todos nós viver em um país que seja verdadeiramente mais digno, mais igualitário, que respeite homens e mulheres nas suas diferenças e que garanta que os direitos sejam direitos de todas e de todos.

[...] Eu ouvi aqui a minha colega falando das mulheres que têm se antecipado e têm cometido crimes e foi inevitável lembrar de uma frase de Shakespeare, que dizia que o oposto da injustiça não é a justiça, mas é o amor. Porque toda justiça que não se pratica por amor não é justiça, mas é vingança. Então, que nós aprendamos com esse autor que se conhece tanto da humanidade que, a nossa linguagem, que é uma linguagem do afeto, que é uma linguagem do cuidado, que é uma linguagem da força, seja uma linguagem mais efetiva e mais potente na construção dessa sociedade que todos nós desejamos.”

**“O oposto da injustiça  
não é a justiça, é o amor.”**



## Força da Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### EUGÊNIA VILLA

Delegada de Polícia Civil e Diretora de Avaliação de Risco da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Piauí

“Eu quero agradecer imensamente o convite e dizer da honra de estar aqui nessa mesa tão representativa. Eu sou arquiteta, então como é que eu entrei na Polícia? Entrei na polícia e carreguei comigo ainda alguma coisa da arte e da arquitetura na minha caminhada.

Bem, e como foi que a questão da mulher entrou nessa perspectiva? Eu gosto muito de contar essa história e contei na minha tese de doutorado. Quando eu ingressei na polícia, a violência contra a mulher não era a minha perspectiva como delegada. Não era. Tanto é que eu fui corregedora-geral da Polícia Civil, eu fui diretora da academia, subsecretária, secretária de segurança e superintendente. Mas como foi que essa agenda veio até mim? Eu estava uma das diretoras logo no início da minha carreira e recebia todos os inquéritos. Eu estava como uma das diretoras da corregedoria, aí, chegou um escrivão chamado Cinco Estrelas. Polícia é assim, tem alcunha. E ele chegou com um vidro transparente e dentro tinha alguma coisa, tudo passava por mim. Naturalmente que pedaço de gente não passava, e ele trouxe pedaço de uma orelha. ‘Delegada, adivinha

o que é isso.’ E eu sem muito tempo, cheio de arma de fogo para encaminhar para o distribuidor dos feitos criminais: ‘Cinco Estrelas, diga logo o que é isso’. ‘É um pedaço de orelha.’

‘Como é que é?’ E ele me contou a história e liguei para a delegada da mulher. ‘Dani, o que é isso?’ E aí, gente, o que me causou espanto foi que esse pedaço de orelha foi retirado da mulher com o consentimento dela. Isso foi em 2001, antes da Lei Maria da Penha. Então, veja onde é que nós estávamos. E aí ela me contou a história. Esse rapaz a colocou num box de banheiro, colocou gelo e retirou mais de 1/3 da orelha dela, com o consentimento dela, porque ela estaria então expiando um pecado, digamos assim, de ter traído ele. Imagine... Eu digo: ‘não, espera aí, isso eu não aprendi na universidade, isso eu não aprendi na academia de polícia. Que violência é essa?’

“Que violência é essa?”

Bem, e aí então, gente, eu não parei mais. Eu fiquei inquieta com essa violência, eu quis compreender o que era isso. Passei a estudar gênero, era algo que não estava no curso de Direito, não estava na academia de polícia. Então, eu fui lançada a estudar e a compreender esse fenômeno. E em todas as funções que eu desempenhei na polícia eu trouxe a perspectiva de gênero comigo, e até hoje eu trago. O meu olhar já está viciado, não tem mais jeito, tudo eu olho gênero. E agora ainda mais de uns tempos para cá, depois que eu terminei meu doutorado em interseccionalidade.

Como é que foi essa trajetória? Numa instituição eminentemente composta por homens. Então, eu vou dizer para vocês como é que foi, como é que eu trouxe tanta irritabilidade na minha instituição, sempre defendendo os direitos das mulheres policiais, porque eu obstaculizava mesmo promoções, porque não basta nós estarmos ocupando posições de destaque na polícia, é preciso ter uma agenda. E essa agenda é uma agenda feminista. É preciso sabermos por que nós estamos ali. Então, para vocês terem ideia, uma mulher grávida, delegadas grávidas elas não contestavam o tempo de licença para gozar do benefício da promoção, vocês acreditam? Eu tive que obstaculizar toda a promoção e eu disse: 'isso é inconstitucional'.

Foram vários percursos da minha vida como secretária e subsecretária. Como secretária interina, em três meses, eu disse: 'agora eu tenho que deixar um legado', e criei realmente a primeira delegacia do feminicídio do Brasil. E como é que foi isso? Isso foi do nada? Não, não foi do nada. Após um estudo meu de mestrado em delegacias de Teresina, foi que eu vi (e que existe até hoje) que não havia um protocolo de investigação de estupro marital, e não há até hoje. Nós temos dificuldade de levar até o Judiciário, ao Sistema de Justiça Criminal, um estupro marital, e até hoje temos. E a outra indagação minha, em 2014, foi: onde estão os assassinatos das mulheres? Quem está investigando? Quem mata as mulheres? Onde elas estão sendo assassinadas?

Então, foram duas vertentes que me inquietaram por ocasião do final do meu mestrado, e aí eu assumo a Secretaria de Segurança interinamente. E o que eu fiz? Criei a delegacia e disse o que era feminicídio, tendo em vista que não existia o crime de feminicídio, então eu tive que dizer o que era e alarguei o conceito para mulher trans. Então, na época eu já trabalhava com as mulheres trans, então eu disse o que era feminicídio, trabalhei na perspectiva de gênero e designei. Eu digo 'eu', na individualidade, porque foi um ato de coragem meu mesmo como secretária interina. Eu me lembro que o delegado-geral disse: 'Como é que a senhora não me consultou?' Eu digo: 'Eu não preciso lhe consultar, eu sou secretária de segurança'. Então,

é por isso que nós precisamos saber o local onde nós estamos, qual é a nossa competência e o que nós podemos e devemos fazer. 'Eu só quero, delegado-geral, que o senhor me credencie uma delegada, eu não quero mais nada.' E ele me credenciou uma delegada. A primeira delegada do feminicídio do Brasil chamava-se Tânia Miranda, hoje delegada da mulher do Centro, em Teresina.

Então, a Tânia veio: 'Delegada Eugênia, como eu vou investigar algo que não existe?' Eu digo: 'Nós vamos dar existência a isso, então nós vamos iniciar um protocolo de investigação com perspectiva de gênero.' Eu já tinha leituras de Rita Laura Segato, e aconteceu o primeiro feminicídio numa perspectiva não íntima no Piauí, que foi em Castelo do Piauí, e nós trabalhamos, eu e a Margarete Coelho. Margarete Coelho era vice-governadora... Tudo estava a nosso favor e nós trabalhamos nessa perspectiva. Aqui eu digo para vocês os desafios que nós encontramos. Eu já era subsecretária e, nessa investigação, nós trouxemos a Convenção de Belém do Pará para guiar e indiciar quatro adolescentes e um maior com perspectiva de gênero, porque esse assassinato, o estupro coletivo e a tentativa de feminicídio e três feminicídios tentados não se encaixavam no que a gente denomina de feminicídio íntimo. Então, era preciso invocar uma convenção de direitos humanos, que é a Convenção de Belém do Pará.

Para tanto, eu sofri resistências internas, porque ninguém considerava aquilo como feminicídio, tendo em vista que só se visualizava o feminicídio íntimo. E então eu levei para o secretário de segurança uma portaria alargando a comissão com mais duas mulheres, uma delegada, que era delegada da mulher e já tinha *expertise* com gênero, e a delegada do feminicídio, tendo em vista que esse fato ocorreu no interior e era um delegado homem que estava na titularidade. E o delegado-geral me disse na época: 'Já está fechado, delegada. Isso aí foi estupro e foi ocultação'. Eu digo: 'Não, senhor, isso aí foi feminicídio, tentativa de feminicídio, e nós não podemos abrir mão disso.' Isso foi no dia 27/5/2015. Nós não tínhamos jurisprudência, nós não tínhamos nada ainda acerca do que seria feminicídio no Brasil. E então, o secretário de segurança disse: 'Já está consolidado'. 'Não, vai começar agora a investigação.' A investigação, então, começou naquele instante com mais duas delegadas, daí a importância da perspectiva de gênero desde o início. Nós então fechamos o placar. Nós fechamos em feminicídio tentado, infelizmente uma das meninas veio a óbito posteriormente, e fizemos toda a gestão de risco nesse sentido.

Depois nós criamos o plantão de gênero, o primeiro do país a atender 24 horas, porque nós mapeamos a violência de gênero no Piauí a partir dos estudos pretéritos. Pasmem, quando nós criamos o Núcleo de Estudo de Violência de Gênero de 2015, nós verificamos que os nossos procedimentos estavam datados de 1940 e que a primeira pergunta numa violência sexual no crime de estupro era: 'A paciente é virgem?' E a segunda era: 'O desvirginamento foi recente?' Então, vejam, como é que nós, em 2015, tínhamos questionários de 1940? E o pior de tudo, não era só a polícia. O Ministério Público denunciava nessa perspectiva e o Judiciário aceitava nessa perspectiva. Então, o problema não era só da polícia, era de todo o sistema.

Vejam que foi uma revolução na Polícia Civil. Nós revisitamos todos os procedimentos da Polícia Civil em 2015 e passamos a compreender onde as mulheres estavam sendo assassinadas, porque criamos a delegacia, individualizamos o problema, mapeamos o feminicídio e vimos o que nós estamos vendo hoje: estavam sendo assassinadas em casa, estavam sendo assassinadas nos finais de semana e por companheiros. Então, nós criamos o plantão de gênero, porque nós achávamos que, criando abertura no final de semana, nós iríamos salvar vidas. Negativo. Nós não salvamos vidas. Aí criamos o aplicativo Salve Maria na tentativa de as mulheres apertarem o botão, chamarem a polícia e se salvarem. O Salve Maria foi para isso: chamar a Polícia Militar e chamar a Polícia Civil, quando a violência estava sendo perpetrada e a própria sociedade.

E então nós fomos criando, ao mesmo tempo em que criávamos protocolos, criávamos também instrumentos para vencer essa violência, criamos inúmeras campanhas de sensibilização da sociedade. Nós formávamos (chamávamos isso de Caravana Salve Maria), ao tempo em que nós formávamos a polícia, nós formávamos também a sociedade, porque era a sociedade que ia compor o Júri Popular. Então, era preciso a sociedade desconstruir os estereótipos de gênero, porque nós víamos que as mulheres eram desqualificadas, e são até hoje. Somente em 2023, que nós tivemos a derrocada da legítima defesa da honra pelo Supremo Tribunal Federal. Então, era preciso formar a sociedade, educar a sociedade para o futuro julgamento do Tribunal Popular do Júri.

Hoje nós implementamos o Esperança Garcia, um formulário do CNJ com o CNMP, que é um formulário de risco aberto para todas as instituições, não somente para polícia. E estamos numa perspectiva também de avaliação do risco de estudantes e vendo a violência doméstica pelos olhos dos estudantes para não esperar

acontecer o feminicídio, porque o que nós vemos é que as mulheres estão sendo assassinadas antes de nos procurarem, elas não estão ainda nos procurando. Elas silenciam e as mulheres negras silenciam ainda mais essa violência. E nós precisamos compreender por que as mulheres negras silenciam mais e estão sendo assassinadas em maior número do que as mulheres não negras. Precisamos compreender por que elas não procuram a polícia. E nós sabemos, nós temos algumas hipóteses. Como é que nós, policiais, tratamos os filhos das mulheres negras, os maridos das mulheres negras? Então, é preciso fazer novamente um dever de casa. É uma inquietação bastante grande nesse sentido e estudarmos a masculinidade negra para compreendermos especificidades da masculinidade negra e tentarmos evitar o feminicídio.

Na atualidade, nós avaliamos 82.800 estudantes e verificamos uma subnotificação de 90% em relação à violência sexual perpetrada pelo companheiro (ou ele é padrasto ou ele é o pai dessas crianças, em relação às meninas). Então, é um lar violento, esse homem é violento, porque, se ele estupra enteada, se ele estupra filha, ele pode matar aquela mulher. Então, essa violência não está vindo estampada nos feminicídios, nas investigações, nem tampouco estupro marital, muitas mulheres são estupradas antes de serem assassinadas, mas a polícia não visualiza esse estupro, porque não há sinais de violência física. Essa mulher faz sexo com esse homem antes de ser morta, na expectativa de não ser morta. E nós sabemos disso por causa das mulheres que sobreviveram e contaram essa história.

As tentativas de feminicídio deverão ser estudadas minuciosamente no Brasil para que a gente possa evitar o feminicídio. Então, a nossa imersão nas casas pode se dar no enfrentamento à violência contra meninas e crianças, porque nós vamos visualizar esse homem violento e podemos então, quem sabe, evitar o feminicídio antes que ele aconteça. É nossa aposta atual no Piauí. E criamos uma medida protetiva de urgência, do mesmo modo que nós criamos a delegacia do feminicídio sem ter o crime de feminicídio. Tem uma Resolução da ONU (nº 3540, de 1985) que nos permite isso, que é a assistência à vítima, que é a proteção à vítima. Então, se nós estamos aqui no evento de direitos humanos, nada mais oportuno do que falarmos sobre instrumentos internacionais. Então, em 1985, antes da Carta Magna, nós já tínhamos... E temos o Estatuto da Vítima tramitando no Congresso Nacional. Então, nós temos instrumentos e já temos em vigor essa resolução que diz respeito à tutela penal e processual penal das vítimas, direito à informação e tudo que nós sabemos.

Bem, então, com base nisso, nós temos competência, sim, para alargar o nosso campo de atendimento e nós criamos a visita domiciliar. Lá no Piauí, a visita domiciliar, fazendo uma composição de arranjos que a gente chama jurídico-institucional, que é com base na Lei Henry Borel, na Lei Maria da Penha, que protege além da mulher, ascendentes e descendentes, e o poder geral de cautela do juiz. Então, com base nesse arranjo jurisdicional, nós criamos e já está disponível para toda a polícia brasileira no sistema PPE do Ministério da Justiça, basta o delegado, a delegada apertar um botão e isso gera automaticamente... Lá no Piauí, já vamos iniciar a Patrulha Maria da Penha, e a pessoa pergunta: 'Delegada, a patrulha vai entrar na casa?', 'Vai, a menina não foi estuprada? Já tem um vestígio de violência'. Isso já é para monitorar a menina que foi estuprada. Afinal de contas, nós precisamos saber se o agressor ainda está convivendo com essa menina, essa criança. Então, é dessa forma que nós estamos apostando na prevenção do feminicídio."



## Força da Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA, TIA TATÁ

Dona de creche na Comunidade Santa Luzia, na Estrutural (DF)

“Bom dia, é um prazer estar aqui onde eu nunca nem pensei de um dia estar, mas tudo quando Deus manda, temos que obedecer. No começo, tive um câncer no colo do útero, claro que fizemos todo o tratamento, mas antes para mim era o fim do mundo, como todas as pessoas quando descobrem. E fiz a promessa. Primeira coisa que eu ainda sou do tempo da promessa. Fiz a promessa que se eu ficasse boa, eu iria cuidar de criança. Só que até então eu morava numa chácara onde quase não tinha nem casa na época, e fiquei boa graças a Deus.

Depois de muitos anos, de muito tempo já boa, retornando a minha vida e a trabalhar, eu me separei do marido. Eu vinha de um casamento de 25 anos de casada. E antes de me separar eu trabalhava no lixão, eu trabalhei muitos anos no lixão aqui da Estrutural, de Brasília. Antes de ir para o lixão, quando eu morava só na chácara em que eu era chacreira, eu ficava pensando: ‘Como é que eu vou montar uma creche se aqui não tem nem casa quase?’. E eu digo: ‘Vai ser na hora de Deus, não na minha’.

Eu separei do marido já trabalhando no lixão e vendo muitas mães tendo que trabalhar no lixão e levando

as crianças escondido, até porque não podia ter criança lá. Mas as mães tinham que trabalhar, muitas não tinham leitura, com desemprego, desinformação de tudo, então tinham que trabalhar e levavam as crianças. As crianças ficavam escondidas no meio do mato, elas faziam aquelas casinhas no mato, deixavam as crianças escondidas e iam trabalhar. De hora em hora, elas iam vigiar as crianças escondidinhas para os vigias não verem.

Eu comecei vendo aquilo... foi quando veio o pensamento: ‘Eu estou vendo essa situação, as crianças estão aqui dentro, muitos estão aqui dentro, porque não tem lugar onde botar’. Foi onde eu fiz a minha casa de creche, eu parei de trabalhar no lixão e comecei a fazer da minha casa uma creche em que eu comecei a receber as crianças das mães que exatamente levavam para lá. Eu, sem experiência nenhuma, só com a promessa que eu já tinha e a vontade também. Comecei a receber criança de uma a uma. A casa era pequenininha, bem baixinha, e eu também sem experiência e sem nada de dinheiro para nada.

O dinheiro que meu companheiro me dava era para gastar só com as crianças. E quando não tinha nada,

quando faltava tudo mesmo, eu enchia minha mão de sacola e ia para os comércios de dentro da Estrutural. Chegava lá, eu batia num comércio, nas casas, um me dava uma xícara de arroz, outro me dava um quilo de feijão, eu ia para o mercado, outro me dava uma 'carnezinha' já pretinha, estragada, eu chegava em casa, escaldava e fazia para as crianças, mas nunca disse não para nenhuma criança que chegava com a mãe.

E, nessa brincadeira, hoje eu tenho 105 crianças. Todas são mães solo e hoje elas não trabalham no lixão, porque o lixão fechou, mas elas trabalham de reciclagem nas cooperativas. Elas têm quatro refeições ao dia: café da manhã, almoço, lanche e janta. Lá nós fazemos bazar comunitário, entrega de cestas e no final de semana nós fazemos comida para a comunidade. Hoje, de 900 a mil pessoas comem todo final de semana.

Eu vivo de doação, não tenho convênio com o governo, não tenho convênio com empresário. A única fonte de renda que eu tenho lá é de bazar... eu dou uma renda para as sete pessoas que trabalham comigo. Eu estou com 13 anos de creche. Quando eu comecei, eu não aceitava dinheiro... tem um ano e sete meses que eu fiz um *banner* divulgando as minhas creches.

Lá na minha comunidade, não parece nem que eu estou dentro de Brasília. Vocês nunca viram uma comunidade tão pobre, tão carente quanto lá. A comunidade é emendada com o lixão. Eu moro dentro do lixão. Tanto é que a gente fez uma cisterna, e a gente não pode beber a água. Até para banhar as crianças a gente está proibida, porque ela só serve para cozinhar, porque é fervida.

A luz lá é muito fraca. Na semana passada queimaram duas televisões minhas, porque lá não tem luz, é 'gato'. A luz lá é assim, de hora em hora ela oscila... e queima tudo que tiver ligado. Lá tem muitas casas de madeirite ainda, a maioria das casas são de madeirite, nem piso tem... e é dentro de Brasília. Eu vim hoje para reivindicar sobre esse assunto. Não tem água, não tem luz, não tem infraestrutura nenhuma. Quando chove, entra toda a água na minha creche, do jeitinho que a lama vem lá de dentro da Estrutural, ela passa na minha frente e enche minha creche de água todas as vezes que chove.

Na pandemia, eu fechei a creche e fiz da creche um restaurante comunitário. Lá comiam umas cinco mil pessoas todos os dias. Foi mais de um ano nessa posição. Eu quase não parava em casa, porque todo mundo mandava o dinheiro, então eu ficava dia e noite nos mercados fazendo compras. Nunca saiu um ser humano de lá sem levar o que foi atrás, seja o feijão, seja o arroz. Se não dá para a gente dar uma cesta básica, a gente rasga a cesta básica e fala: 'Qual é sua necessidade? É um feijão? Pega'. Enquanto tiver comida e tiver gente, vai comer.'

Quando eu falei sobre promessa, eu sempre falo que eu saio do Piauí, mas o Piauí nunca saiu de mim. Até hoje eu de vez em quando eu ainda faço promessa... e assim, graças a Deus é com a promessa e com muita fé que eu estou até hoje em pé e me erguendo, subindo escada degrau por degrau.

Eu tenho criança de seis meses a 12 anos. As crianças de cinco a 12 anos ficam só meio período... eles vêm de manhã, tomam café, e eu tenho uma área onde a gente dá aula de reforço. Às 11h eles almoçam e vão embora para a escola do governo. As outras crianças ficam o dia todo. Também recebemos criança cadeirante e crianças hiperativas.

Gente, outra coisa, eu não sei ler, esse projeto que eu tenho lá só levo mesmo pela graça de Deus. Minha leitura é muito pouca, muito pouco mesmo. Quando Deus chama, temos que obedecer, e é o meu caso. Tenho uma página no *Instagram* onde eu divulgo todas as coisas que eu faço: @tiatataferreira12. Eu não sei ler, quem trabalha muito nessa página é a menina que fica lá comigo.

Eu apareci até no Luciano Huck a semana passada. Fui para a Globo, passei três dias lá e minha creche apareceu... me ajudou muito, graças a Deus. E ele também disse que está querendo vir, porque eu cheguei, ainda nem fiz meus óculos que eu quebrei lá, e ele falou que vai me dar meus óculos e vai vir lá na creche."



## Força da Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### TEREZINHA MARIA DE JESUS

Mãe do Eduardo, assassinado aos 10 anos no Complexo do Alemão (RJ)

“Eu agradeço ser convidada para poder contar a minha luta, a minha história, que é uma história de muita dor e lágrimas. Eu sou a Terezinha Maria de Jesus. Eu sou a mãe do Eduardo de Jesus Ferreira. Meu filho foi assassinado no dia 2/4/2015.

O Eduardo, meu filho, foi assassinado no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, por dois policiais militares do estado. O meu filho estava dentro da minha casa quando ele ouviu a voz da irmã dele e ele falou assim: ‘Mãe, Patrícia chegou. Vou sentar-me aqui fora esperando a minha irmã’. E ele se sentou na escada da minha casa. Em questão de segundos, eu ouvi um estouro e uma voz assim: ‘mãe’. Quando eu saí para o lado de fora, na minha varanda, só tinha fumaça, e tinha um pedreiro na minha varanda que eu pensei que tinha acontecido alguma coisa com ele. Aí eu fiquei na porta e falei assim: ‘Cícero, o que aconteceu?’, e ele falou assim: ‘o Eduardo...’.

Quando eu olho para baixo na escada, estava meu filho lá, caído, já morto, porque um tiro de fuzil na cabeça não tem como escapar. E eu entrei em desespero.

Eu não tinha visto a fileira de polícia. Isso era 5h20 da tarde e eu não tinha visto a fileira de polícia na outra escada. Eu abaixei, gritando, pedindo socorro: ‘Meu filho, levanta, levanta!’ E eu não tinha visto os policiais. Quando eu olho para trás, eu vi a fileira de polícia, e eu larguei o corpo do meu filho lá no chão e parti para cima do primeiro que estava na fila, que era um policial da tropa de choque, eu peguei no colete dele e falei: ‘Você matou meu filho’. E ele falou: ‘Assim como eu matei seu filho, eu posso muito bem te matar, porque eu matei um filho de bandido’. E meu filho não é filho de bandido. O pai do meu filho trabalhava de carteira assinada.

Então, eu entrei em luta corporal com esse policial e ele colocou o fuzil na minha cabeça... Fiquei cerca de cinco minutos com um fuzil na cabeça, meu filho já morto e eu com um fuzil na cabeça. Então, muita gente começou a chegar no local, e eu gritando, pedindo: ‘Socorro! Leva meu filho para o hospital’. E ele com esse fuzil na minha cabeça... E todo mundo: ‘Sai, sai que ele vai te matar’. Eu falei: ‘Mas vai matar quem? Porque eu já estou morta também. Tirou um pedaço de mim, o resto ele pode

levar.' Então, ficou naquela luta, os outros policiais tentando me tirar dele, mas não conseguiam. E, na minha luta com esse policial, um deles falou assim: 'Vamos incriminar a criança agora colocando um *kit* de droga e arma na mão da criança'. E eu falei assim: 'Se vocês colocarem droga e arma na mão do meu filho, se ela tiver bala, eu te mato. E se ela não tiver, eu te jogo na tua cara. Abaixa e bota aí para você ver.' E eles não colocaram....

## “Eu vou lutar!”

Tentaram tirar o corpo do meu filho do local, e eu não deixei, porque, quando não tem corpo, não tem crime. E eu não deixei. Então, ligaram para a divisão de homicídio, aí veio o delegado, veio 'meio mundo' de polícia... Nesse dia, o Complexo do Alemão ficou lotado de polícia, era polícia para todo lado, e eu, no maior desespero, não queria que ninguém entrasse dentro da minha casa.

E chegou o delegado Rivaldo Barbosa dizendo que o caso do Eduardo era prioridade para ele, que ia investigar o caso e ia punir esses policiais. O que ele fez depois de sete meses? Ele encerrou o caso como legítima defesa, dizendo que não sabia de qual arma partiu o tiro que matou Eduardo. Então, naquele momento ali, eu cheguei no Rio de Janeiro para viajar com anistia Internacional para fora do Brasil, e ele não contava que eu estava chegando no Rio de Janeiro quando ele foi falar isso na televisão. Então, no outro dia, a reportagem estava toda no hotel que eu estava, e eu botei o dedo na cara dele e chamei ele de covarde e de mentiroso, por que legítima defesa de quê? Meu filho só era uma criança, meu filho tinha 10 anos, ele estava com celular na mão, meu filho não era bandido, meu filho estudava o dia inteiro num colégio de horário integral, meu filho estava no quinto ano, ele já sabia ler, já sabia escrever, e o dia que não tinha aula para ele eu o levava para o meu trabalho. Eu não deixava meu filho jogado. Então, me doeu muito quando ele disse que encerrou como legítima defesa, quis dizer o quê? Que meu filho é bandido? Meu filho não é bandido... Então, naquele dia eu pensei assim: 'Eu não vou deixar isso para trás. Eu vou lutar'.

Então, no dia da morte do meu filho, nesse mesmo dia, a gente não pôde mais voltar para nossa casa, a gente abandonou tudo porque a gente ficou ameaçado. E tinha dois policiais encapuzados, a minha filha tentou tirar a máscara de um deles e eles ameaçaram dizendo que voltariam de novo. Então, como mãe, a gente sofre muito, porque a gente perde os nossos filhos e a gente não tem justiça.

E eu disse para mim mesma: 'Eu vou lutar'. Então, chegou o primeiro dia da audiência de instrução e infelizmente só teve uma audiência do caso do meu filho. O policial foi liberado, ele entrou pela porta da frente e saiu pela porta da frente. E o caso foi arquivado. Então, passei oito anos da minha vida lutando. Eu falei assim: 'Eu não vou deixar, é meu filho. E eu vou mostrar para a sociedade do Rio de Janeiro tudo o que eles falaram, porque o caso chega até o Tribunal de Justiça, e eles não querem ouvir a mãe, eles querem fazer investigação da vítima, do que está morto já. Então, o que eles têm que investigar é quem matou meu filho, não é meu filho que tem que ser investigado.' Então, eu disse para mim mesma: 'Eu não vou deixar isso, eu vou lutar'. Aí eu tive que voltar para minha cidade, minha terra natal, que é no Piauí.

Voltei para lá, mas lá não me senti segura e de lá eu não podia fazer nada. Eu falei para o meu marido que eu ia voltar para o Rio de Janeiro para investigar a morte do meu filho sozinha. Ele falou para mim: 'Mas você está correndo risco, você não pode ir para lá, porque eles vão te matar'. Eu falei: 'Eu vou. E eu vou investigar e vou mostrar'. E eu fui, voltei de novo para o Rio de Janeiro, investiguei a morte do meu filho sozinha e consegui umas imagens, 43 vídeos que comprometiam os policiais. Levei na Defensoria Pública, mas a Defensoria Pública não faz nada pela gente, porque o advogado falou que não tinha nada que pudesse ajudar para desarquivar, e eu falei que tudo bem. E ele disse: 'Se a senhora trouxer provas aqui, a gente reabre o caso'. Eu falei assim: 'Para que prova maior do que essa?' Então, a Defensoria Pública não fez nada.

Então, ao subir ao palco do teatro em Ipanema, no Rio de Janeiro, eu conheci o Clayton Nascimento, em 2016, só que ele ainda era estudante, ele não estava no auge. Então, ele falou para mim: 'Olha, Terezinha, eu ainda não posso te ajudar muito, mas eu vou levar tua história para o Brasil e para o mundo. Estamos juntos.' Então, como agora ele está no auge, com a peça Macacos, ele me chamou para o lançamento do livro em 2023, em São Paulo, e eu fui. Ele falou assim: 'Hoje vai ser o primeiro dia que você vai subir no palco e vai pedir ajuda para advogado, para jornalista, para quem você quiser'. Nesse dia, lá em São Paulo, eram mais de mil pessoas e eu fiquei um pouco nervosa, mas eu consegui falar.

Toda vez ele me chamava no final, e eu pedia ajuda de advogados, de jornalista, de todo mundo. E muitos advogados apareceram muitos, muitos mesmos, mas nenhum fez nada. Mas nesse do Rio de Janeiro, quando eu subi no palco e contei a minha história, a minha dor, um advogado invadiu as cortinas antes de fechar, pegou na minha mão e falou assim: 'Você tem

advogado?’ Eu falei: ‘tenho o da Defensoria Pública, mas ele não faz nada.’ E ele falou: ‘A partir de agora eu sou seu advogado.’ E eu disse para ele: ‘Mas eu não tenho condições de te pagar.’ Ele falou assim: ‘Mas eu não vou te cobrar’. O nome dele é João Pedro Acioli. Então, ele entrou no caso do meu filho e com uma semana ele já começou a dar resultado. O caso foi desarquivado no ano passado e agora a gente está esperando ter audiência, mas o promotor mandou uma nota falando que vai fazer uma nova reconstituição no local, mas está esperando a segurança do Rio de Janeiro.

Cadê a segurança do Rio de Janeiro? Cadê? Ele falou que está dependendo dessa segurança. A segurança do Rio de Janeiro só serve para esse pessoal que vem de fora, aqueles presidentes que vêm para o G-20..., mas a segurança para um promotor poder entrar lá dentro para fazer uma reconstituição para fazer a justiça para uma mãe, não temos. Então, a gente está aguardando essa segurança do Rio de Janeiro.

Eu estou aqui também não só para falar do caso do meu filho, mas o caso de duas mães, uma do Rio de Janeiro e outra de Tocantins. A do Rio de Janeiro é Ana Rocha, uma mãe que perdeu um filho atropelado na Avenida Brasil por um juiz. Todo mundo tem medo de falar desse caso, todo mundo. O caso já foi arquivado, não fez nada. E a gente só quer que a justiça seja feita, porque a gente perdeu nossos filhos. E a outra mãe é a Janete Pereira, de Tocantins. O filho dela foi sequestrado e executado pela polícia de Tocantins. Ele e outro rapazinho. O nome do filho dela também é Eduardo Pereira, e o outro rapaz de 17 anos é Alan de Assis. Eles foram sequestrados e executados dentro de um matagal perto da casa dela por policiais tanto fardados como sem farda.

Isso é muita dor para uma mãe, e ela não tem voz lá em Tocantins, porque ela é ameaçada. Lá ela não tem voz, ela não pode falar nada... Então, eu não posso ficar só pedindo justiça para o Eduardo, mas sim para todos os ‘Eduardos’, para todas as mães que precisam, porque o estado faz assim com as mães, ele mata nossos filhos e depois ele quer matar a gente de pouco a pouco com remédio. Foi o que fizeram comigo, e eu não aceitei tomar remédio. Até hoje eu nunca tomei um comprimido, eu não preciso de remédio. Eu preciso é de Deus e de justiça para o meu filho e para os filhos das outras mães que estão sofrendo a perda junto comigo.

Eu só esqueci um detalhe que eu não posso deixar de falar. Hoje em dia eu vivo de estado e em estado, eu não tenho segurança, eu não tenho ajuda de ninguém, então quem tem que fazer a minha segurança, em primeiro lugar, é Deus, e em segundo, eu mesma. Eu não posso mais morar na minha cidade,

eu não posso morar mais no Rio de Janeiro, então eu fico assim de estado em estado. Agora eu moro em outro estado e não posso nem ficar muito tempo... Quando eu vejo que o negócio está muito diferente para mim, acontecendo uma coisa atrás da outra, eu vou e me mudo de novo com meu marido para outro estado. Isso não é vida de gente não, porque a gente perde nossos filhos e a gente que tem que estar se escondendo para não morrer... porque eu tenho que estar me escondendo para não morrer”.

**“Isso não é vida de gente não, porque a gente perde nossos filhos e a gente que tem que estar se escondendo para não morrer... porque eu tenho que estar me escondendo para não morrer.”**





Foto: Rafael Luz



## Força da Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### ANA PAULA MARQUES

Atleta paralímpica de Halterofilismo

“Aos 20 anos, eu sofri a tentativa de feminicídio do meu ex-companheiro. Ele não aceitou a separação. Então, aquela coisa: ‘não vai ser minha, não vai ser de mais ninguém’. Nessa época eu trabalhava, a gente tinha um filho de três anos e na volta do trabalho, eu decidi, eu fui para escola, tinha voltado a estudar, coisa que ele não deixava... Nisso a gente já estava separado, mesmo assim ele vinha naquela perseguição de estar ali indo aonde eu estava, ameaçando.

Foi em um desses dias que ele foi atrás de mim na saída da escola, atrás não, foi na rua onde nós morávamos, onde a minha mãe também mora, e onde eu estava residindo na época. E foi então que ele me parou na rua, primeiro me agrediu, verbal e fisicamente. Eu estava com a minha irmã, minha irmã o segurou, e eu virei as costas e disse: ‘não, não quero briga’. Foi automaticamente quando eu virei as costas que eu ouvi só aqueles dois disparos e caí. No que eu caí, eu não senti mais as minhas pernas e percebi que alguma coisa estava errada. Eu achei que ele estar na hora ali eu ia morrer, porque a bala perfurou o pulmão e tal. Eu pensei, não conseguia respirar, eu disse: ‘Bom, ele me

matou’. Aí eu, automaticamente, a gente como mãe, a gente pensa nos filhos, e eu pensei: ‘O que vai ser do meu filho agora?’.

Eu fui socorrida, no hospital eles disseram que foi uma lesão medular e eu estava paraplégica, sem possibilidade de recuperação, porque a lesão foi completa. E dali a gente pensa assim: ‘Bom, acabou... não vou ser mais mulher, não vou poder fazer mais nada, minha vida acabou ali, chega’. E aquela coisa, a depressão veio, eu não queria sair de casa, ficava ali escondida, não queria que ninguém me visse. A minha mãe dizia: ‘Vamos tomar um solzinho?’. E eu: ‘Não, não quero, porque o pessoal vai ficar me olhando’. Foi até difícil eu voltar para fazer assim a fisioterapia que a gente precisa, mas eu conheci um amigo que me levava para essa fisioterapia e foi me incentivando até eu conseguir uma vaga na Rede Sarah e ali começar a reabilitação de verdade.

Foi ali que eu vi que realmente a gente não percebe, não vê que o feminicídio vem de longe. Já acontece há muito tempo, mas naquela época, 21 anos atrás, não era

divulgado, não mostrava... Eu achava que era a única. E quando eu cheguei na Rede Sarah, eu vi que das 20 meninas de lá, dez tinham sofrido feminicídio, por disparo de fogo, agressão, ser empurrada... e estavam na cadeira de rodas por causa disso. Eu pensei: 'Poxa, não é só comigo, as coisas acontecem com muitas mulheres'.

**“Vou continuar até onde eu conseguir levantar a barra.”**

E a gente está suscetível a isso num momento frágil em que a gente não vê que está sendo agredida não só fisicamente, mas psicologicamente, verbalmente. Muitas vezes as mulheres aceitam e acham que ele está fazendo isso, porque é marido, porque é companheiro, porque está cuidando de mim. A gente vai aceitando até chegar um limite que: 'opa, espera aí, está errado'. E foi o que aconteceu comigo quando eu disse assim: 'não quero mais essa relação'. Só que ele não aceitava que eu saísse de casa, que eu não queria mais ele. Dali, então, eu comecei a reabilitação e percebi que eu podia mais, porque eu tinha um filho ainda para criar. Então, eu comecei a vir para Brasília fazer essa reabilitação, do Rio Grande do Sul para cá, até eu decidir vir definitivamente para Brasília e começar no esporte. Na Rede Sarah Lago, eles têm uma reabilitação esportiva, e ali eu comecei a ver alguns esportes.

Foi que eu comecei na vela, onde participei de campeonatos internacionais e já tive três títulos mundiais. Conduzi a tocha na época... Em 2016 a 2017, a vela saiu das paraolimpíadas, e eu: 'Bom, se não tem a vela, vai outro esporte'. Aí eu comecei no halterofilismo e, de lá para cá, eu venho competindo, treinando e, com muito esforço, esse ano eu consegui a vaga, que é muito difícil, muito difícil mesmo conseguir essa vaga, foi que eu concretizei e fui para Paris representar o Brasil, com muito orgulho de estar lá levando a bandeira do Brasil e dizendo que a força venceu.... A gente vê um filme da nossa vida, de tudo que aconteceu, de tudo que eu passei, que não foi fácil. Se eu for contar aqui, eu vou passar acho que uma semana contando para vocês cada momento, cada coisa, mas graças a Deus eu superei a depressão, consegui criar meu filho, hoje ele está com 25 anos, casou agora esse ano. Então, para mim, como mãe, ele está bem encaminhado.

E eu, graças a Deus, estou no esporte, vou continuar até onde eu conseguir levantar a barra, onde eu conseguir velejar e sei lá quantos anos forem, eu

vou estar no esporte com certeza, porque foi o que me trouxe de volta à vida. Que nem eu digo: o esporte traz a gente, me fez superar coisas que eu achava que eu não conseguiria e me trouxe de volta para a realidade, me fez ser uma pessoa normal, porque a gente se olha com deficiência e a gente acha que todo mundo fica te olhando.... E uns pais dizem: 'ah, coitadinha, tão novinha...'. A gente fica meio retraída nesse sentido, mas o esporte me mostrou diferente, me mostrou que eu podia mais, que eu era uma pessoa normal, que eu podia fazer tudo que uma outra mulher pode fazer, e realmente é verdade. E hoje eu estou aqui, graças a Deus, feliz por ter realizado esses sonhos e quero realizar ainda mais.”



## Fé na Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE

Desembargadora do TJCE  
Ouvidora geral do TSE

A desembargadora Iracema Martins conduziu a conversa Fé na Mulher, reunindo as palestrantes Nilce do Nascimento – a Mãe Nilce de Iansã –, a professora aposentada Adelina Benedita Alves Santiago e Nayara Porto, presidente da Avabrum (Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem em Brumadinho/MG). Ao compartilharem suas trajetórias, apresentaram a fé, a crença e a coragem como fundamentos da luta por direitos humanos e da construção de uma sociedade brasileira mais igualitária, inclusiva e reparadora. Além do painel, a magistrada destacou a programação paralela, que incluiu encontros com escritoras de ficção e não ficção, participantes de rodas de conversa informais realizadas à tarde, no Espaço Sepúlveda Pertence.

#### **Confira abaixo a fala da desembargadora na abertura do painel:**

“Hoje, 10 de dezembro, celebramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Em homenagem a esta data tão importante, a ministra presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, idealizou este dia dedicado às mulheres, especialmente àquelas que superaram obstáculos e seguiram adiante com fé – entendida como confiança e crença.

Teremos hoje uma programação intensa, com exposições sobre o voto e a Democracia Bordada, palestras com mulheres escritoras e depoimentos de mulheres que enfrentam lutas diárias pelos seus direitos e pelos direitos de suas comunidades. Convido todos e todas a visitarem os auditórios para conhecer o trabalho, a trajetória e as histórias dessas mulheres extraordinárias. Haverá transmissão ao vivo pelo canal do YouTube em todos os auditórios, permitindo que aqueles que não puderem acompanhar toda a programação possam assistir posteriormente.

Ao longo do dia, o *foyer* estará ocupado por duas exposições: uma sobre a história do voto, que será apresentada pela doutora Heloísa, fruto de uma iniciativa do TSE em parceria com o Projeto República, da UFMG; e outra com um compilado de bordados produzidos por mulheres de todo o Brasil. A mostra está belíssima, e convido todos e todas a conhecerem esse trabalho, reunido por Sáva e Marilu Dumont, a convite da ministra presidente.

Ao final do dia, será realizada uma reunião do Observatório de Direitos Políticos e Fundamentais da Mulher, com a participação de três adolescentes e jovens, que compartilharão suas visões de futuro.

Teremos também uma roda de conversa com escritoras que vêm organizando o conhecimento e a luta das mulheres por meio de seus livros, difundindo saber, literatura e experiências. Contaremos ainda com a declamação teatral de Andréa Beltrão, em uma obra tão antiga quanto universal. O objetivo é construir uma narrativa que fortaleça a garantia dos direitos fundamentais das mulheres, incluindo seus direitos políticos e sua representação na política.

Agradecemos aos coletivos de bordadeiras que contribuíram para a exposição A Democracia Bordada. A mostra convida à reflexão sobre como cada ponto é essencial para a manutenção da justiça e da igualdade na sociedade. Destaca-se, ainda, o fragmento da ‘Carta aos Brasileiros e Brasileiras’, documento histórico redigido pelo jurista Godofredo Telles, em 1977, que reafirma que só há possibilidade de uma vida digna dentro da democracia.

Os painéis retratam os biomas brasileiros e movimentos sociais, com representações de todo o país – um convite para que cada um reconheça sua própria bandeira nesse conjunto.”





Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## MÃE NILCE DE IANSÃ

Do Ilê Omolu Oxum  
Coordenadora nacional da Rede nacional de  
Religiões Afro-brasileiras e saúde (Renafro)

“Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. A minha bênção para meu povo de axé. Hoje é terça-feira, é dia do orixá Ogum. Que Ogum continue lutando por nós e abrindo nossos caminhos. Axé. Quando eu falo aqui em obstáculos e desafios, nós, povos de terreiro, eu sou a mulher nascida e criada há 73 anos, que é a minha idade. Não parece, com essa cara novinha. Mas eu tenho 73 anos, já sou bisavó, nasci dentro de um terreiro e tenho uma doença, que eu conheço bem essa dor, que é o racismo religioso. Esse é o nosso desafio. Essa é a nossa grande demanda. O racismo religioso está entrando nos nossos templos sagrados, está destruindo nossas casas, nossas peças, nossa tradição.

Então eu já saúdo aqui a minha ancestralidade, porque eu sei que as minhas mais velhas, os meus mais velhos lutaram muito, lutaram muito para ocupar alguns espaços que ocupo hoje, mas certamente deixaram as portas abertas para que eu adentrasse e estivesse aqui, no lugar que eu acho muito importante para falar das nossas demandas. Muita gente não sabe, mas várias demandas levam a pessoa a procurar o terreiro. Por que procurar o terreiro? Porque o terreiro é um espaço de acolhimento. O terreiro é um espaço de escuta.

## Fé na Mulher

Muitas vezes, quando uma mulher que apanhou do seu marido, da sua companheira, em vez de ir para a Deam, delegacia, não. É para o terreiro que essa mulher vai. Eu lembro na época da Aids, quando as pessoas se viam positivas, sabiam que iam morrer, porque morriam, não tinha antirretroviral. É o terreiro que as pessoas procuravam. Problema de justiça é o terreiro que a pessoa procura.

Então o que acontece? O terreiro faz esse acolhimento, o terreiro faz essa escuta, o terreiro orienta e o terreiro encaminha quando necessário. Só que, infelizmente, existe o desconhecimento de tudo isso. Existe um imaginário negativo sobre nós, povo de terreiro, nós somos o quê? As macumbeiras. É assim que nos tratam: os macumbeiros. Se eu tenho filhos de santo dentro do hospital, precisando de acolhimento, eu não posso entrar lá. O padre vai entrar e o pastor, mas se eu entrar, ‘Olha lá, aquela moça é da macumba’. É assim que nos veem? É assim que nos tratam.

**“O racismo religioso  
é uma violação dos  
direitos humanos.”**

Eu vou falar aqui da Casa de Mãe Meninazinha de Oxum, que é de onde eu sou, mãe de santo, Rio de Janeiro, a mulher que lutou mais de 30 anos para tirar o nosso sagrado que se encontrava no museu da polícia chamado ‘Sala da magia negra’. Foi uma luta para uma Meninazinha e outras

lideranças no Rio de Janeiro, para tirar o nosso sagrado do Museu da Polícia, onde entregamos no Museu da República, porque lá realmente tivemos esse acolhimento. Eu várias vezes falei para o diretor do museu: 'Eu espero que o senhor dê aí a essas peças o mesmo acolhimento e respeito, acima de todo o respeito que o terreiro dá', mas, infelizmente, não é assim que o pessoal nos vê.

O terreiro, além do espaço de promoção de saúde, acolhe as pessoas. O terreiro tem projeto social. Em 1997, 1998, o meu terreiro, lá de Mãe Meninazinha, tirou da rua mais de 200 adolescentes em situação de risco social. Eles fizeram um trabalho lá com oficinas, aprenderam a fazer coisas para trabalhar, para ganhar dinheiro, para gerar renda. Depois foram para escola. Eu fui pessoalmente a 17 cidades, 17 terreiros, dizendo para as lideranças, para os pais e mães de santos que eles deviam fazer o que eu estava fazendo: aproveitar o espaço de um terreiro que não é pequenininho, são espaços grandiosos que ficam ociosos fora das atividades religiosas, e promover ação social. Porque a mulher, quando procura o terreiro, e o terreiro acolhe, está fazendo o quê? O terreiro está promovendo saúde, porque a mulher adocece, porque já foi espancada.

Eu estou trabalhando 'violência doméstica e familiar' desde 2005. Em 2006, veio a Lei Maria da Penha. As mulheres continuam sendo mortas, e eu tenho que continuar falando. Eu tenho que aproveitar o espaço e dizer o que o terreiro faz, porque as pessoas não sabem. Na pandemia, é forte falar assim, mas quem matou a fome de muita gente foram os terreiros. Eu mesma fui a 13 terreiros só no Rio de Janeiro, levando tíquetes de alimentação, que eu consegui junto com a Coalizão Negra por Direitos.

A Renafro, essa rede que eu coordeno, que é a Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras de Saúde, nós hoje estamos com 54 núcleos em todo o país. Nós fizemos uma pesquisa, o que outras entidades poderiam ter feito, como o governo, mas não tiveram tempo para fazer. Nós fizemos uma pesquisa sobre racismo religioso. Eu fui à ONU, eu fui a Genebra levar a nossa pesquisa. Acabei de sair do Fórum de Afrodescendentes levando a nossa pesquisa. Acabei de chegar de Washington, fui à OEA, fui em vários órgãos, levando a nossa pesquisa. O povo de terreiro que fez o trabalho.

Eu sou de Candomblé, mas não é só Candomblé. Nós temos uma diversidade dentro da Renafro que nem eu conhecia. Uma mulher com 73 anos, nascida e criada no terreiro, 54 anos iniciada por santo, eu não sabia meus direitos, por exemplo. Aí eu chamo doutor Hédio, que defendeu a nossa causa no STF, e levo ele para falar do nosso direito em várias casas, porque a gente não conhecia. Então é importante que as pessoas saibam. Só querendo dizer que nós somos o quê? Os macumbeiros, que fazemos o quê? Matamos galinha. Me disseram: 'Ah, mas vocês matam galinha'. Claro que a gente mata, a gente não

come a galinha viva. E a gente celebra a vida quando divide esse alimento com a nossa comunidade e com a nossa comunidade em torno. Porque, quando acaba uma festa de Candomblé, já está o vizinho na porta com o seu pratinho de sorvete vazio. E o terreiro faz isso: alimenta o povo."

**Sobre religião e política nos Direitos Humanos:** "O racismo religioso é uma violação dos direitos humanos. Por que é que é uma violação? Porque o Estado é laico. Nós, o povo de matriz africana, realmente temos uma coisa de agregar. Eu tenho um grupo no Rio de Janeiro em que a liderança do grupo, além de uma menina da linha de Oxum, é o Dom Orani Tempesta, o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, porque isso tem que agregar, poder fazer alcançar uma cultura de paz. A gente não quer brigar com ninguém. Eu estou aqui, ó, isso aqui é o quê? Colar? Não. Para mim, isso aqui é fio de conta que eu uso como proteção, não uso como enfeite. Mas muitas vezes estou impedida de entrar em alguns espaços usando isso aqui. Existe uma perseguição. Então a gente precisa realmente de reparação, reconhecimento dos nossos saberes e dos nossos fazeres, e uma política de proteção, acima de tudo."

**Sobre o que falta para o respeito à liberdade religiosa:** "Eu acho que está faltando mais divulgação sobre as nossas ações. Está faltando, acima de tudo, o respeito às práticas e aos saberes do povo de matriz africana. Quando eu falo 'matriz africana' não é só Candomblé, gente. É Xangô, Xambá, Batuque, é Terecô, Tambô de Minas, Jurema, tudo isso é matriz africana. Tem a Umbanda, que é brasileira, mas a gente respeita. Está faltando isso, falta de conhecimento e respeito à nossa tradição. Vamos ver agora se [o Poder Público] consegue avançar com as políticas públicas. É isso que a gente precisa: proteção, união, unidade, respeito. Vamos respeitar o outro como a si próprio. O nosso sofrimento não aconteceu ontem, antes de ontem. É ancestral. Nós somos de uma tradição... Eu não tenho Bíblia. Eu respeito a Bíblia. Mas a minha tradição veio da oralidade, que a minha bisavó falou, que a minha mãe falou."

**Sobre o valor da vida e novas políticas:** "A maior violação foi a perda de vidas. Mãe Juda foi assassinada. Mãe Bernadete foi assassinada com tiros. Mãe Gilda apanhou com a Bíblia na cabeça antes de ir a óbito. Sobre a fé, cada um com a sua e respeitando a do outro. Vamos ser a favor de nós mesmos, porque contra nós já tem muitos, mas, acima de tudo, respeitem o nosso terreiro. Acabou de sair uma lei agora do governo que é a Política Nacional para Povos de Terreiro. Eu espero realmente que essa política seja um instrumento de proteção às nossas tradições, seja uma política de combate ao racismo religioso, que se cumpra. Nós, da Renafro, estamos acompanhando o caso da professora que foi apedrejada (na Bahia, por trabalhar matrizes africanas)."

## Fé na Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### ADELINA BENEDITA ALVES SANTIAGO

Professora Aposentada da rede pública do DF e membro do Coletivo Mulheres Negras Baobá, do DF e Entorno.

“Licença e respeito a todos aqueles que um dia se moveram pela força da fé na educação transformadora, uma ação ancestral para que eu estivesse aqui, falando do meu legado enquanto professora deixado no chão da escola. Gratidão pelo reconhecimento.

Legado estendido pela força do Coletivar, as comunidades das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Início minha trajetória em Ceilândia na sala de aula e hoje, como professora aposentada, unindo forças no Coletivo de Mulheres Negras Baobá, aqui hoje, representada pela nossa querida Lídia Garcia, que está ali, a nossa querida Valéria Bonifácio e a Loudimar Serra. Obrigada pelo apoio e pela força.

Nós estamos ali no Setor de Chácaras Lúcio Costa, com ações comunitárias, com mulheres negras, catadoras, chefes de família na luta por comida no prato para suas filhas e seus filhos, estudantes dependentes das políticas públicas, que despertam em nós a vontade de conhecer o espaço de convivência, a realidade local para um melhor resultado das ações, principalmente as estendidas da escola para a comunidade. A aplicabilidade da Lei nº 10.639, de 2003, é um exemplo

disso. O bem-viver em sua prática, nas trocas, nas vivências, pelo sentir em um espaço acolhedor e transformador, movimenta toda a vontade de colheita de resultados.

A trajetória de uma professora não se resume em ocupar somente espaço de ensino. Se resume em legado de representatividade, de ações incansáveis demonstrados ao longo do tempo, principalmente em se tratando da luta contra o racismo. Algumas práticas em sala de aula, como oficina das rainhas coroadas, se trata de confecção de adereço para a cabeça, com resultado final de coroação de alunas e alunos negros para uma visão de liderança e transformação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma conquista de espaço, dizendo a eles que os direitos são iguais perante a lei. Oficinas de Boneca é uma confecção de oficina de bonecas negras feitas em



salas de aula. É aproximar realidade e necessidade de valorização da força e potência da mulher negra para uma visão de projetos antirracistas.

Nesse espaço, representado aqui com força total pelo Coletivo de Mulheres Negras Baobá, diante das nossas experiências no Coletivo, principalmente para amenizar a fome, passar informações tais como direito e participação nas eleições e ao voto, direito às informações sobre a lei do feminicídio, sobre a Lei Maria da Penha, direito de ser bem informada para não cair em 'fake news', direito de ser alfabetizadas, direito à saúde, direito à comida no prato. A fé e a força de mulheres se fazem e se movem na coletividade, em potência para colheita de resultados com muitos colaboradores da sociedade civil e instituições. Uma vontade em fazer acontecer.

Para finalizar, nós, mulheres negras, estamos em campanha por reparação e bem viver, organizando uma marcha para 25 de novembro de 2025 na expectativa de levante e marcha com 1 milhão de mulheres no chão de Brasília com o objetivo de celebrar a força e a fé das mulheres negras e pedir justiça por vítimas de violência, além de promover a participação política das mulheres negras e defender o Estado Democrático de Direitos. Convidamos. Então levante e venha marchar conosco.

A minha infância em Paracatu, para nós, vestidas nessa pele negra, é uma trajetória. Não podemos nem dizer que foi muito fácil. Somos oito filhos. Minha mãe, salgadeira, meu pai, pedreiro, em busca sempre da comida no prato. Como retrato aqui com as mulheres ali do coletivo e também as mulheres da comunidade Lúcio Costa. Para quem conhece Paracatu, nós moramos ali no bairro Santana. Meu pai era um educador social e fez toda essa transformação aos filhos. O presente nosso de Natal era um quadro de cimento.

Meu pai, como pedreiro, um dia ele chegou e presenteou todos os filhos. 'Não temos como dar presente de Natal para vocês'. Fez um quadro de cimento na parede e ali nós dávamos aula para os nossos irmãos menores. Eu sou a segunda filha. O giz que nós usávamos era o torrão de cal que meu pai trazia e o carvão que minha mãe sempre também nos presenteava para aquelas escritas, do fogão à lenha.

E hoje, de oito irmãos. Nós somos cinco professoras, e um dos meus irmãos, são três irmãos, cinco mulheres e três homens, um dos meus irmãos professores. E a nossa infância foi ali. A minha tia Susana nos dava aula na porta da geladeira, e ali ela escrevia também com o carvão na porta da geladeira. E a minha vó negrinha, que é a Rita, ela nunca se opôs a isso. Minha avó Maria, também minha avó paterna, sempre ela admirava a atitude do meu pai, que era o seu filho, geralmente as mães têm um filho predileto. Ela falava: 'Como meu filho é inteligente em presentear os seus filhos com a educação'.

Então é o legado que eu carrego até hoje e repasso. Eu tenho uma filha, hoje também professora da Secretaria. Tenho os meus sobrinhos, uma grande maioria também professores. E a gente fala: está no sangue, mas é um legado que vai repassando dentro da nossa ancestralidade até o presente momento. É um certificado muito grande para nós. E o nosso bairro Santana, para quem conhece ali, é um bairro, ele é aberto, e, quando chegamos lá hoje, até churrasco na praça em plena segunda-feira, nós fazemos. É muito legal e muito bacana essa nossa conquista dentro desse nosso espaço.

Eu quero deixar aqui a demonstração de um artesanato que é da boneca Abayomi, criada pela nossa querida artesã Lena Martins, e uma demonstração da força da mulher negra. Presentear isso aqui é uma oficina que nós sempre trabalhamos em sala de aula e ela tem se multiplicado nas turmas, nas escolas, sem romantizar a dor das mulheres negras, e sim demonstrando a força e a fé dessas mulheres, uma transformação de uma sociedade.

E aqui também é o adereço das rainhas coroadas, que trabalhamos muito nas oficinas, porque o nosso aluno, ele precisa pegar, manusear, para trazer toda essa transformação e materializando naquilo de mais produtivo e que nós esperamos dos nossos alunos, que a luta pelos direitos para uma transformação social numa questão ainda mais democrática. Então quero deixar, presentear vocês. Esse endereço aqui proporciona várias amarrações, coroando, sim, meninas e meninos negros do fundão de sala de aula, dizer a eles que eles podem e que eles devem se jogar, se transformar, fazer acontecer."



## Fé na Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## NAYARA PORTO

Presidente da Avabrum  
(Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão em Brumadinho)

“Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos aqui. Diferente do que eu ouvi, se tem um lugar que a gente não gostaria de estar era aqui, de estar nessa posição. Estamos aqui representando a Avabrum, Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos do Rompimento da Barragem da Vale em Brumadinho. Estamos aqui por causa dessas 270 pessoas. 270 vidas, sonhos, memórias que nos foram retiradas, que foram assassinadas, que perderam seu direito primordial. Começa a nossa violação de direito humano. Perdeu o direito à vida no dia 25 de janeiro de 2019. E até então começou a nossa luta.

Eu, esposa, perdi meu marido, de 32 anos, Everton Lopes Ferreira. Tínhamos 3 anos e meio de casados, 5 anos e meio juntos. Perdi meu cunhado. Minha irmã também ficou viúva; ela era noiva do Tiago, 30 anos. Tinha acabado de comemorar seus 30 anos, ambos jovens. Minha irmã com 26 anos. E estou aqui com a dona Maria Regina, que também faz parte da Avabrum, mãe da Priscila Ellen, de 29 anos, que também perdeu, foi assassinada no dia 25, pela negligência, pela troca por dinheiro. A empresa que tanto pregava a vida como em primeiro lugar, sendo uma regra de ouro da empresa, a vida em primeiro lugar, dessa vez ela

colocou o dinheiro em primeiro lugar e decidiu, como disse o delegado num congresso que nós fizemos, a empresa se esforçou muito para matar os nossos, para trocar eles em troca do dinheiro.

E a Avabrum nasce com mulheres, a maioria mulheres. Nós somos hoje 11 diretores e temos 9 mulheres e 2 homens. Quando a Avabrum foi constituída em agosto de 2019, nós éramos 10 mulheres e um homem. E a Avabrum nasce desse desespero, da falta de várias informações. São vários direitos humanos que foram violados. O principal deles é a vida. A vida, essa que não tem reparação. Dinheiro nenhum traz uma vida de volta, paga uma vida. Direito à integridade física e psicológica. Como a querida disse, hoje a maioria de nós, familiares e moradores de Brumadinho, vivemos através de remédios. Infelizmente, nunca tomei um remédio na minha vida. Tinha 27 anos quando eu fiquei viúva, nunca tomei um remédio. E agora eu vivo através de remédio porque senão eu não consigo, infelizmente. E assim como eu, várias pessoas.

E aí começou a nossa luta, a nossa corrida por encontro, por memória. Sabemos que espaço como esse é uma forma de propagar tudo que nós estamos

vivendo. E a gente precisa fazer isso, de propagar essa história, porque não é exatamente o que a empresa em si prega nas suas propagandas caríssimas na televisão em horários nobres; é muito diferente, na verdade. Lutamos por justiça, porque é a única coisa que para a gente vai dar um alento no nosso coração. Vai ser quando a gente vir as pessoas, porque ali tinha CPF que era responsável por aquela barragem, pessoas que poderiam ter dado a escolha para os nossos de ficar ou não debaixo daquela barragem. E isso eles não fizeram. Então eles são culpados. Eles precisam ser condenados, precisam ser julgados. E, se eles realmente não tiverem culpa, que eles provem na Justiça. Justiça essa que para nós já deveria ter acontecido há muito tempo. Hoje, se uma pessoa rouba uma galinha, ela é presa. Agora, 17 pessoas que estão sendo indiciadas mataram 272 pessoas, porque duas mulheres estavam grávidas, tinham um ser dentro delas, eles estavam vivos. Por isso falamos 272 pessoas. E eles escolheram, eles optaram por matar e estão soltos. Nós estamos presos, porque costumamos dizer que estamos presos no dia 25, porque a nossa vida mudou completamente. Temos uma vida de 24 de janeiro de 2019 para trás e uma vida de 25 de janeiro de 2019 para frente.

Lutamos também pela não repetição. Minas Gerais é uma cidade minerária, então nós vivemos com várias barragens em cima da nossa cabeça. A gente costuma dizer que são várias bombas-relógio em cima das nossas cabeças. Recentemente teve um deslizamento de rejeito numa mineradora onde umas 100 pessoas tiveram que evacuar as suas casas às pressas. E isso também é uma violação de direitos, porque gera uma memória e uma doença nas pessoas que passam por esses períodos. A nossa luta também é que isso não aconteça mais. Está ficando feio para o Brasil esse problema com a mineração. Tanto se prega em mineração sustentável, mas o que estão fazendo? Não precisa morar em Minas para ser atingido pela mineração. Temos turistas que estavam passando férias em Brumadinho, de São Paulo, filhos da Helena Taliberti, que foram conhecer Inhotim e perderam a vida. Foram engolidos pela lama da mineração. Isso leva-nos a pensar e ter empatia.

Lutamos também pelos direitos dos familiares. Primeiro, nós nunca fomos acionados pela Vale. Nunca recebemos um telefonema deles. Segundo, foram negados aos funcionários coisas simples como o FGTS. Para a lei, o acidente de trabalho é como se a pessoa tivesse pedido conta, então ela perde o FGTS. Temos vários relatos de familiares que perderam esse direito. Lutamos três anos direto com a Vale e com a Justiça para conseguir esse direito. Com o tempo, a Vale chegou a fazer um acordo; ela não considerou como FGTS, mas considerou pagar como um bônus qualquer para não abrir precedente. A gente precisa mudar essas leis; elas precisam ser mais rígidas. Conquistamos agora a inauguração, dia 25 de janeiro, do Memorial que vai pregar e falar da

memória dos nossos e contar a verdadeira história dessa tragédia, a história sem maquiagem. A Vale queria ser dona desse memorial, eles mataram e queriam ser protagonistas, ainda, da situação. Não aceitamos, brigamos muito e conseguimos pegar esse protagonismo para nós. Não tem ninguém melhor do que nós para contar essa história.”

**Em resposta sobre sua visão de fé:** “Se não fosse Deus, se não fosse Jesus, eu acho que a gente nem aqui estaria. Eu tenho muita fé em Deus, tive várias experiências de Deus me mostrando que meu marido estava indo embora, e isso é o que vem me dando força até hoje. Eu falo que ‘matou ele’, e como aqui é representando a Avabrum, é ‘mataram eles’. Calaram eles, mas não nos calaram. A fé nos faz romper montanhas. Enquanto vida nós tivermos, vamos estar em qualquer lugar contando a história verdadeira e em busca dessa justiça. A morte dos nossos não pode ser em vão.”

**Em resposta sobre mulheres inspiradoras:** “Como é uma coisa bem atípica, a gente meio que colocou nossa dor no bolso e fomos para luta com cara e coragem. Foi uma tragédia mundial, a maior do mundo em questão humanitária. A gente virou uma família mesmo entre mães, esposas, filhas e irmãs. Uma vai inspirando a outra, formamos uma rede de guerra mesmo. Vamos até o final nessa busca. Cada um tem a sua fé e tem que ser respeitado. Tiraram meu chão, tentaram me derrubar, mas como diz a Helena Taliberti: ‘Esqueceram que a gente era semente, então a gente brotou’”

## Perfume de Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### ANDRÉA JANE DE MEDEIROS

Juíza Auxiliar da Presidência do TSE

A juíza Andréa Jane de Medeiros, do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) conduziu a conversa Perfume de Mulher, com quatro empresárias e ativistas ambientais que trouxeram experiências e visões de mundo para debater a luta pelos direitos de quem tem a voz silenciada e de mulheres que precisam ser ouvidas e percebidas em espaços de poder.

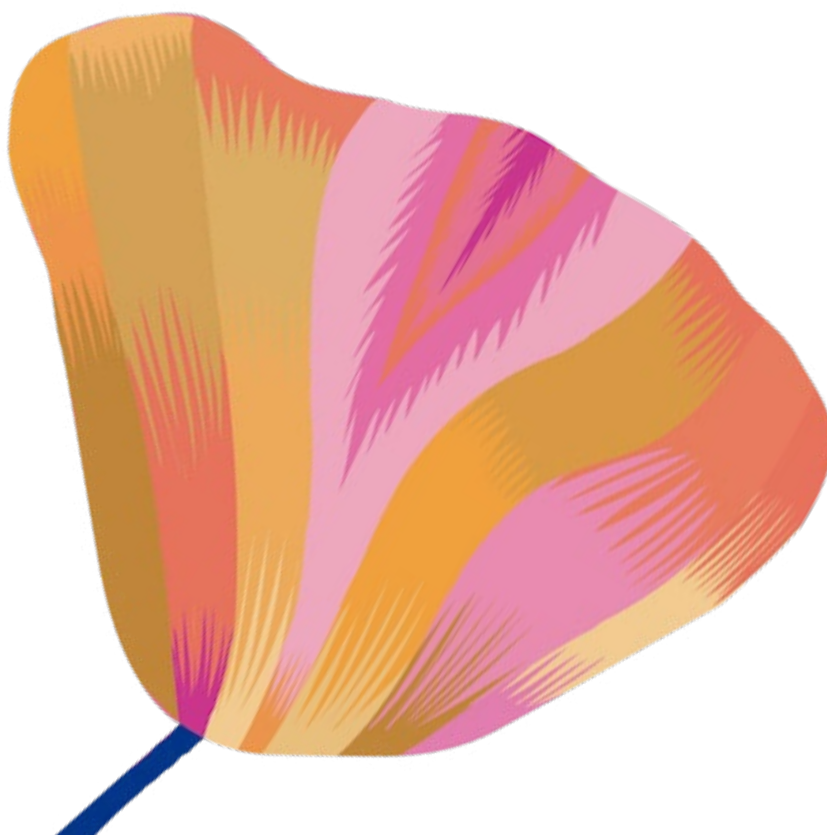
#### Confira a fala da magistrada durante o evento:

“Na mesa ‘Perfume de Mulher’ conversaremos com mulheres como nós: mulheres fortes, mulheres vencedoras e, principalmente, inspiradoras.

Se olharmos um pouco para o Brasil e para as nossas estatísticas, podemos observar que somos a maioria da população. Somos brasileiras, mulheres. No entanto, ao observarmos o nosso Congresso Nacional, vemos que 95% dos nossos representantes políticos são homens.

Quando pensou neste evento, a ministra Cármen Lúcia buscou trazer mulheres para serem ouvidas por outras mulheres. Mulheres que sofreram preconceito, que enfrentaram problemas familiares, mas que não desistiram. Mulheres como todas nós.

E hoje teremos como painelistas Rachel Maia, Silvana Gontijo, Alessandra Korap e Marana Figliuolo.



Esta é uma realização do Tribunal Superior Eleitoral para celebrar o Dia Internacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotado e proclamado pela Assembleia-Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948.

Teremos um dia de intensa programação, com exposições sobre o voto e a Democracia Bordada, com palavras de mulheres escritoras e com depoimentos de mulheres que vivem lutas diárias por seus direitos e pelos direitos de suas comunidades. Ao longo do dia, teremos ainda, no *foyer*, duas exposições: uma sobre a história do voto e outra com um compilado de bordados – belíssimos – de mulheres de todo o Brasil.

O que buscamos aqui é construir uma narrativa para que os direitos fundamentais das mulheres sejam assegurados, incluindo direitos políticos e a representação em todos os segmentos da sociedade. A mostra de bordados é uma forma de refletir sobre como cada ponto é essencial para manter a justiça e a igualdade.

Entre elas a CEO da RM Cia 360, que atua como conselheira de grandes empresas nacionais e internacionais, Rachel Maia, que falou dos preconceitos sofridos e das lutas diárias por ser uma pessoa negra de tanto destaque no mundo empresarial. Já a *chef* de cozinha cearense Mariana Figliuolo abordou os desafios enfrentados e as vitórias conquistadas em sua trajetória como empresária e culinária. A liderança indígena e presidente da Associação Indígena Pariri, Alessandra Korap, contou suas experiências ao enfrentar o patriarcado e a luta pela valorização da mulher entre os indígenas e na sociedade. E a jornalista e especialista na defesa de rios e matas Silvana Gontijo relatou a experiência de implementar o programa de preservação da natureza ‘Esse rio é meu’ em escolas do Rio de Janeiro.”



## Perfume de Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### ALESSANDRA KORAP

Liderança indígena Munduruku,  
Presidente da Associação Indígena Pariri  
e vencedora do prêmio Goldman

“Como a doutora já me apresentou, eu iniciei meu trabalho como liderança há 10 anos. A curiosidade de ver o meu território cada vez sendo imprensado, mas eu não imaginava o que realmente estava acontecendo. Com a formação é que eu fui aprender que o nosso direito estava sendo esmagado. O nosso rio, o nosso território e os nossos filhos.

O meu povo é enorme. Somos aproximadamente 16 mil Munduruku. No município de Jacareacanga, são 3 territórios... e tem no município de Itaituba, onde eu moro, onde eu trabalho... Eu sou coordenadora da Associação Indígena Pariri, do Médio Tapajós. Também faço parte do Conselho e dos Três Povos que luta contra o garimpo (Yanomami, Kayapó e Munduruku). E faço parte da Aliança contra o Ferrogrão. Então é uma luta muito imensa.

Mas, para eu chegar aonde eu estou, não foi fácil. A nossa luta, nosso espaço das mulheres não é fácil quando se tem o patriarcal dos homens. Quando existe, as mulheres ficam fora das reuniões e os caciques decidem ali, nas reuniões, nas assembleias. E nós,

mulheres, sempre têm que ficar de fora. Eu conheci a Maria Leusa, uma guerreira do Alto Tapajós... e ela que me incentivou a não parar depois que eu tive informação, que eu percebi que meu território estava esmagado. Só que depois que eu saí do território, que eu fui participar das outras reuniões, que eu percebi do impacto que a gente vai sofrer com todos os empreendimentos sem consultar o nosso povo.

Na época, 2014, o meu povo estava lutando contra a usina hidrelétrica... só na bacia do Tapajós são mais de 43, então o impacto dessas usinas ia alagar muitos territórios, e outros lados iam secar. E eu, ali quietinha, eu só participava de alguma reunião com o meu tio, que era cacique... Tinha filhos, marido e muitas vezes eu ia para roça, ia pescar, ficava ali com meus filhos. Mas, naquele momento, quando eu percebi que eu perdi aquele espaço de você ir atrás de fruta, atrás de raiz, atrás de palha, pescar, você começou a perceber que você não tinha mais aquele espaço mais. E eu ficava pensando como seria para ensinar meus filhos?

E aí eu comecei a sair do território, os caciques começaram a me observar, comecei a participar, comecei a falar... e eu comecei ir mais além disso. Eu vi e percebi que não era só usina hidrelétrica, mas sim outros projetos de infraestrutura para o nosso território, que se chama Arco Norte. E aí, quando eu comecei a vir para Brasília, que somei com outros povos, 'o que que era PECs, o que que era um projeto de lei?' Tudo era novo para mim. 'O que é que eram direitos humanos, o que é que era a Constituição?' A gente sabia do território, a garantia da nossa sobrevivência, dos nossos filhos, do nosso corpo. E de repente, a gente teve que lidar com falas, entender o que que é direitos, direito à vida, direito à natureza.

Quando eu quis fazer o primeiro encontro de mulheres, eu fui barrada pelos caciques, porque não era para eu fazer encontro de mulher. 'Por que é que as mulheres se reuniram? O que é que elas iam falar?'. E eu conversei com as mulheres... Fui em aldeia, aldeia, conversando muito com as mulheres. E aí eu decidi fazer, não parei de fazer o encontro. E aí, quando os caciques foram me cobrar, eu os chamei (sic) também para o encontro, para eles saberem qual era o nosso papel ali. E eles foram. Foi impressionante que eles participaram e eles viram que as mulheres lutavam pela saúde. As mulheres estavam ali preocupadas contra os empreendimentos. Estavam preocupadas com os filhos, com os netos, com os territórios. Então eles falaram: 'É muito importante que as mulheres estejam também junto para lutar'.

Tentei entrar na universidade, eu não consegui, porque a demanda é muito grande, os ataques são muito grandes quando se fala ao território. E, em 2014, meu povo fez protocolo de consulta. É onde o povo decide quem pode ser consultado. Não é uma liderança, não é o cacique, mas todo o povo. Envolve crianças, envolve mulheres, envolve os pajés. E aí a gente pede tanto, e o Estado não nos consulta. Quem vai consultar os animais? Quem vai consultar os rios? Quem vai consultar as florestas?

Acompanhei muito as mulheres, os caciques, nessa parte da fiscalização do território. Você coloca várias bolsas nas costas... você vai dias e dias subindo quilômetros e quilômetros... e conhecendo o território... cada passo que a gente dá na floresta, a gente vai conhecendo o remédio tradicional, a história do povo, como o rio surgiu. E aí, de repente, eu paro e digo assim: 'Vamos lutar cada vez mais'. Hoje eu me considero assim uma das mulheres presentes, que eu não ando sozinha. Eu tenho os caciques que me fortalecem, eu tenho mulheres que me fortalecem, eu tenho um jovem que me fortalece, eu tenho crianças que me fortalecem, eu tenho filhos que me fortalecem.

Quando a covid veio, doutoras, todo mundo ficou isolado... e a gente não teve tempo para ficar isolado. A gente teve tempo para lutar, e muitos dos nossos parentes acabaram adoecendo e morrendo. E a gente foi buscar, vamos usar remédio tradicional do território. E aí vieram os ataques, porque a gente começou a proteger os nossos rios. E dentro já tinha muito garimpo... e a gente começou a bater em cima. A ameaça veio muito forte. Entraram duas vezes na minha casa, queimaram a casa da cacique Isaura, tentaram queimar ônibus com os caciques dentro para não chegar em Brasília, fecharam estradas para não fazer nenhuma denúncia. Nós, mesmo assim, a gente resistiu.

Dizer que nós mulheres, quando estamos na luta, a gente não deixa as pessoas só chorarem, não deixa as pessoas ficarem tristes, porque o que a gente vive hoje é muita resistência. O lugar que a gente não pode pisar, porque a gente tem que estar fugindo para não nos matar. E a gente decidiu viver. A gente mandou uma carta para a Fiocruz para fazer pesquisa do nosso cabelo, se nós estávamos doentes. E de repente veio o exame dizer que o nosso leite materno estava envenenando nossos filhos.

Como o leite materno vai envenenar nossos filhos se nós comemos peixe? Se nós bebemos água dos rios, quando a gente observa a água toda suja, só lama, o rio sendo estragado pelo garimpo? Como é que nós mulheres vamos ficar em silêncio se nós vírmos nossos filhos nascendo, nossas mulheres sendo abortadas? Como é que nós mulheres vamos cuidar da nossa saúde se o nosso rio está doente, se a nossa floresta está doente? E as mulheres decidiram, numa assembleia: 'a gente não vai morrer calada. A gente não vai ficar em silêncio aqui'. A gente teve que buscar apoio para perfurar poço atrás de ONG, para ajudar a gente para perfurar poço.

Pela primeira vez esse ano, esse ano, a gente viu rio seco, a gente viu peixes secos, vimos pássaros caindo das árvores, porque é muita queimada, muita fumaça que a gente não conseguia ver. A gente fala: de onde vem toda essa fumaça, de onde vem essa morte desses peixes? Porque não somos nós que estamos levando mercúrio para o nosso território, que não somos nós que estamos liberando mineradoras para nossas terras. Não somos nós que estamos apresentando os projetos de lei que estão afetando o nosso território, como a PEC 48... como a PEC 36, para nós vendermos as nossas terras. Mas nós, mulheres Munduruku e outras mulheres, decidimos lutar coletivo porque a luta não é só minha.

Quando eu ganhei o prêmio do Goldman, que foi preservar... mais de 400 mil hectares de floresta... Foi uma luta que não foi fácil, porque é uma empresa Internacional, e a gente fez carta... falando: 'A gente não quer essa mineradora aqui no nosso território, porque nós queremos autonomia ainda. Nós queremos continuar andando, vivendo como pássaros, como os animais, para onde ninguém tenha barreira de paralisar a nossa andança'. E, mesmo assim, quando eles falaram: 'Mas vocês estão brigando com a empresa poderosa'. E aí eu olhava assim para jornalista, eu falava: 'Poderosa somos nós, porque nós temos rio, nós temos floresta, nós temos povo, nós temos cultura, nós temos língua'.

O Brasil precisa conhecer o Brasil. Só no Brasil tem 305 povos indígenas. Mesmo assim o Brasil não conhece o Brasil. Essa enchente que aconteceu no Sul, a seca que está acontecendo na Amazônia, está tendo um desequilíbrio... Não é só o indígena que vai sofrer. Nós todos estamos sofrendo. Infelizmente são violadas as leis que são criadas no Congresso, as leis da Constituição 231, a Constituição 232, elas estão sendo violadas. Congresso não gosta dos povos indígenas. Nós mulheres, deveríamos estar nas nossas casas, cuidando dos nossos filhos, cuidando das nossas casas, da nossa roça. De repente nós temos que estar aqui, acampadas em Brasília... Enquanto não respeitarem a nossa Constituição e enquanto não respeitarem o nosso direito, nós vamos ocupar, sim, Brasília e dizer que nós estamos firmes no território”.

**“Enquanto não respeitarem a nossa Constituição e enquanto não respeitarem o nosso direito, nós vamos ocupar, sim, Brasília e dizer que nós estamos firmes no território.”**







Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## Perfume de Mulher

### SILVANA GONTIJO

Jornalista, Escritora e Ativista

“A gente está sempre falando aqui de resistência. A Rachel falou de resistência, de uma mulher lutando contra uma série de opressões para poder simplesmente realizar seus sonhos. Seria tão mágico se os nossos sonhos fossem simplesmente permitidos. Cada um de nós, cada uma de nós que está aqui tem seus sonhos. Por que é que eles significam, em alguns momentos, ameaças? Por que é que eles são entendidos como confrontos, como conflitos? O que a gente está falando é de cuidado. A gente está falando de cuidado com a vida, cuidado umas com as outras, cuidado com o mundo que a gente está legando para as nossas descendências.

Eu sou jornalista, fui jornalista em outra vida, continuo tendo uma revista, mas não atuo mais. Eu nem me audiodescrevi. Sou uma mulher de 70 anos. Tinha 1,63 m na última consulta médica, estou com 1,62 m. Estou revoltada com essa perda de 1 centímetro, mas, enfim, faz parte do processo de envelhecimento. E eu tenho uma obsessão com a educação desde sempre, desde quando, no Jornal do Brasil, eu escrevia sobre cultura e educação. E uma das coisas que mais me chamaram atenção aqui, hoje, é que a gente, quando constitui um grupo de pessoas, de mulheres e homens, e eu

quero que todos os homens que estão aqui saibam que eu os entendo como parceiros nessa caminhada. Eu acho que a gente tem que entender que não é um confronto mulheres contra homens. É um convite para associação, um convite para uma parceria. Eu trabalho muito com a ideia de preservação da autonomia das crianças, de construção de sujeitos críticos, capazes de estar neste mundo com criticidade e com uma vontade de mudar a realidade.

**“Cuidado com a vida, de umas com as outras, com o mundo que estamos legando.”**

A ministra Cármen Lúcia falou um dia para mim sobre um aspecto do direito que me chamou atenção: que todos os elementos da natureza são sujeitos de direitos. E é verdade, mas só que eles não têm vozes muitas vezes. E aí a gente começou... Minha organização [planetapontocom.org.br](http://planetapontocom.org.br) trabalha com inovação para a educação pública brasileira há mais de 30 anos. Um

dos nossos trabalhos é esse. Um programa chamado 'Esse rio é meu'. Esse programa começa com uma criança na favela do Cerro Corá, no Rio de Janeiro. Ela chegou para mim e falou assim: 'Ô, tia, com a mãozinha assim, 'para que que eu vou aprender isso se eu nunca vou usar?'. E aí eu fiquei lembrando de inúmeras crianças e jovens que me perguntaram ao longo da vida: 'Para que que eu estou aprendendo isso aqui, se nunca vai ser útil?'. E aí nós começamos a então olhar para uma coisa que Paulo Freire já dizia lá atrás, que a gente tem que ressignificar a educação. A gente tem que trazer para educação o mundo onde as crianças vivem.

Fizemos uma pesquisa com 4 mil professores no Brasil, quais eram as causas que mais motivavam seus estudantes. Disparado a causa ambiental. E, dentro da causa ambiental, 72% das crianças e jovens escolheram cuidar dos rios, das águas. E hoje o programa 'Esse rio é meu' é um pouco uma mostra do que a gente pode fazer, trazendo para dentro da sala de aula o significado, que é entender que aquele conteúdo está a serviço daquela realidade. É com aquele conteúdo que eu aprendo de matemática, de língua portuguesa, de história, geografia, que eu vou salvar o meu rio. Eles vão conhecer o território, vão conhecer a história daquele rio, vão conhecer como é que os seres humanos foram tratando aquele rio. Eu adoro, nesse meu último livro, quando o rio que fala, o personagem principal é o rio, e ele fala assim: 'Por que que vocês estão fazendo isso comigo? Eu conheci muitos humanos, mas os primeiros humanos que eu conheci não me tratavam mal'. E aí a gente está falando dos povos originários. 'Eles cuidavam, eles gostavam de mim. Depois vieram os humanos, que começaram a me jogar lixo, a me sujar, a me cercear, arrancar as árvores das minhas margens'.

E hoje a gente começou com um rio no Rio de Janeiro e estamos hoje com mais de 1.500 escolas e 267 rios e córregos em 2024. As crianças estão revolucionando a ideia de gestão pública quando elas colocam seu olhar cuidadoso para aquele rio e começam a exigir os direitos do seu rio. Eu não quero que o meu rio seja um valão. Eu quero que ele volte a ser rio. A gente não está mais falando de crise ambiental, a gente está falando de uma emergência climática mundial. Um estudo de grandes cientistas fala que a manutenção das terras indígenas é fundamental para a segurança hídrica e alimentar em grande parte do Brasil. E é para isso que a gente tem que olhar, é para dar coro à sua voz. Eu tenho um livro que trata do povo preto, e de como foi o impacto horroroso do racismo nos séculos da escravidão. Como a gente ainda vive o racismo, como a gente tem que lutar por esse espaço de território, por essa igualdade.

A convivência harmônica entre os diferentes é a base estrutural dessa mudança para o cuidado. Com cuidado, com a escuta do outro. Ouvir cada um que falou aqui é mágico. E a gente foi treinado para falar bem. A gente não foi

treinado para ouvir bem. Eu falo isso para cada professor com o qual a gente trabalha. Começa ouvindo. Primeiro dia de aula, ouça seus alunos, escute o que eles têm a te dizer. Eles são seres com conhecimento próprio que você desconhece. Da mesma maneira que você vai entregar o que você sabe, eles também podem te entregar o que eles sabem. Cada vez mais a gente tem que olhar para esse processo de troca, como o processo de construção de um mundo onde todos são considerados, onde o direito de todos é assegurado. Estar aqui nesse ambiente, com a Cármen Lúcia, que é uma defensora desses direitos humanos, que é uma lutadora para juntar a gente aqui... Imagina, eu ver essa mulherada falando. Eu acho que a gente está num momento muito rico. Eu queria deixar para vocês aqui uma palavra que eu gosto muito de cultivar, que se chama 'esperança'. Eu tenho muita. Muito obrigada."

**Visão de Futuro:** "Primeiro eu vou copiar a Alessandra: crianças e jovens. Depois eu vou copiar um pouco do que a Marana falou, que é a ideia de grupo, de comunidade, de que não estamos sós mesmo. Temos que nos juntar. E eu acho que o futuro é isso. Quanto mais a gente for capaz de criar comunidades, de criar força comunitária, a gente tem a possibilidade e a potência para transformar. Sozinha, não, mas a ideia dessa articulação que hoje está posta aqui... Rachel falou uma coisa: somos maioria. Vamos fazer a nossa voz ecoar, juntas."





## Perfume de Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### RACHEL MAIA

CEO da RM Cia 360, com foco em soluções de governança corporativa com impacto ambiental e social

“Primeiro agradeço a Deus por estar aqui neste momento tão especial e simbólico para nós, mulheres. Mas, como está tendo uma gravação, então eu vou me apresentar fazendo uma rápida autodescrição: eu sou Rachel Maia, sou uma negra de 1,83 metro. Neste momento, estou com uma blusa preta de paetês, uma calça branca, e minha pele é retinta, e minhas tranças vão até quase a cintura. Então é um prazer estar aqui com todos vocês, presencialmente e virtualmente.

É muito bom hoje ser uma representante, uma mulher preta, representante de quase 56% da população, que é isso que nós representamos. O povo preto representa 56% da população, mas, para além disso, eu com certeza não sou verdadeira, como alguns trabalhos que eu vi aqui de forma espetacular, que encham meus olhos de água.

**“Por mais mulheres que passam a arrebentação.”**

Mas eu sou uma executiva, eu sou uma empresária, eu sou uma mulher que saiu na capa da revista Forbes, da revista Vogue, da revista Cláudia. Eu sou uma mulher que eu tive que andar com segurança, porque homens não gostaram de me ver na capa de Forbes e todas essas revistas que eu acabei de falar para vocês. Mas eu também sou costureira e eu também preciso de um telefone aí de vocês, porque eu quero colocar nas minhas costuras o bordado. Então eu quero muito depois me conectar com vocês. Eu também adoro mexer na terra.

Então, quando eu saio de um conselho que seja, de um conselho de empresas globais, porque são essas empresas que eu sou conselheira aqui no Brasil, de muitas delas eu sou a única representante também aqui no Brasil, isso para mim é muito importante. Então, a semana passada eu estava discursando lá para diretoria e para os conselheiros e para o presidente da Petrobras e faço com muito orgulho em qualquer lugar que eu esteja. Então, a minha construção, a minha trajetória se deu ao proporcionar mais... meus pais, proporcionarem mais educação e conhecimento para mim. Educação e conhecimento geram poder, e ninguém nos tira.

Então, sim, é como apresentado aqui, eu fiz alguns dos meus MBAs em Harvard Business School depois que eu entendi que o mercado era tão preconceituoso quanto às universidades também, porque não bastava eu ser só contadora e formada na FMU, ele sempre me perguntava: 'O que mais, Rachel? O que mais você pode oferecer?'. Então, depois eu entendi o recado do mercado, e é isso, eu falo para todas vocês mulheres e para vocês, aliados, porque nós precisamos de vocês, aliados. Eu peço que vocês entendam os códigos que o mercado traz e não se furtem a ir para aquele desafio, se o desafio te traz maior necessidade de maior conhecimento.

Eu fiz MBA na USP. Eu fiz depois de ter recebido essa afronta, porque foi uma afronta para minha pessoa. Eu fiz MBA em Harvard, eu fiz MBA na FGV e agora estou fazendo meu último MBA, mestrado em Sustentabilidade na USP. Eu quero crer, com 53 anos, eu estou zerando aqui a parte educacional, mas, se for necessário, eu também não vou me furtrar e nem vou me fazer de rogada. Eu fui presidente de empresas, como fui apresentada aqui, da Tiffany, da Lacoste, vice-presidente da Novartis, entre outras empresas. Essas empresas me trouxeram o questionamento: 'Rachel, você é presidente agora. Você não precisa se sentir mais preta'. 'Rachel, por que que você está recebendo o prêmio junto com os homens? Agora eles estão abrindo para mulheres também? A régua é gênero, a cor?'. Não. A régua é talento. Eu tenho talento para além de muito orgulho do gênero e da raça.

E aí, então, são essas considerações que para mim são muito importantes, que me fazem ir às lágrimas quando eu leio hoje uma notícia num jornal de grande publicação, acredito, o segundo maior de São Paulo, que ele traz no 'headline' assim, ó: 'Repúdio às pessoas diferentes'. A gente batalha, batalha, batalha, batalha, passa pela arrebentação, aí um dia que a gente não está tão bem assim, um dia que, por ser humano, eu sou humana, sou mãe solo da Sarah Maria, do Pedro Antônio, Sarah é minha filha biológica, o Pedro é meu filho do coração, um tem cinco, a outra tem 13, e eu sou humana e sofro com essas mazelas e com essas adversidades. E aí ondas como essa me levam para a praia de volta, então meus pratos, muito dos meus pratinhos, quebram com a forma muito corriqueira e periódica. Mas isso me faz menos talentosa? Não me faz menos talentosa. Isso me faz humana. Isso me faz ter vontade de estar em lugares como este, que estão dedicadas às protagonistas, que somos nós.

Mas a vocês, que muitas vezes estão em sala, que nós protagonistas não temos direito ou não fomos convidadas, por isso que nós precisamos de vocês, meninos. Nós precisamos por quê? Porque, nessas salas que muitas vezes nós não somos convidadas, eles estão falando sobre nós. Estão falando como mudar para nós. Mas, se eu não estou lá, como é que eles podem ter a certeza de que estão falando a coisa certa?

Então, a pluralidade é para além de levar a transformação pela interseccionalidade de estarmos em todos os lugares. É para trazer mentes plurais e assim entender como eu posso fazer a diferença para inovação, para inteligência artificial, para transição energética, para descarbonização. Eu preciso dos meus. Eu preciso das minhas também, falando sobre essas temáticas. E essas temáticas são temáticas caras para nós. Então nós temos que constantemente fazer teste do pescoço: onde eu não enxergar uma preta, onde eu não enxergar um indígena, onde eu não enxergar uma PCD, onde eu não enxergar pessoas de orientação distintas, eu tenho que me incomodar.

Então eu tenho propósito na vida, propósito pela transformação. Só que propósito dá trabalho, porque, quando eu não encontro, eu questiono. E quando você questiona, nem sempre você é muito bem-vinda, mas essa é a nossa... esse é o nosso momento, essa é a nossa trajetória. Nós somos aqueles que estamos cortando, sabe? A picada, abrindo a picada. Essa somos nós. Ou nós somos aqueles que estamos plantando o coqueiro, mas não necessariamente teremos a oportunidade de nos sentarmos à sombra desse coqueiro. Sabe por quê? Porque ele tem o seu tempo de crescimento. Mas eu acredito que meus filhos, os meus netos e afins tenham o direito de se sentarem nessa sombra. Esta é a sombra da equidade, esta é a sombra do pertencimento, esta é a sombra da inclusão. E tudo é uma jornada.

Nós temos que desconstruir para construir novamente com este pensamento de inclusão. Então nós temos que ter pressa na aplicabilidade e no plantio, mas muita tolerância no crescimento. Então nós estamos prontos para sermos os plantadores, para sermos as plantadoras? Essa é uma pergunta que nós temos que fazer diuturnamente. Nós estamos prontos para ter um propósito genuíno, que vai transformar para além da minha pessoa, vai transformar todo o meu ecossistema? É uma provocação que nós temos que fazer diuturnamente.

Eu não tenho nada de especial, mas eu sou mais uma com vocês nessa batalha, porque uma puxa a outra e nenhuma mulher abandona outra mulher. Nós vamos ficar aqui, passando por essa arrebentação e por tudo mais que vem depois dela."

## Perfume de Mulher



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## MARANA FIGLIOULO

Chef de Cozinha e Culinarista

“Primeiro agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui e de ver tantas mulheres importantes e lutadoras por um Brasil melhor. Mesmo que a gente não pegue ainda o pedaço, mas quem os filhos, os netos, com certeza vão usufruir dessas vitórias que nós precisamos lutar. Eu sou de Fortaleza. Toda a vida fui amante da gastronomia. Vim de uma família onde a avó fazia doce, bolinhos e ajudava o marido, que era meu avô, a renda da família. Uma família de sete filhos, onde duas resolveram ser freiras, e naquele tempo tinha que dar o dote para ser freira. E então eu venho... Eu acompanhei essa luta toda da minha avó, da minha mãe e sempre fui amante e sou bibliotecária por formação e assistente social.

**“É muita gente querendo derrubar a gente, mas a gente tem um pescoço forte.”**

A primeira foi bibliotecária. Quando eu... era uma turma pequena e naquele tempo não tinha *buffet*, não tinha nada. E eu já fiz a festa, gente, do ensino de formatura da gente, eu já me responsabilizei. Aí passei no concurso do Banco do Nordeste e era da biblioteca de medicina. E todo mundo... E isso novinha, viu? E todo mundo que ia batizar filho, que ia fazer eucaristia, eu dizia: ‘Deixa-me fazer?’, e comecei no batizado e na eucaristia, sem ganhar dinheiro. E fui crescendo. E naquele tempo a gente tinha o nome de ‘culinarista’. Não era cozinheiro, era culinária. Então eu dava aula, eu vinha para Brasília, para os congressos. Eu fiz Congresso em Fortaleza, e o nome foi fortalecendo, porque quem não anda não arranja nada. Se você ficar no seu lugarzinho de acomodada, você não consegue.

Então eu enfrentei muita coisa, muita coisa. Então eu comecei a ver que as pessoas, elas não tinham essa vaidade que hoje tem de louças, de toalhas, de prato. E como eu sempre fui amante, consumidora de coisas do lar, eu abri uma casa que não era aberta ao público, que não tinha espaço, porque naquele tempo não tinha festa. Então eu era a [...] daquele tempo que eu levava

as coisas até você. Eu sempre tive clientes de referência... Então eu comecei a focar nesse e abrir um negócio, Garfo de Ouro, e fui indo, fui indo com muito sucesso. A minha mãe que, na realidade era uma mulher solteira, naquele tempo, era uma mulher de negócios financeiros, de uma empresa que, quando ela dava o... que só tinha homens na mesa de reunião, e, quando ela dava um murro na mesa, os papéis voavam, e os homens se calavam. Então eu fui criada aí.

Ela teve um câncer fulminante e faleceu. Aí eu voltei, fechei. Meu marido não tinha condição de botar o Garfo de Ouro para frente. Quando eu voltei, o seu Ives Dias Branco me chamou... era a era do Collor, e o Collor abriu a exportação e a importação. E, dentro das 40 pessoas que trabalhavam, eu fui uma que fui trabalhar com ele. Aí, quando a minha mãe morreu, 'Eu não quero trabalhar, não. Vou andar de bicicleta, eu vou passear, porque não quero mais'. Aí ele: 'Marana, venha trabalhar só duas vezes por semana. Você vem na terça e você vem na quinta fazer receita, fazer teste, fazer as feiras de todo o Brasil', depois cresceu para o exterior, 'apresentar farinha'. E nessa eu fui, mas eu não deixei aquele lado de fazer os bolinhos e vender, fazer as festas pequenas...

Lá me aposentei e de lá voltei de novo. Pela terceira vez. Eu voltei às minhas clientes de origem, que eram donas de casa, empresárias e tudo isso. E eu tinha um diferencial que eu tenho até hoje: as louças, tudo que você vê no Instagram, ele é meu. Porque ela acha bom... a dona de casa acha bom ela não tirar as coisas delas, ela não usar a toalha dela. Então eu levo tudo, arrumo e faço o arranjo... eu faço todo o caminho que precisa ser feito para o evento acontecer. E você cobra por isso? Não cobro. Isso é um agregado que eu tenho ao meu serviço, porque ele me dá prazer. Mas eu fui sendo engolida pelos homens, porque naquele tempo existia a culinária, mas não existia o culinária e os *chefs* foram se formando e viajando e fazendo o curso. Porque o *chef* não é um rótulo. Ele é uma pessoa que gerencia uma cozinha.

O nome 'culinária' saiu do dicionário, saiu de todos os cantos. Viraram *chefs*. E para ser *chef* existe muita luta, porque existe... a gente tem que estudar, ralar muito, lutar muito. Porque os homens se acham poderosos. Ele não tem agilidade que a mulher tem, ele não tem o carinho na finalização de um prato. Na minha cozinha, todo mundo pode passar o filé, pode cortar a verdura..., mas aí, quando ela finaliza que ela corta o legume, que ela passa o filé, aí é quando eu entro. Aí é o diferencial, a finalização do prato. Eu quero ver um *chef* ganhar de mim. Eu quero ver ele pegar, assim, a panelona e finalizar. Então viva as mulheres, porque são as cozinheiras e são elas que

dão o primeiro passo. E finalizo: mas eu luto muito, sabe? É muita gente querendo derrubar a gente, mas a gente tem um pescoço forte... pode envergar, mas não quebra."

**Visão de Futuro:** "Olhe, é a esperança também de uma justiça maior e de uma igualdade. E a esperança das pessoas que vão, que vêm depois da gente terem o salário justo, as horas de trabalho justas, o local justo. Não esquecer que, atrás de uma culinária, sempre... atrás de um *chef*, tem sempre uma culinária, e que a gente depende muito de quem trabalha com a gente. Porque, sem a equipe, a gente não rege uma orquestra. Não andamos só."



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

## CÁRMEN LÚCIA

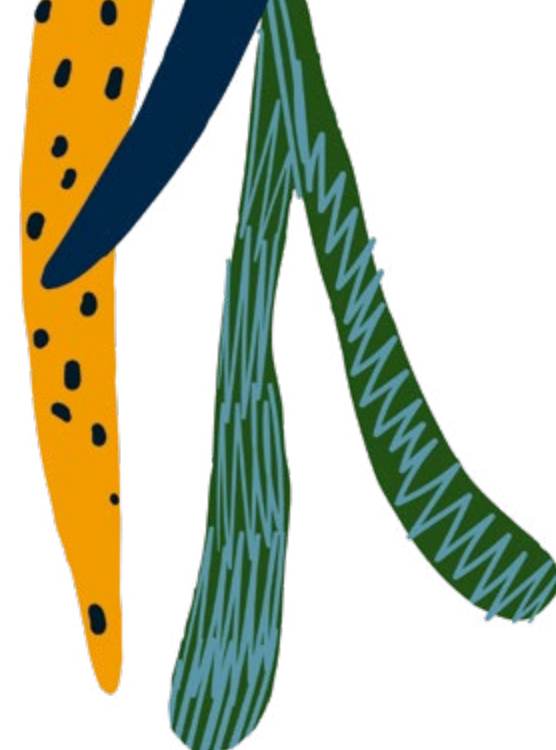
Ministra presidente do TSE

“Mais uma vez eu dou as boas-vindas e agradeço enormemente por nos darem a todos nós, a todas nós, brasileiras, o gosto de estarmos juntas. Há muitas alegrias na vida. Guimarães Rosa dizia que felicidade são uns momentos de alegria. Pois é. Alguns desses momentos a gente faz acontecer. Hoje, no Dia da Declaração dos Direitos do Homem, que foi assinado em 1948, estamos juntas para dizer que os direitos humanos são de todas as pessoas humanas. E nós, mulheres, nos incluímos como este contingente de pessoas humanas, que queremos para toda humanidade o que há de melhor.

Hoje eu fico satisfeítíssima de estar numa mesa deste Tribunal em que a gente garante a presença, ainda que minoritária, de alguém ‘de gênero’. Afinal, nós queremos um mundo com homens e mulheres. E, na nossa reunião de trabalho, eu garanti a ele o direito de falar, coisa que nem sempre é garantido nem em tribunal. Nós estamos apenas mais uma vez dando notícia, que este grupo forma o Observatório dos Direitos Políticos da Mulher do TSE. As formas de violência contra a mulher são muitas, e a inaceitação a todas elas é plena.

O direito não combina com violência, muito menos violência voltada a uma pessoa que é violentada, que é ofendida, que é agredida, que é assassinada por ser o que ela é: mulher. Somos quase 53% do total de brasileiras e brasileiros. Somos quase 53% do eleitorado brasileiro. Somos menos de 15% de mulheres que ocupam os cargos eletivos. O que significa dizer que precisamos de pensar sobre isso, verificar quais são as causas. Não há democracia sem igualdade na dignidade de todos. Nós todos, seres humanos, temos o direito de sermos iguais na nossa dignidade. Temos o direito de sermos únicos na nossa identidade. E é exatamente por isso que eu tenho proposto que o Princípio da Igualdade seja lido como o Princípio da Igualação. A ação permanente pela igualdade. A igualdade é estática, a igualação é dinâmica.

**“Somos mulheres em movimento permanente e para sempre, para todas e para todos.”**



Portanto, estamos juntas, não no movimento de mulheres... não é que os movimentos de mulheres tenham sido desimportantes na história e na vida. É que nós estamos agora numa outra etapa. Não somos um movimento de mulheres. Somos mulheres em movimento permanente e para sempre, para todas e para todos. Direito não se ganha. Direito se conquista. E a conquista de direito se faz por aquele que precisa de viver com este direito. Direito não é retórica. Não é justo uma sociedade que mata suas mulheres e meninas. Não é livre a mulher que vive apavorada, com medo até do seu parceiro, daquele que está na sua cama. Não é solidária uma sociedade que vê isso e nada faz. Por isso, este Observatório fará o levantamento de todos os casos que nós temos, na área eleitoral, as dificuldades que se apresentam para aquelas que se candidatam para ser nossas representantes, a fraude à cota de gênero, o que na jurisprudência deste Tribunal Superior Eleitoral é chamado de 'candidaturas-laranjas'. Não é só no estado que a mulher é minoria. Em todos os espaços nos quais há maior salário, maior poder decisório, as mulheres comparecem com uma diminuição muito grande. Enfim, como eu tenho repetido muitas vezes, eu não vou terminar esta fala lembrando nenhum jurista, mas lembrando Cecília Meireles: 'Já fui loira, fui morena, fui Alice, Beatriz, fui Maria e Madalena. Só não pude ser como quis'. Nós queremos que toda mulher brasileira possa ser o que ela quiser.

**Sobre a presença masculina:** "Doutor Luiz Carlos. Claro que a gente quer uma sociedade iguais com vocês, homens, também, porque ia ser meio sem graça. Então, como disse a moça lá, quando me ajudou um senhor a destravar uma coisa que estava mais difícil. E eu disse: eu não posso viver sem homem de jeito nenhum, não consigo abrir uma... Ao que uma senhorinha do meu lado disse: 'Homem é tão bom, né, minha filha? Serve pra tanta coisa...' É o caso. Eu não faria um Observatório sem homens!"

**Encerramento da reunião:** "Eu vou encerrar essa etapa da reunião, lembrando que entre os bordados, já citei hoje mais de uma vez, um dos quadros do bordado é assim: 'Ditadura é um governo, é um regime que governa para nós sem nós'. É mais ou menos isso que nós mulheres vivemos todo dia. Todos os partidos políticos, juizes e tal, dizem: 'Eu sei o que é melhor para você'. Vou terminar citando Gilberto Gil: 'Quem sabe de mim sou eu.'"



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

## DANIELA LIMA DE ANDRADE BORGES

Presidente da OAB-BA

“Eu tenho a honra e a alegria de participar desse Observatório, porque sei que esse desafio de trazer uma representatividade efetiva na nossa democracia é um desafio para a própria promoção real de uma igualação que possa trazer às mulheres igualdade de oportunidades. Quando a gente pensa na Revolução Francesa, quando ela trouxe o lema ‘Igualdade, Liberdade e Fraternidade’, era igualdade liberdade e fraternidade para quem? Naquela época nós convivíamos com escravidão no mundo e naquela época as mulheres não votavam.

Era liberdade, igualdade e fraternidade apenas para algumas pessoas. E acho que, desde então, o nosso desafio no Estado Democrático de Direito é garantir que nós tenhamos realmente liberdade, igualdade e fraternidade para todas e todos. E, como a ministra aqui muito bem colocou, que todos nós tenhamos a possibilidade de ser quem quisermos ser na nossa mais pura essência e liberdade de estar nesse mundo e viver nas nossas potências. E, sem dúvida nenhuma, a política é o espaço indispensável para que isso ocorra, porque é na política que vão se dar as decisões que constroem e conformam o mundo no qual vivemos.

E hoje as mulheres, por estarem ausentes desses espaços na política, as mulheres são predominantemente grupo de pressão, quando se pensa na perspectiva da construção das políticas. E nós precisamos passar e estar efetivamente nos espaços de decisão, de construção dessa realidade que tanto desejamos. E por isso a importância das cotas. E por isso a importância do trabalho aqui do Observatório, que é esse trabalho que vai buscar trazer um diagnóstico e ao mesmo tempo um trabalho para que a gente possa ter menos fraudes, para que a gente possa caminhar para não termos mais fraudes e, a partir disso, uma presença efetiva das mulheres nesses espaços de decisão.

A democracia, ela não é apenas forma, ela não é apenas eleições periódicas. Uma democracia, para ser efetiva, ela precisa de representatividade para que essas diferentes formas de estar no mundo possam estar também participando do processo de tomadas de decisões e, sobretudo, no processo de elaboração das nossas leis. E, por isso, a importância também de se combater a violência política, porque isso é um fator hoje que faz com que muitas mulheres nem sequer cheguem à política e muitas desistam efetivamente quando já estão ali.

Então a gente espera, com esse Observatório, trazer uma contribuição de igualação. Não apenas, aqui, de reflexão e de observação, mas sobretudo de, a partir deste diagnóstico, dessa observação e desses dados, sobretudo ações para que a gente possa fazer a nossa parte da transformação. Encerro citando Gandhi: ‘Sejamos a mudança que queremos ver no mundo.’”



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

## VERA LÚCIA

Ministra substituta do TSE

“Muito obrigada, presidente. Na qualidade de ministra substituta aqui do Tribunal Superior Eleitoral, é uma honra estar nessa mesa presidida por Vossa Excelência. É importante que vocês saibam que a ministra Cármen, hoje na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, registra um fato histórico muito relevante, porque é a perder de vista voltarmos a ter uma ministra na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Constitucionalmente, este é um espaço designado às vagas de membros, membras do Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, e, sendo a ministra Cármen a única mulher a compor o Supremo Tribunal Federal, nós precisamos superexplorar a sua presidência aqui à frente do TSE.

E de maneira muito singela, eu só quero basicamente, presidente, dizer que me sinto profundamente responsável por ocupar esse espaço na medida em que expresso, assim como minha querida companheira de militância, professora Neide Rafael e tantas mulheres negras aqui presentes, nós trazemos, sim, a força sempre guerreira de Dandara e a coragem postulatória reivindicatória da nossa primeira advogada, que foi uma negra escravizada, Esperança Garcia. Então, é com essa bravura que eu aqui estou.”





Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

## Declamação teatral de Antígona

### ANDRÉA BELTRÃO

Atriz, diretora, produtora, roteirista e comediantista brasileira

“É uma honra enorme para mim estar aqui no Tribunal Superior Eleitoral neste dia especial, Dia Internacional dos Direitos Humanos, das pessoas humanas, como disse Cármen Lúcia. E quando eu fui convidada para ler alguns trechos da Antígona aqui, eu fiquei muito feliz, porque esse foi um espetáculo que a Mira Haddad e eu fizemos, construímos juntas. A gente se apresentou durante sete anos pelo Brasil e há alguns anos eu não faço Antígona, já tenho um outro trabalho que eu tenho feito por aí. Mas é maravilhoso perceber que esse espetáculo ainda ecoa e faz sentido.

Antígona é uma peça, um texto de 2.500 anos (dois mil e quinhentos anos). Eu não sou tão velha quanto o Sófocles, mas eu vou arriscar uma ligação que eu fiz entre Antígona e o Dia dos Direitos Humanos, que para mim vem na figura do Polínicês, que é o irmão da Antígona. O Polínicês é um corpo abandonado, é o corpo que não terá direito ao ritual de fim. É o corpo que não será devolvido para o sepultamento. É o corpo que será execrado, tratado como resto.

E Antígona, sua irmã, lutará para dar um enterro ao irmão, porque ter um fim digno é também um direito

humano. Existem alguns textos escritos há 2.500 anos, como Antígona, que ainda nos desafiam porque a natureza humana não se alterou muito nesses anos todos. São textos que nos questionam, que nos perguntam ‘você compreendeu?’ e pedem que nós tentemos mais uma vez, que a gente se aprofunde neles, porque as respostas que nós encontramos neles são muito variadas. Então, uma peça de teatro como Antígona, de Sófocles, faz com que nós fiquemos diferentes do que éramos antes de ler essa peça. O mundo, as paisagens, os nossos sentimentos, as nossas certezas são deslocadas e completamente abalados.

A peça Antígona conta a história de uma jovem que, após a morte de seus pais, volta para sua cidade, Tebas, para enterrar um de seus irmãos, Polínicês. Polínicês e Etéocles, irmãos de Antígona, disputam o poder da cidade de Tebas para lutar contra seu próprio irmão. Polínicês convoca o exército de uma cidade inimiga para ajudá-lo. Durante a batalha, os dois irmãos se matam. Polínicês é tratado como traidor pelo Rei Creonte e seu corpo deverá ser abandonado no campo de batalha, devorado por cães e abutres. Ele não terá direito ao sepultamento. Antígona desafia o rei e enterra

seu irmão, mesmo sabendo que pagará com a morte pela sua desobediência. Essa moça magrinha, de cabelos desgrenhados, vai se erguer sozinha diante de um rei. Ela sabe que vai morrer, porém ela é jovem e gostaria muito de viver, mas ela sabe que não há nada que se possa fazer. Aqui algumas falas do embate entre Antígona e Creonte e algumas manifestações do coro que representam a voz da nossa consciência. Qualquer semelhança com fatos recentes da nossa história não será mera coincidência.

Antígona diz: “Agora estou aqui, abandonada e maldita, caminhando sozinha ao teu encontro, meu irmão. Um gesto de amor por ti me traz a morte.”

O coro: “Dois filhos do mesmo pai, na mesma mãe gerados, ambos vitoriosos, ambos derrotados.”

Creonte decreta: “Polinices, o irmão que voltou do exílio para destruir a terra onde nascera ficará como os inimigos que lutavam ao seu lado, cara ao sol, sem sepultura, ninguém poderá enterrá-lo, velar-lhe o corpo, chorar por ele, prestar-lhe, enfim, qualquer atenção póstuma. Que fique exposto à voracidade dos cães e dos abutres.”

Antígona diz: “A decisão de Creonte é fria e ameaça quem a desrespeitar com a morte, mesmo assim eu vou enterrar o meu irmão.”

O coro: “Na vida só há dois mistérios para o homem: um, a morte; o outro, seu próprio irmão e semelhante, o qual não o vê e não consegue entender. Se não resiste a ele, é esmagado; se o vence, vira um monstro. Só o governante que respeita as leis de sua gente e a divina justiça mantém a sua força, porque mantém a sua medida humana. Em mim só manda um rei, o que constrói pontes e destrói muralhas.”

Antígona diz: “Não nasci para o ódio, e sim para o amor. E nunca é do amor que parte a violência, e sim dos que, incapazes de amar, odeiam. A violência é a mãe da violência.”

O coro intercede: “Creonte, quando a tempestade cai sobre a floresta, os arbustos que se curvam à ventania resistem e sobrevivem enquanto tombam gigantes inflexíveis. Cuidado, Creonte, continua enquanto puderes com teus atos de demência, pois sempre haverá um laçao que se fingirá teu amigo e que dirá que ninguém tem mais bom senso do que tu enquanto fores rei.”

Creonte, furioso: “Vejam com que fúria defendem uma mulher. Foi a única de todos os cidadãos apanhada em aberta desobediência. Só sabe comandar quem desde cedo aprende a obedecer. Não estou disposto a

deixar a indisciplina corroer o meu governo comandado por uma mulher. Se temos que cair do poder, que isso aconteça diante de outro homem.”

Antígona responde: “Creonte, a tua lei não é a lei dos homens. A tua lei não é a lei dos deuses, porque as leis que sigo não são leis de hoje nem de ontem, são leis de todos os tempos. Ninguém sabe quando essas leis apareceram. A tua lei é apenas o capricho ocasional de um homem. E eu não vou satisfazer o teu orgulho, o orgulho de um pobre rei. Eu sei que eu vou morrer, Creonte. E se eu morrer antes do tempo, eu aceito isso como um prêmio, porque morrer mais cedo não é uma amargura. Amargura seria deixar abandonado o corpo do meu irmão. E se disseres que ajo como louca, eu te respondo, eu só sou louca na razão de um louco.”

Creonte dá a sentença: “Enquanto o povo se distrai festejando a vitória, Antígona será enterrada viva numa gruta de pedra nas montanhas. Lá poderá conversar em paz com seus mortos queridos.”

Antígona diz: “Creonte, a tua fúria excessiva é apenas fraqueza apavorada. A diferença entre nós é que fiquei louca diante da minha desgraça. E a tua desgraça, esse virá da tua loucura.”

O coro: “Creonte, cede. Cede enquanto é tempo.”

Antígona se despede: “Desço à sepultura e levo comigo a esperança de ser bem recebida por ti, meu pai; saudada com alegria por ti, minha mãe; e esperada com ternura por ti, meu irmão, pois na hora da morte eu não os abandonei. Porque respeito os mortos, o Rei Creonte me chama de sacrilega, mas os cidadãos sensatos apoiam e dão razão ao meu comportamento. Em breve, depois de cumprir o meu destino, eu saberei dos próprios deuses se errei eu ou se erraram os meus juizes. Se o erro é deles, me falta imaginação para lhes desejar um fim pior do que o que me impuseram.” E aqui Antígona se enforca.

O coro se lamenta: “Creonte, uma verdade maior impõe a sua verdade. Nada de grande é dado ao ser humano que não venha acompanhado da dor correspondente. Assim, não pise demais teu inimigo, porque é terrível quem chega ao fim do desespero e é invencível quem não tem nada a perder. A hora do erro chega a todo ser humano, mas quem logo percebe e se corrige é menos tolo, é menos infeliz, tem menos culpa. Não apunhala quem já não tem vida, Creonte. Perdoa o morto.”

Creonte diz: “É fraqueza fazer menos do que fiz. Não basta apenas destruir o traidor, é preciso que seja jogado aos cães, odiado e amaldiçoado. Os que se deixam corromper devem ser abatidos. Para fertilizar o solo, é necessário força. Não se pergunta à terra se ela deseja a lâmina do arado.”

O coro: “Não há posição que o homem atinja em sua vida mortal que se deva invejar ou lastimar. Não se diga que um homem é isso ou que não foi aquilo, que é perverso ou bom, sábio ou estúpido, antes que a morte chegue – e com ela o balanço final de toda uma vida, porque a fortuna eleva, mas a fortuna humilha, dia a dia, faz felizes e infelizes, hora a hora.”

Foi apenas a um momento que Creonte vestiu a toga do juiz. Ele empunhou com propriedade o cetro do monarca, reinou por um breve instante pai glorioso de filhos principescos. Mas um giro só da roda da fortuna e eis que perdeu tudo, pois, no estado em que está, já não podemos contá-lo entre os vivos.

Creonte derrotado e destruído: “Olhem para mim, vejam a que preço aprendi a ser humano.”

E o coro encerra a tragédia: “A vida é curta, e um erro traz um erro. Desafiado o destino, depois tudo é destino. Só há felicidade com sabedoria, mas a sabedoria se aprende no infortúnio. Ao fim da vida, os orgulhosos tremem e aprendem também a humildade. Creonte já não tem poder, Antígona já não tem vida, e a cidade de Tebas morre com eles.”

As Antígonas do passado e do presente são muitas, muitas. E hoje, exatamente agora, outras Antígonas estão nascendo para lutar pelo futuro. Mesmo que Deus seja um homem, o desassossego de sua alma é mulher. Muito obrigada. Eu recomendo a leitura integral da peça, porque isso foi um trechinho, um extrato, porque acho que uma das peças mais lindas que a nossa sensibilidade, há 2.500 anos, pôde fazer, construir e deixar para a gente. E ela não vai deixar de ser atual. Eu espero que sim, um dia, mas por enquanto não. Hoje, ainda não. Amanhã talvez.

As Antígonas de hoje são muitas. Existe uma carta que o Millôr Fernandes, um prefácio de uma tradução que ele fez, numa nova edição que ele fez, onde ele falava exatamente sobre a infelicidade, a tristeza que ele sentia em estar novamente editando essa história, numa edição revisada, e que o grande desejo dele é que Antígona um dia virasse um livro no fundo de uma livraria, de um sebo, que uma pessoa ou outra tivesse um pequeno interesse em ler uma história muito velha, porque então, nesse dia, a educação seria para todos, a saúde seria para todos, todos seriam felizes, todos e todas. E ele justamente fala que esse dia não é hoje ainda, talvez não seja amanhã, mas que um dia virá. Então eu espero que a gente não precise de tantas Antígonas, esse é o meu desejo. Eu espero que dentro de nós, mulheres e homens, todos nós, exista para sempre a coragem e o amor que a Antígona sente. E eu acho que ela age nesse sentido.

Algumas vezes me perguntaram ‘a Antígona é a primeira militante? Você acha que ela é a primeira mulher feminista e tal?’. Bom, sim, a gente pode dizer que sim, porque são muitas [...], a gente pode ver Antígona por várias perspectivas diferentes, de vários ângulos, vários sentidos, mas por tudo que eu li e estudei muito a peça e conversei muito com a Mira Haddad e tal, eu acho que o princípio da Antígona é essa frase que ela diz: ‘eu não nasci para o ódio, eu nasci para o amor’. Então, para ela é impossível, é impensável deixar o corpo do irmão abandonado, mesmo que ele tenha sido um traidor. Porque é preciso terminar aquela história, o luto, o fim, a despedida. Uma das coisas mais terríveis também na época da pandemia era quando você via aquelas famílias de duas pessoas, só duas pessoas podiam se despedir. Era terrível aquilo...

E durante a pandemia, essa peça ficava, eu já fazia essa peça há bastante tempo... Parecia que o Sófocles estava falando comigo o tempo inteiro. O tempo inteiro eu falava ‘mas que coisa impressionante!’. Palavras de 2.500 anos que ficam martelando agora no meio de uma pandemia, de um momento horrível. Enfim, assim como A Peste, do Albert Camus também. Mas enfim, o que eu acho que ficará, e eu espero que sim, da Antígona para todos nós, para sempre, é a coragem, o amor, a decisão e fazer o que tem que ser feito. Ela faz o que tem que ser feito. Ela fala para a irmã quando a irmã diz ‘você não pode, nós somos mulheres, nós temos que nos sujeitar, nós já nascemos em segundo lugar’. O discurso da Ismênia é totalmente o discurso da mulher submissa: ‘Vamos obedecer, nós precisamos obedecer aos homens’. E a Antígona diz ‘olha, isso não importa. Eu tenho que fazer o que tem que ser feito, que é enterrar o meu irmão’. E eu acho que esse sentido do afeto, da paixão pelo outro, para mim, é o que mais me salta aos olhos quando se conta a história da Antígona, mais do que a visão política que a gente pode dar, a visão de militância feminista, todas, todas.

Eu acho que um texto de 2.500 anos só fica de pé ainda hoje porque ele abraça todas as nossas versões. Tudo que a gente lê ali dentro, tudo que a gente imagina cabe ali dentro. Não importa muito se está certo, se está errado. Um texto desse tamanho é um texto que você lê de lápis na mão, anotando algumas coisas para ler depois de novo. Ele não se presta a uma modernização do discurso, é um texto que se impõe por ele mesmo. Então as palavras têm esse tamanho enorme quando são ditas. ‘Uma verdade impõe a sua verdade. Nada de grande é dado ao ser humano que não venha acompanhado da dor correspondente.’ É meio aterrador, mas é assim que as coisas são, e elas são como são. Então eu acho que a beleza da Antígona, todas as vezes que eu tentei explicar, eu sempre fracassei, porque esse texto é muito maior do que o que eu possa vir a dizer sobre ele, mas é o que eu sinto.”



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## CÁRMEN LÚCIA

Ministra presidente do TSE

### “Vamos combinar de viver para sempre?”

*Diálogo com Andréa Beltrão após leitura de “Antígona”*

“É uma prosa de mulher, ‘Conversa de mulher’. Eu queria inicialmente, acho que em nome de todo mundo aqui presente, dizer muito obrigada, Andréa, por nos trazer de novo a lembrança de um texto tão tocante, tão importante como é esse Antígona, que para nós do Direito, mas não só do Direito, começamos a ler no primeiro ano de Direito, quando tem as primeiras lições de Direito Natural. Antígona é, se pudesse usar uma palavra de hoje, a musa do direito natural, e, portanto, nós o tempo todo lidamos com ela. Mas como você disse, o trágico ou a tragédia verdadeira é, em 2024, Antígona estar presente entre nós. Um tempo atrás eu dediquei um trabalho a uma Antígona de carne e osso, como tantas que você se refere aqui. Naquele caso era Zuzu Angel. Todos os totalitarismos, todas as ditaduras, todas as antidemocracias têm como alvo as Antígonas da ocasião. Zuzu Angel foi uma mulher brasileira cujo filho foi assassinado pela ditadura e que então saiu a cada delegacia atrás do seu corpo exatamente

dizendo ‘me entreguem o corpo’. É que as ditaduras não apenas matam, mas somem com as pessoas, consomem os direitos. E, por isso, a gravidade de a gente, todos nós precisarmos de lembrar de Antígona para sempre. É preciso resistir. Resistir para amanhã insistir que a democracia é necessária, e não é uma palavra. Então, nesta prosa com você, a minha pergunta é: como é, fora do Direito, ter no Brasil ainda tantas Antígonas num país que a cada seis horas vê o assassinato de uma mulher, a cada seis minutos vê uma violência praticada contra a mulher por ser mulher? No dia 8 de março deste ano, eu dizia que nós continuamos mulheres no mundo a pedir pães para todas as pessoas, porque a fome é uma indignidade, e há garantia da dignidade e paz para todos os homens e as mulheres, principalmente as mulheres que continuam a ser ultrajadas, mutiladas, violentadas, assassinadas a cada dia. Antígona, portanto, é necessária. Eu queria te ouvir sobre este mundo que nós vivemos.”

“Eu fico com a impressão sempre de que nenhuma palavra escrita, mesmo a Antígona, de 2.500 anos atrás, é maior que a vida de algum ser humano. E, portanto, eu fico sempre achando que primeiro, acho mesmo que não há um sentimento maior do que o da solidariedade que seja verdadeiro. A alguns aqui vou pedir licença, à minha professora Heloísa Starling, para relembrar um fato que diz também de uma outra, de um outro olhar sobre Antígona, ou da Antígona que continua perambulando pelo mundo entre nós. Acho que enquanto houver humanidade, e haverá desumanidades praticadas, haverá Antígonas e a necessidade de Antígonas. [...] Enquanto houver amor que solidariza para além da vida, haverá Antígonas, mas haverá humanidade, eu acho. Por isso eu quero agradecer a todas as mulheres e homens que lutam para que a humanidade não se perca, porque meu professor de filosofia do Direito dizia que ele não tinha medo de bichos. Uma onça não ‘desonça’; uma zebra, não ‘dezebra’. Nós falamos que um ser humano se desumaniza com uma insensibilidade que, ele dizia, ‘me mete medo’. Nós negamos a própria humanidade quando a gente se desumaniza. E eu espero muito, agradecendo a Andréa, que todas as Antígonas continuem para nos lembrar sempre que quem é humano não se há de desumanizar.”

### Chamado para as Jovens e Futuro

“Eu vou convidar, então, todas e todos agora ao que vai ser a apresentação das esperanças, do nosso futuro, que são agora as nossas juvenzinhas. Eu vou chamar Isabel, Thaís e Nicole que vão nos dizer o que elas pensam de nós (vou falar por mim, não estou falando por ninguém), as velhas... A Isabel me disse que velha é estrada, então já estou percorrida por um bom tempo. Nós queremos ouvir de vocês o que vocês pensam de nós, o que vocês querem de nós e do futuro.”





Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

## Novas palavras: nossas meninas, nossas esperanças

### MARIA ISABEL

Rede Reimaginando o futuro (Unicef)

“Meu nome é Maria Isabel, eu tenho 16 anos, moro em Picuí, na Paraíba. Sou remanescente quilombola e faço parte da Rede Reimaginando o Futuro (Unicef) e do Conapeti, no núcleo de cidadania da minha cidade. Falar sobre direitos de mulheres para mulheres, com mulheres, é muito bom, mas também é muito difícil, porque a gente sabe que existe uma pluralidade gigantesca que passa por inúmeras violências. Ver que essa pluralidade, principalmente na adolescência, ainda assim passa por tantas violências depois de tantas mulheres terem percorrido tantas histórias e carreiras é desafiador. Para mim, ver o futuro... é importante a gente pautar o que são esses direitos para nós enquanto adolescentes. Esses direitos são a nossa base fundamental.

A gente tem o ECA e inúmeras leis que deveriam nos assegurar direitos e segurança, mas infelizmente isso não acontece, principalmente quando se vem de comunidades tradicionais ou de povos originários, assim como a Thaís. As violências nos permeiam todos os dias, e quando a gente fala de todas essas pluralidades e coloca o nosso gênero no meio, essa violência é triplicada. Enfim, o que eu espero verdadeiramente para um futuro político é que a gente

tenha ao menos 50% do nosso eleitorado composto por mulheres, porque sem mulheres na política não há comprometimento com a evolução. Quando a gente não tem uma diversidade e temos apenas um grupo de homens brancos decidindo, eles vão decidir direitos para eles e tão somente e unicamente para eles. A gente precisa que essa pluralidade seja ampliada. É isso que eu espero. Eu espero que povos originários e povos tradicionais sejam ouvidos. Eu espero que meninas... eu sou hoje, mas eu também sou amanhã. E eu espero que, se um dia eu ou qualquer uma daqui seguir a carreira política, nós tenhamos mais acessibilidade, porque é o que nos falta bastante. É isso, obrigada.

Eu queria só fazer um pedido. Em um de seus livros, Conceição falava o seguinte: ‘a gente combinou de não morrer’. Então eu queria combinar com vocês, mulheres, com vocês, pluralidades, vamos combinar de não morrer? Vamos combinar de resistir, ficar aqui e lutar para que próximas pessoas venham para fazer a diferença também? Para que a gente faça a diferença e abra portas.”



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

## THAÍS PITAGUARY

Jovem liderança indígena

“Antes de começar a minha fala, eu gostaria de cantar uma música dos nossos povos originários, porque antes de a gente adentrar qualquer espaço, antes de a gente falar em algum espaço, a gente precisa pedir permissão. Permissão para os nossos encantados, permissão para quem nos deu oportunidade de estar aqui, que, no meu caso, foi o meu povo, foi a minha luta. Então, antes de começar, eu vou cantar uma música de um povo do meu estado, que é o estado do Ceará.

(Música) ‘Não tem rio que eu não atravesse, não tem caminho que nós não ande, não tem pedra que eu não quebre e nem tem mal que nós não cure. Viemos lá das cachoeiras, com a força da natureza, os encantados nos mandou, viemos aqui fazer limpeza. Os encantados nos mandou, viemos aqui fazer limpeza.’

Essa música tem um significado muito importante para mim. A letra dela, vocês acabaram de escutar, é isso. A gente enquanto mulher, a gente enquanto jovem, enquanto menina, neste país, a gente está aqui, infelizmente, a gente precisa passar por muitos rios, caminhar por muitos caminhos, quebrar muitas pedras em nossas barreiras.

Mas antes disso, eu queria contar um pouquinho da minha história brevemente. Eu comecei minha luta na barriga da minha mãe ainda. Minha mãe é uma ativista climática, inclusive participou de várias COPs e participava de uma organização de mulheres da ONU, e a partir disso ela retomou uma pedreira dentro do meu território, que acabava com a nossa serra, e isso comigo, acho que eu tinha meses no bracinho dela. Então ela enfrentou uma luta muito árdua, muita ameaça para defender o nosso território desses invasores. E a partir disso, a minha primeira pauta foi a questão ambiental. Foi a questão dos nossos direitos dos povos tradicionais. Com 10 anos de idade eu comecei a fazer palestra, porque eu vi a necessidade de mostrar que no nosso país existe indígena, sim, que existe mulher e que a gente

precisa estar nos espaços de debate, nos espaços de diálogo, que é muitas vezes tirado de nós.

Então, o estado do Ceará já decretou uma vez que não existia indígenas dentro do estado do Ceará. Mas como que não existe se tem 15 povos divididos em mais de 24 municípios e eu sou a prova viva? O meu povo é a prova viva de que existem, sim, indígenas no estado do Ceará, que existem, sim, indígenas no Nordeste e que existem, sim, indígenas no nosso país. E a partir disso eu comecei uma luta muito árdua. A minha infância foi muito conturbada dentro do território, porque eu tinha que me vestir de menino para não ser sequestrada, por tantas ameaças que a gente sofria, para minha mãe defender o meu ambiente, defender o seu povo e eu estar começando nessa luta com 10 anos.

Então, a partir disso, o meu leque de oportunidades se abriu. Eu comecei a dar a palestra apenas para as escolas municipais e estaduais. Depois disso, foi abrindo para universidades, para grupo de professores e eu fui adentrando em outros espaços. Com 12 anos, eu entrei no Núcleo de Cidadania da Criança e do Adolescente, que é um projeto do Unicef, e a partir disso o Unicef me encontrou. Hoje eu sou conselheira jovem do Unicef, e ele me proporcionou sair do meu estado para conhecer outras vivências. Mas isso eu não falo de ‘ah, eu vou viajar’, mas de demarcar espaços e de revolucionar histórias. Quando a gente tenta, tentar é revolucionário. A partir do momento que a gente acorda e vai para escola, a partir do momento que a gente acorda com a idealização de que a gente quer mudar, nem que seja um pouco ali dentro da comunidade, isso já é revolucionário. E ser mulher neste país é ter uma luta muito árdua. E quando você é mulher indígena, são duas pedras no seu caminho.

Então, eu estudei a minha vida toda em escola indígena. Hoje eu não estudo em escola indígena porque eu quis fazer o meu ensino médio técnico. Gente, eu tenho 18 anos, não sei se eu falei a

minha idade. Eu tenho 18 anos e estou terminando meu ensino médio. E sair de uma escola indígena foi muito difícil para mim porque eu tive que sair de dentro do meu território para ver uma realidade muito triste, que é ver a realidade de pessoas que não sabem como funcionam as questões dos povos tradicionais, é ver uma realidade de uma população que não aceita as mulheres, nem indígenas, nem negras, nem LGBTQs dentro dos espaços de debate. Então, estar aqui hoje é revolucionário, estar aqui hoje é demarcar esse espaço. A partir do momento em que uma mulher indígena entra dentro do espaço, ela está demarcando-o para que outras mulheres acessem o mesmo poder e a mesma oportunidade. Então, eu não estou aqui para garantir o meu espaço aqui, eu estou aqui para que várias outras 'Thaíses' consigam entrar aqui também.

Então, a partir de todos esses projetos que eu fui desenvolvendo na minha vida, eu comecei a... O meu objetivo de vida é trabalhar com crianças em situação de vulnerabilidade, mas muita gente gosta de falar que território indígena ou periferias é território de vulnerabilidade. Mas eu acredito que não é território de vulnerabilidade. São pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, mas que estão em territórios muito ricos. Pode ser até que não seja rico de saneamento básico ou rico de uma estrutura, mas é rico de cultura, é rico de saber, é rico de espiritualidade.

Apesar de eu ser muito nova, porque eu só tenho 18 anos, mas eu percorri muita coisa para estar aqui. Semana retrasada a gente estava no Senado em uma sessão especial sobre a convenção de 35 anos sobre os direitos da criança. E aí foi muito importante para mim, apesar de não ser mais criança, mas ver outras meninas que estavam na mesma formação que eu, que começaram também comigo no Unicef, ocupando aqueles espaços, falando no Senado. E meninas/crianças negras... Para mim foi revolucionário, porque a gente está abrindo uma oportunidade, um leque, que outras meninas nem sonham. Quantas meninas e mulheres estão em casa sem perspectiva de futuro e perspectiva de vida. Então, estar aqui enquanto indígena, Isabel enquanto quilombola, a minha querida Nicolinha, que é minha conterrânea também... A gente está aqui, mas não é por nós, é por outras milhões de meninas.

O Brasil que eu quero é infinitas opções e que eu podia estar citando milhares do que é o Brasil que eu quero. Mas eu sei qual é o Brasil que eu não quero. Eu não quero que o nosso Brasil continue com esse racismo estrutural estampado. Eu não quero esse Brasil que a gente reconhece que existe racismo, mas a gente não se reconhece enquanto racista. Eu não quero esse Brasil que fala tanto em democracia, mas não demarca os territórios indígenas. Eu não quero esse Brasil que vive negando os nossos direitos básicos enquanto mulheres, para nós, indígenas, para nós, meninas, crianças que hoje sofrem nessas situações de vulnerabilidade e que os seus direitos são negados. Hoje em dia a gente tem lei para tudo. Se você for ver, é

um mar imenso de leis, mas será que essas leis estão sendo realmente efetivadas? Será que essa democracia realmente está sendo feita?

Será que a gente tem oportunidade de votar? Eu sempre fui muito ligada em política. É a minha paixão. A minha paixão é a política, a política partidária, a política pública e a política social. E antes dos meus 16, que é quando a gente pode realmente votar, eu já acompanhava eleição, pós-eleição, já me manifestava... Porque não é porque a gente é criança ainda que a gente não sabe o que é política. A gente sabe sim, a gente a vive todo dia. E eu fiz questão de tirar meu título com 16 e, a partir dos meus 16, já votei para presidente, para prefeito, para conselheiro tutelar. É o meu direito votar, porque a gente está dentro dessas realidades. E o voto muda tudo. O voto é um poder que muito adolescente, muita criança e muito adulto ainda não sabe o poder que é o voto. Porque se hoje a gente está aqui pedindo pela demarcação dos nossos territórios, se hoje a gente está aqui pedindo por direito, para acabar com esse feminicídio que só aumenta no nosso país, para acabar com esse racismo, se a gente está aqui hoje, talvez seja porque a gente não está sabendo votar. Então a gente tem que analisar quais são as nossas decisões e mudar a vida.

Eu espero que eu tenha deixado aqui o meu recado para vocês. E eu realmente não acredito que a gente é o futuro, eu acredito que a gente é o agora, a gente é o presente. E a partir das nossas ações, a gente vai colher uma sociedade mais justa, um Brasil mais justo, um Brasil com uma equidade, um Brasil que a gente consiga ocupar os espaços, um Brasil com mais deputadas indígenas, com mais deputadas mulheres, com mais senadoras mulheres, com uma presidente também (por que não?), com mais prefeitas mulheres, vereadoras mulheres. E é esse o Brasil que eu quero, porque se a gente não está no espaço, quem vai falar por nós? Nada para nós sem nós.

Então eu quero agradecer o espaço de estar aqui. Da minha infância para cá, esse é um dos momentos mais importantes da minha vida, porque mostra o quanto que a minha luta, o quanto que passou, sabe? Aqui é um sinal que está dando certo, é um sinal de uma luta que vem. Sei que a gente ainda tem muito para caminhar, mas estar aqui hoje mostra que a gente já caminhou muito. Então 'ninguém larga a mão de ninguém'. E nós, mulheres, sabemos muito bem disso. Eu sei que essas são frases muito clichês, mas a gente sabe que é assim, porque qual é o homem branco que está ali que vem realmente saber as nossas dores, saber o que é ser mulher, saber o que é ser mãe, que é dona de casa, saber o que é você tentar chegar a um cargo de poder e não conseguir, ou um cargo básico também e não conseguir, saber a dificuldade nossa que é adentrar numa universidade, que é estar dentro de um território sofrendo violência... Então estar aqui é um ato de resistência."



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

## NICOLE SEMIÃO

Astrônoma mais jovem do mundo

**“Vamos combinar de viver para sempre? Acho que é melhor. E vamos combinar de viver sonhando com todos os astros de todos os direitos, independente de quem estude astronomia, mas sendo muito bom que quem queira possa estudar astronomia. Muito obrigada a todas e todos por esse dia. Quero que a gente combine de continuarmos juntas e juntos, porque aí somos mais Brasil, este Brasil plural.”**

Ministra Cármen Lúcia

“Meu nome é Nicole Semião, carinhosamente conhecida como Nicolinha. Tenho 11 anos, sou conhecida como a astrônoma mais jovem do mundo de acordo com a imprensa internacional, sou caçadora de asteroides, palestrante e divulgadora científica.

Quando eu tinha dois anos de idade, eu já gostava de olhar para o céu, para as estrelas, para a lua, e sempre foi algo que me chamou atenção, sempre me encantou. E com quatro anos eu troquei todas as minhas festas de aniversário para poder ganhar um telescópio, que eu só ganhei com sete anos. Mas só porque eu só ganhei com sete anos não quer dizer que dos quatro aos sete anos eu parei de estudar. Eu continuei estudando astronomia, que é algo que sempre me encanta até hoje.

Eu fiz o meu primeiro curso de iniciação à astronomia lá em Alagoas, no Centro de Estudos Astronômicos de Alagoas (CEAAL), e eu tentei participar do curso com cinco anos, só que eles só aceitavam a partir de 12 anos. Só que eu continuei enviando um monte de e-mail para o coordenador da época do CEAAL, o presidente, e ele aceitou. Mas quando eu fiz o curso, eu fiz com seis anos, e por eu

ter visto que tinha uma dificuldade para as crianças e meninas também poderem participar de cursos, principalmente de astronomia, porque até então muitas pessoas achavam que a astronomia é algo só para meninos, mas não.

Para mim, astronomia é para quem quiser estudar. Então eu criei as minhas redes sociais no Instagram e no YouTube para que mais crianças pudessem aprender sobre astronomia de uma forma simples e que elas entendam bem. Em 2021, eu criei o Clube Stem e Nicolinha&Kids. Até agora já passaram mais de 500 crianças pelo clube e lá nós temos cursos, palestras, oficinas, tudo gratuito, com professores voluntários.

O nosso objetivo principal no clube é fazer com que todas as crianças do Brasil tenham a oportunidade de aprendizado, ou seja, de educação. E o que eu digo agora para as minhas perspectivas para o futuro é: eu espero no futuro ter uma educação, uma qualidade de educação muito melhor. Então nós vamos unir forças e estudar muito e trabalhar juntos para que o mundo seja muito melhor.”



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE



“Projeto Quintais” (São Paulo)  
 Autoria: Bordadeiras de Gavião Peixoto





Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Foto: Rafael Luz



**“No caminho das Águas”**  
Bordado do grupo Matizes Dumont





# 3 **Mulher, Presente**

# Abertura

Em um tempo em que ainda é preciso reafirmar o óbvio — que a presença das mulheres é essencial à democracia — o encontro Mulher, Presente, realizado em 11 de março de 2025 no Tribunal Superior Eleitoral, inscreve-se como um marco de escuta, reflexão e compromisso institucional. Mais do que uma iniciativa simbólica, o evento consolidou-se como espaço plural de vozes e experiências, reunindo representantes dos Três Poderes e da sociedade civil em torno de um objetivo comum: fortalecer a participação feminina e, com ela, a própria democracia.

Ao abrir o evento, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, afirmou que o propósito era refletir sobre a condição das pessoas humanas, entre as quais as mulheres estão incluídas, evidência que ainda precisa ser repetida em um mundo que ainda não inclui mulheres em suas instâncias de decisão e poder na mesma proporção em que homens estão incluídos. A ministra lembrou que 20 milhões de mulheres sofreram alguma forma de violência em 2024, e que sua plena presença é condição indispensável para uma democracia verdadeira.

“Não há democracia sem a presença de todos os seres humanos. Nós, mulheres, somos mais da metade da população brasileira, nós somos mais da metade do eleitorado brasileiro e poderíamos decidir eleições. Parece que as instituições ainda não se deram conta de que a mulher importa, importa para a sua existência, importa para a existência dos outros, importa para que a gente tenha uma democracia verdadeira”, declarou a ministra.

Ao longo do encontro, vozes diversas se entrelaçaram em mesas temáticas, rodas de conversa e reflexões, evidenciando a centralidade da participação feminina na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Na mesa de abertura, participaram o então presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso; o então vice-presidente do TSE, ministro Nunes Marques; os ministros do Supremo Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes; e representantes do Executivo, do Legislativo, da sociedade civil, além das convidadas. Foi a voz dessas mulheres que deu o tom das reflexões ao longo do dia.

O evento marcou o entendimento de que uma democracia só se realiza plenamente quando todas as vozes estão presentes.

Como parte da programação, exposições como Democracia bordada e O voto no Brasil destacaram a trajetória democrática do país e a contribuição das mulheres, reunindo obras artísticas e conteúdos históricos sobre o direito ao voto e à participação política.

11 de março de 2025



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## CÁRMEN LÚCIA

Ministra presidente do TSE

“Bom dia a todas as pessoas presentes. Um enorme gosto do Tribunal Superior Eleitoral de receber todas as senhoras, os senhores aqui neste evento. Este encontro é para refletir e meditar sobre a condição das pessoas humanas, entre as quais incluímos nós, mulheres, e é preciso que se repita isso, porque parece que o mundo ainda não acredita que entre os seres humanos estamos nós: as humanas. Ontem, se fosse o caso de comemorar um dia, qualquer comemoração teria cessado no que se refere aos direitos das mulheres. O Brasil registrou, certificou e divulgou que 20 milhões de mulheres foram violentadas de alguma forma no ano de 2024. Isso é devastador em termos de direito. Não há democracia sem a presença de todos os seres humanos. Nós somos mais da metade da população brasileira, nós somos mais da metade do eleitorado brasileiro e poderíamos decidir eleições, e parece que as instituições ainda não se deram conta de que a mulher importa. Não há democracia se não há respeito a todos os direitos de todas as pessoas. E uma sociedade que deixa matar suas meninas, violentar suas mulheres e que vê isso como se fosse um deboche ou uma brincadeira, não é um país que se pode dizer que chegou ao estado democrático de direito com efetividade jurídica e social. Este dia marca mais uma

vez a necessidade de nós nos encontrarmos, e não um dia, todos os dias, e termos nas nossas atuações, nas nossas ações, um jeito novo de nos encontrarmos e encontrarmos homens e mulheres de boa vontade para que a gente tenha a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Quase quatro décadas depois ainda não viu completado sequer o inciso I do artigo 5º da Constituição da República. Este encontro é exatamente para que a gente tenha mais uma oportunidade de juntas, as mulheres com os homens, que comparecem também, porque não estamos querendo a sociedade na qual não haja homens atuando com seus direitos, mas que nós estejamos juntas, igualadas. Afinal, democracia, como a vida, eu tenho dito, democracia se faz todo dia. No Brasil, todo dia nós, mulheres, somos violentadas nos nossos direitos, somos destratadas nos nossos valores. Basta ver o que acontece no próprio Poder Judiciário, em que há uma grande diferença de presença de mulheres, como há no parlamento brasileiro uma grande diferença, como há nas tarefas cotidianas em que se entregou à mulher o dever de cuidar, como se cuidar do ser humano fosse uma tarefa de só menos, que não é. Mas principalmente porque nós também queremos, além de cuidar, fruir a vida, curtir a vida. Não queremos ser apenas guerreiras, queremos ser

mulheres que têm as alegrias dessa grande aventura que é viver. Mas queremos viver com dignidade e com direitos.”

**Homenagem ao Ministro Barroso:** “Os dois anos de presidência solitária do Tribunal Superior Eleitoral pelo ministro Barroso deveu-se a uma contingência que, evidentemente, não era previsível, mas deu bem o sentido do sobrevalor do ministro Barroso, que pode dar um testemunho de que, a despeito de todas as dificuldades, e nós, mulheres, falamos isso de Cátedra, mas que as alegrias, os valores e que viver vale a pena, vale super a pena. Prestar atenção nos nossos afetos é o que mais vale a pena nessa vida, porque é uma grande aventura mesmo.”

**Sobre novas portarias e paridade:** “Só para dar notícia, hoje foi publicada a Portaria nº 105 do Tribunal Superior Eleitoral, pela qual eu instituí o Programa Nacional de Incentivo à Participação Feminina na Justiça Eleitoral e da Paridade de Gênero nos tribunais regionais eleitorais, tentando fazer com que haja, nos concursos públicos, também a composição por mulheres e homens nas bancas, para que os cargos em comissão sejam por paridade de gênero. A Justiça Eleitoral é o único ramo do Poder Judiciário que não cumpre, até pelas suas peculiaridades, as normas do Conselho Nacional de Justiça. A ausência das mulheres nos espaços públicos é uma forma de violência, porque não se chega a ele por óbices que são considerados intransponíveis e que muitas vezes são extremamente insidiosos e cruéis, porque são sub-reptícios. A retórica é uma, a prática é outra.”

**Sobre mulheres e cultura:** “É sempre estranho para nós que não somos da área da produção cultural e das artes ver que há dificuldades também incluída para as mulheres. Porque a arte no Brasil que é o Brasil que dá certo. Como você coloca, três Oscars em 97 anos para direção significam que aquilo que é o fazer ainda é espaço muito masculino. E talvez por isso você já tenha escutado, como eu também já escutei de um certo ministro que, achando que estava me elogiando, disse o seguinte: ‘é ótimo estar com a Cármen ao lado, porque é um corpo de mulher, é a graça de mulher, e ela escreve e pensa como homem. É completo!’. E achou que era um elogio. Quer dizer, realmente quando você escuta ‘nossa, você faz tudo como homem!... O que isso é? Um desvalor para nós, significa que nós não temos o nosso jeito? Não, nós somos melhores em muitas coisas.’”

**Sobre Direito Constitucional e Dor:** “Eu acho sempre e vejo sempre sobre nós mulheres, e principalmente quem trabalha, como eu, no direito constitucional e vemos uma Constituição tão boa, e uma prática ainda tão distante, eu fico sempre pensando e me perguntam por que eu continuo no direito constitucional, e eu digo: ‘porque eu sou igual a Assum Preto, eu canto de dor’. O meu voto muitas vezes é um voto que dói por causa do que a gente vê sendo transpassado.”









Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## LUIZA TRAJANO

Empresária

“Eu tenho vivido com essa minha idade, muita gratidão. Hoje, quando eu estava escutando todo mundo falando, mas ao mesmo tempo estava com a Marisa assim ‘a gente precisa dar um jeito de terminar’. Então, ministra, muito obrigada. Você sabe que eu não sou muito intelectual, mas eu fico anotando tudo para aprender intelectualmente o que eu faço na prática. Então eu já anotei ‘a vida é boa, a vida é curta, vamos unir, vamos viver’. Mas então, gente, estar junto com a Marisa, que a gente tem tantas coisas, com a Paula, com a Íris e com essas três mulheres que falaram aqui agora, eu acho que aumenta muito a nossa responsabilidade de dar jeito de resolver, né? Nós não podemos voltar no ano que vem e falar ‘agora são 30% de mulheres que estão mortas’. E no fim, eu tenho uma proposta para fazer.

A minha fala é sobre a mulher na empresa. Eu vou falar um pouco e vou mostrar o que a gente faz, porque eu estou cansada de diagnóstico, gente. É muito diagnóstico, e diagnóstico, e diagnóstico. Então eu vou dizer que a maioria da população em cargos executivos ainda são homens brancos. Apesar de que a gente melhorou muito, mas tem pouca mulher em cargos de poder. Eu

vou mostrar que o desempenho financeiro, quando tem diversidade nas companhias, é 21% maior do que quando não tem. Isso é provado por pesquisa, por tudo mais. É muito importante a gente entender o lado masculino também. A gestão, durante muito tempo, gente, por muitos anos, era industrial, ela foi totalmente mecânica.

O homem não podia falar que estava com problema, ele não podia falar que não sabia, ele não podia falar que estava com filho doente. ‘Aqui você é profissional’. Ele não podia falar que não sabia. Quando eu assumi a empresa, isso me assustou muito, por que com que coisa que a gente separa uma coisa da outra? De repente, a gestão passou a ser totalmente orgânica e nós, mulheres, estamos preparadas para isso. Então, se a gente não entender também a mecânica com que foi criado o homem, a gente não vai conseguir conviver e vamos continuar desunindo o que existe, porque é mecânico.

Eu, por exemplo, Paula, por intuição, para não ser chamada de homem... imagine: uma mulher do interior, falando ‘porta, portão’, chegando em São Paulo, em uma empresa desconhecida, jovem, onde todo mundo

**A mulher,  
a economia  
e o trabalho**

era homem. Eu nunca usei calça comprida para trabalhar — por causa das ombreiras grandes, porque eu era mulher. Eu chorava, dizia que não sabia. Intuitivamente, desde menina, eu carreguei isso comigo. Até hoje não uso calça comprida. Adoro me arrumar para trabalhar, porque eu queria ser feminina. E, quando os homens não me davam atenção... imagine: vinda do interior, com esse jeito de falar 'porta, portão' porque em Franco é assim — 70% são mineiros e 30% são filhos de mineiros, já que é divisa, graças a Deus.

Então, assim, eu falava, 'é bom vocês me escutarem, porque eu tenho uma ideia boa'. Mas eu sou muito grata, porque, assim como o ministro Barroso falou que nasceu de uma mãe advogada, eu nasci de uma família empreendedora, que em 57 já montou uma empresa, sem dinheiro, sem nada, e já ia para os leilões levantar a mão na frente dos homens. Então, eu tive esse privilégio. E além de tudo, eu sou filha única, né, gente? Filha única se acha a tal. Então tem uma tal de autoestima muito boa.

Então, é preciso dizer que as mulheres hoje estão, de fato, muito preparadas — e que também precisamos compreender o lado masculino. Meu filho, por exemplo, tem uma filha de 17 anos, que acabou de entrar na FGV. Ao conviver mais de perto com ela, ele ficou assustado — quase em choque. Ele foi criado cercado por mulheres — mãe, tia, avó —, tudo de forma muito natural. Ainda assim, percebeu o quanto o machismo continua arraigado.

Recentemente, tive um caso na empresa que mostra como isso é sério. Está dentro da mulher e dentro do homem. Se não tomarmos cuidado, é um processo muito delicado. Ele mesmo disse: 'Eu estou assustado', justamente por essa convivência mais próxima com a filha.

Então, ao falar da realidade do mercado de trabalho, é importante reconhecer que a mulher ainda enfrenta muitos desafios. Ouvimos isso agora — vimos a deputada Soraya, a senadora Zenaide, a Renata... todas destacando o quanto ainda é difícil. Ainda temos muito a avançar.

Para mim, o pior ponto é a desigualdade salarial, porque não é uma questão de mentalidade nem de percepção — é uma questão de decisão. É questão de caneta. O grupo Mulheres do Brasil atuou na Lei nº 14.611/2023, que trata da igualdade salarial entre mulheres e homens, sem possibilidade de alteração de cargo para justificar diferenças.

Uma questão de caneta. Quando falamos de violência, dizemos: 'ah, o pai bateu', 'o outro fez isso, o outro fez aquilo'... Mas a desigualdade salarial é

diferente — é decisão, é caneta. Nenhum pai, nenhum avô nesta sala gostaria que uma filha ganhasse menos por ser mulher. E uma mulher pode ser o que quiser, inclusive dona de casa. Tenho certeza de que é por isso que trabalhamos, homens e mulheres.

Nós já evoluímos muito. Mas, se não conseguirmos ampliar esse avanço — assim como buscamos em outras pautas —, vamos continuar reivindicando as mesmas coisas.

Sobre a violência contra a mulher: há cinco anos eu já falava disso, mas nunca tinha levado o tema para dentro da empresa. Até que, seis anos atrás, em agosto, perdemos uma gerente com 17 anos de casa, 35 anos de idade, assassinada a facadas pelo marido, dentro de uma loja de alto padrão em Campinas. Não era qualquer situação. Naquele dia, eu fiquei muito mal. Fico mal, sim, mas isso me move para a ação.

Foi então que decidimos assumir essa causa de forma concreta. O Magazine Luiza abraçou essa pauta de verdade. Fiquei muito feliz porque, no ano seguinte, os próprios homens do *marketing* criaram a campanha ressignificando a frase 'em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher': o Magazine Luiza mete, sim.

Recebemos muitas críticas — 'ela é PT', 'ela é de esquerda', 'é isso, é aquilo' —, mas mantivemos a posição. Hoje, essa é uma causa central para nós. Assumimos o compromisso de que nenhuma mulher nossa morreria por violência. Ainda assim, recentemente, uma funcionária sofreu um ataque brutal, com 50 facadas. Mesmo com todas as ações, a realidade ainda é dura.

Hoje temos um aplicativo com suporte às vítimas, nossa rede apoia cerca de 40 ONGs dedicadas ao tema, mantemos uma linha direta de atendimento para mulheres e crianças em situação de violência e, principalmente, envolvemos os homens nessa transformação.

Agora, em vez de falar mais, eu prefiro mostrar. Vou apresentar um vídeo com gerentes de loja — homens — mostrando como enxergam e enfrentam a violência contra a mulher. Isso já vem sendo feito há quatro ou cinco anos. Sem envolver os homens, como eu disse, não vamos conseguir avançar.

Esse filme já tem quatro anos e a gente continua passando ele em vários lugares para empresários. Como também eu passo um filme, eu faço muita reunião de destaques do mês. Eu percebia, ministra Cármen, que muitas mulheres, em todas as áreas, elas entravam grávidas e ficavam muito, muito

gratas, porque no Magazine pode entrar grávida. E aí eu peguei e falei para o pessoal da TV Luiza, 'vamos tirar esses depoimentos espontâneos, porque eu preciso mostrar para os meus colegas empresários que uma mulher, quando é contratada grávida, ela produz muito mais do que isso'.

Mas para terminar, eu queria falar um pouquinho do grupo Mulheres do Brasil, que hoje tem 130 mil mulheres no mundo todo, e nós nascemos, como eu escutei aqui, para mexer com políticas públicas. Eu posso melhorar um pouquinho ali, posso melhorar um pouquinho a violência, nós podemos, mas o que decide é a política pública. E tem 130 [mil], então nós estamos muito ligadas, temos uma pessoa que só mexe com isso, e a gente está trabalhando muito já na política para pular para 50.

Nós já trabalhamos assim, cadastrando qualquer partido, só que ela tem que ser a favor, ela assina um termo, não importa, que ela é a favor da democracia, da igualdade. Tem cinco coisas que ela assina, e aí a gente coloca isso no *site*. E para terminar, eu vou por uma musiquinha do Pula para 50, que nós estamos trabalhando. Pula para 50 na política, que nós mesmo que fizemos. Nós queremos 50% de mulheres em todos os cargos. E olha, homens, melhora muito. Melhora muito para vocês, vocês tiram um peso de cima de vocês. Tem muitos homens com a gente. Então vamos lá."



Fotos: Alejandro Zambrana/Secom/TSE





Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## A mulher no mundo da economia criativa

### PAULA LAVIGNE

Empresária, produtora cultural e ex-atriz brasileira

“Quero agradecer aqui a minha querida amiga Suprema, que eu a chamo assim, e que eu acho que é a única reminiscente que ficou no Tribunal, né? O que já nos impressiona muito. Eu entrei aqui agora, e sempre que eu entro, eu vou olhar o painel dos presidentes. E é sempre um susto. É sempre um susto, que você vai vendo, homem, homem, homem, homem, homem, homem, homem, homem, aí chegando assim, perto de, nesses últimos anos, aí você começa a ver no caso daqui, deste Tribunal, são duas.

Então é sempre muito impressionante. Eu tenho um temperamento muito pragmático e, enfim, muito, muito ativo, e aí eu sempre ouço assim ‘nossa, você dirige como homem’, ‘nossa, você faz isso como homem’, como um elogio, né? Não tem uma mulher que não ouça esses discursos, essas palavras que foram ditas aqui e que não se emocionem, porque a gente vai se identificando e lembrando que todo dia a gente tá passando por isso.

Dentro da nossa indústria criativa, não é muito diferente. Eu não fiz um levantamento de números em tudo, mas a gente acabou de ganhar um Oscar... E eu acho que,

assim, sem desmerecer o nosso querido Valtinho, o filme eu acho que tomou muito o mundo é por causa das mulheres, né? Em primeiro lugar, a história da Eunice, que é uma história muito forte, e a nossa Fernanda Torres que veio ali, defendendo Eunice de uma maneira maravilhosa. E o final do filme ainda somos abençoados com aquela cena que não precisa falar muito, da nossa mestra, dona Fernanda Montenegro. Acho que a gente está vivendo esse momento, no entretenimento, muito forte. De 97 edições do Oscar, apenas três mulheres ganharam melhor direção, três apenas. Isso diz muito e corrobora com tudo que todas falaram aqui.

Então a minha fala é no sentido de dizer que eu não tenho muito mais a acrescentar, a não ser dizer que é igual. E eu realmente queria fazer um agradecimento especial à Suprema, porque a gente passou desde o *impeachment*, entrada do Temer, que logo depois retiraram o Ministério da Cultura (MinC) ... Ali começou praticamente um pesadelo para a classe artística, pesadelo mesmo. Assim, muito pesado. E não só o Minc nos foi retirado, quando deram de volta, já deram de má vontade. E ali foi acabando tudo, e fomos

criminalizados, essa perseguição não parou, mas teve uma mulher que conseguiu segurar tudo isso.

E essa mulher está aqui. Porque se não fosse ela, se a gente não tivesse judicializado e tivesse a sorte nos sorteios, que vocês devem saber melhor do que eu como é que funciona, e não tivesse caído na relatoria dela a questão do cinema, da Ancine. Se hoje a gente tem um Oscar, foi porque ela foi capaz ali de ouvir todo mundo, ouvir até o outro lado, que era um governo, que não gostava da gente. Fez audiências públicas, que aliás, vejam. Foi filmado e, assim, foi realmente muito emocionante.

Os atores todos vieram, e atores e atrizes maravilhosas. E até hoje eles me perguntam 'quando vai ter de novo, quando vai ter de novo...!', porque para a gente é uma experiência diferente vir aqui nos tribunais, falar. Aliás, eu sempre levo foto para o meu pai, que fica todo orgulhoso. Enfim, para a gente

é uma coisa importante, é um outro mundo. Então teve momentos assim, muito importantes, depois desses últimos anos de pesadelo, que se não fosse nossa querida Suprema aqui, a gente teria realmente parado o cinema, a gente teria realmente parado.

Foi ela que conduziu a Lei Paulo Gustavo, que é a lei que incentiva o audiovisual com três bilhões e meio. E vocês vão começar a ver o resultado disso. Então eu termino aqui a minha fala, porque todas já falaram muito, dizendo que se hoje a gente tem uma cultura, uma indústria criativa andando, é graças a uma mulher. E eu agradeço de coração.”



## A mulher e as artes



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

### MARISA MONTE

Cantora, compositora e produtora musical

“Eu queria trazer um pouco de um relato em primeira pessoa sobre a minha trajetória na música como mulher. Eu estou aqui hoje como cidadã brasileira, como artista, cantora, compositora, que nos últimos 35 anos de trajetória tem acompanhado e refletido a evolução da presença feminina nas artes, especialmente na música. Eu vivi na pele a luta por espaço e pela amplificação da minha voz em um meio tão desigual quanto a própria sociedade. Percorri um caminho que me ensinou sobre resistência, independência e sobre a importância de ocupar espaços. Tive que romper barreiras, enfrentar questionamentos sobre a minha capacidade de conduzir a minha própria carreira, compor minhas músicas, produzir meus álbuns e liderar os meus projetos. Num mercado historicamente dominado por homens, eu fiz escolhas que reafirmaram a minha autonomia. Criei um selo independente para produzir a minha própria música e busquei manter controle artístico e patrimonial da minha obra. Isso não foi apenas um desejo pessoal, mas uma necessidade para garantir que, além da minha voz e a minha imagem, o meu coração e minha mente pudessem se expressar da maneira que eu escolhesse.

E a história da mulher nas artes, que foi o tema sugerido a mim pela ministra, é uma narrativa rica, que reflete não apenas a evolução formal das artes, mas também as transformações sociais, culturais, políticas ao longo dos séculos. E, na minha família, eu sempre ouvi contar a história sobre a minha bisavó Sofia. Ela tinha uma belíssima voz de soprano. E de Sofia eu herdei não apenas o dom pro canto, mas também seus álbuns de partitura, que meu bisavô Humberto trazia do centro da cidade como presente e que ela cuidadosamente encadernava. Em um desses álbuns, há uma dedicatória do meu bisavô para minha amada Sofia, datada de 1903. Apenas quatro anos antes, em 1899, a maestrina e pianista Chiquinha Gonzaga, uma mulher à frente do seu tempo, compunha ‘Ó Abre Alas’, fazendo história na música brasileira ao desafiar os padrões patriarcais da sua época. A mesma sorte não teve a minha bisavó Sofia, que se limitou a cantar em saraus e salões exclusivamente para o deleite de familiares, protegida da vida pública, dos olhares e do julgamento das pessoas. De sua existência musical, além do álbum, não temos nenhum registro. Perdeu-se no tempo. E isso ocorreu há apenas 120 anos. Um tempo curtíssimo no

tempo da humanidade... o que me faz refletir sobre quantas mulheres como ela, amadas pela música, foram apagadas pela história.

Penso na minha formação também, como amante da música desde cedo. Eu cresci ouvindo as grandes vozes femininas do Brasil e do mundo. A Maria Callas dizia que o canto é imitação, e eu aprendi a cantar ouvindo e tentando imitar as vozes que vieram antes de mim e abriram caminho para que eu possa estar aqui hoje. No século 20, as mudanças sociais e os movimentos feministas trouxeram uma nova onda de artistas, que não apenas produziram obras significativas, mas também questionaram e desafiaram as normas patriarcais, trazendo à tona questões sociais e políticas através de suas obras. Nos anos 30, Carmen Miranda encantava o Brasil enquanto as mulheres brasileiras conquistavam o direito ao voto. Carmen representava uma transformação gigante no comportamento feminino, que apenas 30 anos depois a distanciava em séculos da minha bisavó Sofia. Era uma mulher sensual, ousada, moderna, independente, uma estrela no Brasil e no mundo, que renovava a visão que se tinha sobre as mulheres até então. Mas, apesar disso, o seu repertório era composto 100% por canções criadas por homens. Devido à escassez de repertório produzido por mulheres, grandes compositores, como Assis Valente, Vicente Paiva, Ari Barroso, Noel Rosa e Erivelton Martins, se esforçavam em compor músicas na primeira pessoa feminina, atendendo à demanda de artistas como Carmen Miranda, Dalva de Oliveira, Aracy de Almeida e outras grandes vozes do seu tempo. Os homens ditavam as regras, escreviam as letras e as palavras que as vozes femininas cantavam.

Nas décadas seguintes, enquanto o Brasil se modernizava, as mulheres seguiram, em sua maioria, apenas como intérpretes. No entanto, tivemos algumas exceções na nossa história, como a genial melodista Dona Ivone Lara, que trabalhou como enfermeira por mais de 30 anos até se aposentar, ao lado da doutora Nise da Silveira, na Colônia Juliano Moreira, instituição que revolucionou a psiquiatria no Brasil por meio da arte, da livre expressão e da afetividade. Nos plantões de madrugada, a jovem Ivone compunha sambas e valsas, mas, sem saber o que fazer com elas, entregava suas composições ao primo, Mestre Fuleiro, também do Império Serrano, para que ele as apresentasse como suas nas rodas de samba dos Bambas. E ela mesma nunca teria coragem ou ousadia de fazê-lo e ainda me contou que ficava feliz e satisfeita ao saber do sucesso de suas músicas entre os Bambas. A autora de *Sonho Meu*, a grande dama do samba, a primeira mulher a assinar um samba enredo, a primeira mulher a fazer parte da ala de compositores do Império Serrano, só veio a fazer sucesso gravando uma composição própria aos 49

anos, no início dos anos 70. Dona Ivone foi a única compositora mulher que entrevistei entre os inúmeros compositores homens quando me dediquei à pesquisa de sambas inéditos dos anos 50 e 40, sambas que estavam se perdendo, mas que ainda estavam vivos na tradição oral. E ela mesma me contou sobre a sua impressionante trajetória como mulher num meio tão masculino como o samba.

Um parêntese: os Bambas diziam que as mulheres não compunham, elas preparavam as festas, elas tinham essa função culinária, mas que elas eram fundamentais em determinar quando uma canção ia ser sucesso. Porque se eles chegavam nas rodas de samba e eles apresentavam o samba e se as mulheres aprendessem a cantar essas canções com as vozes agudas, as músicas pegavam e viravam sucesso. E canções, por exemplo, que tratavam de violência contra a mulher não faziam o menor sucesso, e eles nem apresentavam. Então, elas tinham um papel fundamental de determinar as canções que se tornariam eternas com as vozes delas.

Mas a chegada da pílula anticoncepcional na década de 60 teve um impacto profundo no movimento feminista e nas transformações sociais que ocorreram nas décadas seguintes. A pílula ofereceu às mulheres o controle sobre sua fertilidade, permitindo-lhes decidir quando ter filhos. E esse foi um marco crucial na luta pelos direitos reprodutivos, possibilitando que as mulheres planejassem suas vidas e carreiras. Além disso, a pílula desafiou normas sociais relacionadas à sexualidade. Com a possibilidade de uma vida sexual ativa sem o temor da gravidez indesejada, as atitudes em relação ao sexo e à sexualidade começaram a mudar, promovendo uma visão mais liberal e igualitária. O acesso à contracepção foi um passo crucial para o empoderamento feminino, pois proporcionou às mulheres mais autonomia sobre seus corpos e sobre suas vidas. Esse avanço estava alinhado com as demandas do feminismo por igualdade de direitos e liberdade. E o movimento da pílula também impulsionou mudanças legislativas reconhecendo o direito à autonomia reprodutiva das mulheres, incluindo a ampla legalização do aborto em 77 países e o reconhecimento dos direitos reprodutivos como um aspecto fundamental dos direitos humanos. Essas transformações foram fundamentais para moldar o que hoje conhecemos como a luta pelos direitos das mulheres, contribuindo para a criação de um mundo no qual as mulheres têm mais opções e oportunidades em diversas áreas da vida.

E esse movimento impactou também a música. Em São Paulo, nos anos 60, uma ruivinha de aspecto angelical e frágil decidiu mudar, fazer tudo que queria fazer, colocar as asas para fora e, ao se tornar mutante, mudou tudo.

O papel secundário já não serviria para a cometa Rita Lee, uma das figuras mais icônicas da música brasileira, um símbolo de liberdade e de expressão feminina. Rita Lee se destacou não apenas como cantora, mas também como compositora e instrumentista. Produziu a sua própria obra, e sua personalidade autêntica e seu estilo único a tornaram uma referência para muitas mulheres. Sua música e atitude desafiaram normas de gênero e expectativas sociais. Com letras que abordam a liberdade feminina, sexualidade, a busca por autonomia, ela se tornou uma voz que ressoou com a luta das mulheres por igualdade. E a partir da década seguinte, a década de 70, as mulheres definitivamente deixaram de ser apenas vozes e conquistaram a palavra, a narrativa própria, a fala. E muitas outras vieram, como Ângela Ro Ro, Marina Lima, Joyce... E nas décadas seguintes, as compositoras se multiplicaram em Adrianas, Zélias, Vanessas, Danielas, Ivetes, Marílias e Anittas, e eu mesma, que iniciei minha carreira no final dos anos 80.

Hoje, grande parte das cantoras brasileiras produz seu próprio repertório, mas, segundo o último relatório do Ecad, a indústria musical ainda precisa avançar sobre a participação feminina. No total repassados a beneficiários em 2024, menos de 10% foram repassados às mulheres. Eu, que comecei pela voz, como muitas outras antes de mim, aos poucos fui buscando ampliar minhas formas de expressão, primeiro compondo para mim e – mais um parêntese: eu me lembro que o meu primeiro disco, eu era intérprete, não tinha nenhuma composição própria, e a partir do segundo disco eu comecei a compor. E eu me lembro de uma crítica, que eu tenho guardada comigo até hoje, que era: ‘cantora sim, compositora não’. Era o título da crítica. Comecei então e fui aos poucos ampliando minhas formas de expressão, primeiro compondo para mim e aos poucos para outros artistas. E depois produzindo meus álbuns e depois trabalhos de outros artistas, até me tornar dona da minha própria gravadora e editora e da minha obra.

A minha trajetória é um exemplo da evolução das mulheres na música e na sociedade. Em 2024, tive a honra de ser a terceira mulher a receber o título de Doutora Honoris Causa em 90 anos de existência da USP, a maior universidade brasileira. Entre os 122 agraciados anteriormente, eu fui a primeira mulher na área de cultura, e esse reconhecimento acadêmico trouxe um imenso significado para mim. Atualmente, eu sou orientadora do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP, embaixadora do programa USP Diversa, que, entre outras missões, visa otimizar as políticas de permanência estudantil para alunos cotistas universitários. Sou madrinha da escola mirim da Portela, Filhos da Águia, há 22 anos. E acompanho e apoio de perto o projeto que atende a mais de 800 crianças, promovendo cultura e educação em Oswaldo Cruz, no subúrbio do Rio de Janeiro.

E hoje reconheço que a minha voz ecoa para além dos palcos e da música. Tenho o dever de zelar pelo patrimônio intelectual e cultural do meu país. Tenho trabalhado intensamente na interlocução com as instituições brasileiras junto a artistas e ativistas da Associação Procure Saber na defesa dos direitos autorais e na proteção dos criadores perante a ganância das grandes corporações globais de tecnologia, que cresceram muito e rapidamente no vácuo de regulamentação. Mas, apesar dos avanços e do espaço ampliado para mim e para tantas outras, ainda há muito a ser conquistado. Apesar de sermos a maioria absoluta da população brasileira, somos minoria em representatividade e em oportunidades. No alto escalão do Judiciário, poucos cargos são ocupados por mulheres. Entre os 11 ministros do STF, temos apenas uma mulher, nossa querida Suprema, que, apesar de Suprema e de sua grandeza, isso ainda é muito pouco para nós. A realidade é essa em quase todas as áreas, somos uma maioria minorizada. Apenas 4,9% das empresas do Brasil têm como CEO uma mulher. No setor público, as mulheres ocupam apenas 15% das prefeituras e 18% das cadeiras no Congresso Nacional.

Destaco que a representatividade feminina na política é fundamental para a criação de políticas públicas voltadas ao bem-estar e à proteção das mulheres, garantindo que as necessidades sejam devidamente apresentadas, representadas e atendidas. Não tenho dúvida, como nenhuma de nós aqui, de que um equilíbrio maior entre homens e mulheres nos cargos de decisão seria um grande avanço para a sociedade. Às mulheres cabe o dever do cuidado e o ônus de exercerem o trabalho não remunerado realizado sete dias por semana, 24 horas por dia, que a maternidade impõe. Isso representa uma enorme força de trabalho em benefício dos homens, da sociedade, do mundo capitalista e da humanidade. Precisamos de reconhecimento e de compartilhar responsabilidade, seja na maternidade, seja nas decisões.

A questão das mulheres não é uma questão exclusivamente feminina, mas, sobretudo, uma questão de progresso humano. Devemos incluir os homens nesse processo, transformá-los e, junto com o novo feminino, conquistarmos um masculino mais sensível, menos violento e mais empático. Hoje temos mulheres que colocam à disposição da criação toda a sua criatividade, sensibilidade e experiência, não somente na música, mas em todas as formas de expressão artística, tocando a alma e os sentimentos de outras mulheres e de homens também. E o Brasil se orgulha de oferecer ao mundo o talento de Fernanda Torres, de Fernanda Montenegro, Beatriz Milhazes, Clarice Lispector, Lygia Clark, Tarsila do Amaral, entre tantas outras.

Hoje é um momento de celebração, reflexão e agradecimento. Pois quando eu olho para esse momento histórico que estou vivendo e me recordo da minha bisavó, há apenas 120 anos, agradeço por ser uma mulher desse tempo, que entre tantas lutas e conquistas, ainda pude ser autônoma, independente, exercer minha profissão num meio predominantemente masculino. Posso oferecer meu sentimento, minha música, minha narrativa e posso estar hoje aqui representando, inspirando outras mulheres. Agradeço a todos que abriram o caminho para mim até aqui, e que possamos continuar a abrir espaços para mulheres, construindo um mundo mais sensível, inclusivo e solidário.”





Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## As desigualdades contra as mulheres

### ÍRIS HELENA MEDEIROS

Desa. e coordenadora da Comissão de Promoção de Igualdade Racial no âmbito da Justiça Eleitoral

“Quando eu recebi o convite da ministra, realmente eu fiquei pensando ‘mas olha, Íris Helena, aonde é que tu chegaste, hein? Participar no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, de uma mesa com esses nomes valorosos e importantíssimos, que têm uma expressão enorme, imensurável, neste nosso Brasil e porque não dizer, nesse nosso mundo?’.

Bem, eu sou a última a falar, pensem, realmente, quem fica por último, como em todas as situações da nossa vida, tem os prós e os contras. Então eu vou buscar me valer dos prós e deletar os contras para que nós possamos aproveitar esses instantes em que o microfone estará à minha disposição. Eu, mais uma vez, rendo as minhas homenagens, ministra Cármen Lúcia, pela iniciativa deste evento do Tribunal Superior Eleitoral, dos demais tribunais superiores e do Conselho Nacional de Justiça. Eu fiz algumas anotações, porque eu sou uma pessoa tímida, mas quando eu resolvi concorrer à Corregedoria-Geral de Justiça do meu tribunal e depois à Presidência, eu sabia que eu ia precisar falar em público. E o que aconteceu é que eu estabeleci uma relação muito íntima com o

microfone. Aí eu falo por vezes demais, extrapolo o tempo e fujo do tema. Isso tudo é entusiasmo. Então o escrito traz a segurança que eu obedecerei ao tempo e não fugirei do tema.

As desigualdades contra as mulheres, e eu vou focar na área jurídica. E tenho que, inegavelmente, a representatividade das mulheres nos espaços de poder está aumentando nas últimas décadas. Nós temos que reconhecê-lo. ‘Ah, está devagar’. Sim, mas houve época que não se dava um passo nessa direção. E às vezes, nós todos, seres humanos, nós deixamos de realizar grandes obras porque acabamos nos impondo limites que a vida não nos impôs. ‘Ah, porque vai demorar muito tempo’, ‘por que tu não fazes uma faculdade, fulana?’; ‘ah, são cinco anos...’; ‘fulana, mas os cinco anos vão passar, e o tempo vai voar, cada vez mais rápido, e os cinco anos vão te encontrar sem fazer nada, na mesma, parada...’ Então, ‘ah, porque isso não é para mim; ah, mas é muito longe’. Pensa. Nós precisamos. Uma distância muito grande que queremos percorrer é passo a passo. Não é verdade? Fortunas que queremos amearhar, é centavo a centavo.

Se eu dispensar um pequeno passo, o primeiro, eu não saio do lugar. Se eu dispensar o centavo, eu jamais terei nada. E isso serve para tudo. Bem, no entanto, esse cenário é otimista, sim, do avanço das mulheres, da representatividade das mulheres. Não se pode olvidar que há muito ainda por avançar no que toca à representatividade das mulheres. Isso porque, como destaca a pesquisadora Joyce Berth, citada pela nossa estimadíssima Djamilia Ribeiro, 'a questão para além da representatividade é de proporcionalidade'.

Não é suficiente que existam em um local ou noutro, de tanto em quanto tempo, mulheres exercendo cargos de liderança e espaços de poder. É preciso que a sociedade absorva definitivamente o conceito isonômico, pois, do contrário, a democracia estará fadada à seletividade. Por isso, a Constituição não é retórica, é uma lei que deve ser cumprida, como magistralmente destacou a ministra Cármen Lúcia, em evento realizado na Câmara de Deputados há cerca de duas semanas. Não se está a afirmar que a definição dos ocupantes dos cargos de confiança e de liderança ocorra meramente com base em um critério exclusivo de gênero, mas que as alternativas de escolha sejam efetivamente igualitárias, na medida em que indiscutível que o preparo e a competência não são atributos exclusivos dos homens. Queremos os homens ao nosso lado nessa luta, e temos muitos. Não queremos nenhuma guerra. Queremos, sim, ter o nosso espaço, o direito de apresentar nossa qualificação e, em igualdade de condições, concorrer.

Pois, na esteira da lição de Gerda Lerner, 'as mulheres estão exigindo, como fizeram os homens no Renascimento, o direito de definir, o direito de decidir'. A propósito, em toda a história do Supremo Tribunal Federal, isso já foi aqui referido, me permitam mais uma vez, tá? É fato! Apenas três mulheres foram nomeadas ministras e, portanto, as três presidiram o pretório excelso. No Superior Tribunal de Justiça, apenas duas mulheres presidiram a Corte desde a sua instalação, sendo que, atualmente, dos 33 cargos existentes, apenas três são ocupados por mulheres.

E registro também que estamos na iminência de duas novas nomeações para a Corte da cidadania, a serem feitas pelo presidente da República, com a possibilidade de que sejam indicadas mulheres. Há listas tríplexes do Ministério Público e de tribunais regionais federais para preencherem as vagas deixadas pelas ministras Laurita Vaz e Assusete Magalhães. O Superior Tribunal Militar é composto por 15 ministros vitalícios, nomeados pelo presidente da República, após, evidentemente, todos sabemos, uma mera referência, aprovação do Senado Federal. E destaque, até março de 2025, a única mulher a integrar o STM era a ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha.

Além de ter sido ela a primeira mulher nomeada para integrar esse tribunal, em 2007, e foi eleita recentemente, em dezembro de 2024, para presidir a Corte pelo próximo biênio, com a posse prevista para amanhã. Bem, nesse último sábado, Dia Internacional da Mulher, o presidente da República também indicou a advogada Verônica Abdala Stermann para integrar a Corte, STM (Superior Tribunal Militar), terá mais uma mulher. 15 é o número total, mas estamos avançando, estamos avançando. O Tribunal Superior Eleitoral, me permita ministra, instalado em 1932, conheceu sua primeira presidente mulher somente em 2012, 80 anos depois? A ministra Cármen Lúcia foi essa presidente, a primeira. Atualmente, entre seus sete integrantes, apenas duas são mulheres, sendo elas a presidente, ministra Cármen Lúcia, a corregedora-geral, a ministra Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, e ainda integram a Corte, na condição de substitutas, as duas ministras, a ministra Edilene Lôbo e a ministra Vera Lúcia Araújo.

Bem, seguindo. Dos 27 cargos de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a presidente estava há pouco conosco, atualmente quatro somente são mulheres, e a primeira a presidi-lo foi no ano de 2006. Chego na minha casa: tribunais de justiça dos estados, que são 27, neste país, e Distrito Federal. Atualmente, somente cinco desses tribunais são presididos por mulheres. E nós destacamos que recentemente tomou posse como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, um tribunal de grande porte, uma mulher, e é a primeira vez que o tribunal do Paraná tem uma mulher a presidi-lo.

Aliás, no Rio Grande do Sul, no nosso tribunal, e eu aí falo com muito orgulho, tá? Eu fui a primeira a presidi-lo, como fui, em 2016, a primeira corregedora-geral da justiça. Eu, na verdade, fui das primeiras mulheres a integrar o Tribunal de Justiça gaúcho. Bem, veja, o Tribunal, quando da minha posse, estava prestes a completar 150 anos (sesquicentenário). Bem, mas outras virão, com certeza. E nós temos outras cortes estaduais de grande porte que não têm ainda nenhuma mulher que presidiu. Bem, em outras esferas do sistema de justiça, a situação, infelizmente, não difere muito.

Ainda que em alguns estados, mas não em todos, mulheres já presidiram as seccionais e estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em âmbito nacional, nenhuma ainda recebeu essa distinção. Recentemente, a seccional do Rio de Janeiro elegeu uma mulher a presidi-la. No Ministério Público, a primeira mulher nomeada procuradora-geral da República foi a doutora Raquel Dodge, isso em 2017. No meu estado, referindo ao Ministério Público estadual, o cargo de procurador-geral ou de procuradora-geral da justiça, foi ocupado até hoje apenas por uma mulher, e foi em 2011.

Com efeito, esse resumido recorte, resumidíssimo recorte estatístico, fala por si só a respeito da paridade representativa das mulheres nos cargos de liderança do sistema de justiça brasileiro. Nesse cenário desigual, há de se buscar o aumento da presença feminina nos mais diversos postos, ou seja, naqueles em que as mulheres quiserem ocupar. Porque isso, conjugado com uma política institucional adequada, determinará o aumento da ocupação de cargos de liderança pelas mulheres. E, para tanto, mostra-se fundamental a existência de políticas públicas afirmativas, adaptadas segundo a respectiva esfera, em que se pretende assegurar a paridade.

No que concerne ao Poder Judiciário, se impõe destacar, entre outras iniciativas, aqui já referidas, mas eu faço questão de ressaltar, que foi a Resolução 525/2023 do Conselho Nacional de Justiça. Em síntese, nos termos desse ato normativo, os tribunais de segundo grau que não possuem suas composições proporcionalidade mínima de 40% de mulheres para 60% de homens, entre os magistrados de carreira, deverão elaborar editais de promoção por merecimento, com listas exclusivas de mulheres, alternadamente, até atingir o patamar de paridade de gênero. Qual seja, 40 mulheres, 60 homens, como mínimo. O nosso Tribunal evidentemente cumpriu e cumpre, nós já promovemos duas colegas sob esse regramento.

Eu refiro que vejam, em se tratando do que eu chamo de minha casa, que é o tribunal gaúcho, né, o Judiciário é a minha casa, é a nossa casa, é a casa do povo. Mas vejam que a primeira mulher a ingressar no Judiciário gaúcho foi em 1973, foi a desembargadora Maria Berenice Dias. Ela ingressou em 1973, e em 1996 foi promovida a desembargadora, o segundo grau de jurisdição. Eu brinco com ela dizendo que ela não só abriu as portas para as mulheres, eu digo que ela arrombou as portas, porque realmente foi uma luta muito grande. Os colegas não queriam mulher. Em 1973, ela entrou. Competência, capacidade, dedicação, e fez uma carreira brilhantíssima.

Bem, esta Corte eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral, é importante realçar, realiza a tempo a conhecida campanha Mulheres na Política, que incentiva a participação feminina nessa seara, auxiliando na conscientização da sociedade brasileira. Nós, evidentemente, precisamos avançar. E muito. Agradecendo a todas aquelas que nos precederam nessa luta, uma luta ferrenha... Algumas até a vida perderam. A nossa caminhada é longa. Nós precisamos estar juntos. Nós temos exemplos, mulheres valorosas, que realmente nos servem de paradigma, que fazem com que as nossas forças se renovem. Os progressos não podem ser desprezados, têm que ser comemorados. O dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, serve para isso, para a pausa da correria do dia a dia, para nós comemarmos as vitórias, para reacertarmos os rumos, termos os nossos projetos readequados, renovarmos as forças de todas, a garra, a coragem, a fé e renovar a certeza de que muito ainda conquistaremos.

Isso é justo, isso é direito, está assentado na Constituição. E não só na Constituição Federal, mas em todos nós, enquanto gente, pessoa, seres humanos. Bem, a temática da paridade permeia os nossos dias, permeia os nossos julgamentos, permeia a nossa relação com o meio. Nas precisas palavras de Kimberly Cresson, ela diz 'se não podemos ver um problema, não podemos solucionar esse problema. Chegou o momento [sigo a citação dela] de passarmos do choro e do desgosto para a ação e para a transformação. É uma coisa que podemos fazer, que devemos fazer e que cabe a cada uma de nós'.

O Judiciário, como visto, não está alheio a essa realidade, como os demais setores da justiça, como os demais setores como foi aqui apresentado, tanto da iniciativa pública como privada. Tudo isso nos inspira a acreditar e a agir em prol de mais respeito, mais igualdade, para a construção de uma sociedade mais justa. Oxalá todos nós juntos, as instituições de todas as ordens, as instituições que integram o sistema de justiça sigam a mesma direção. Tudo que se ouviu nessa manhã é um convite a prossigamos. Quando me diziam que o fato de eu ser uma mulher negra e cheguei à presidência do Tribunal de Justiça como a primeira mulher, em 150 anos de tribunal, eu sirvo de exemplo, custou um pouquinho a eu me conscientizar disso. Mas eu hoje tenho essa convicção, eu tenho convicção, ministra e todos que nos ouvem, as ilustres que compõem essa mesa, que como é importante nós darmos o nosso testemunho, como é importante nós podermos levar aquela força, aquele ânimo, aquela fé.

Eu sou uma mulher muito feliz e muito feliz com a minha família, minha família de origem. A minha avó paterna, 88 anos atrás, deu à luz ao meu pai, mãe solteira. E ela, empregada doméstica, cozinheira, e foi assim que ela criou o filho. Há 88 anos atrás. E essa gravidez indesejada, e o pai da criança nunca a reconheceu, mas isso teve uma repercussão positiva no lar, tanto é que o pai biológico não reconheceu o meu pai, mas o meu avô paterno reconheceu. Eu acho isso muito lindo. Orlando Pinto Nogueira Neto era o nome do avô.

Eu tenho... os meus avós maternos já se foram, trocaram de plano, um alfaiate e uma costureira. Exemplos, norte e farol. A minha mãe era uma professora estadual, o meu pai era um auxiliar de escritório, e foi indo... se formou em Direito. Quando meu pai entrou na faculdade de Direito, eu já tinha 12 anos de idade, a mãe dele, que era analfabeta, ela dizia 'agora eu preciso me alfabetizar, porque filho doutor e mãe analfabeta não combinam'. Então, a nossa educação. Eu tenho dois Irmãos. Eu nunca fui impedida, nunca tive que abortar um sonho, nunca me disseram 'isso não, porque tu és mulher, então tu não podes', 'isso não, porque tu és negra', 'isso não porque tu tens poucas condições financeiras', e assim nós fomos criados.

Então eu geri toda a minha vida e os meus sonhos no sentido de 'eu posso, eu posso sim. Pode ser que eu demore um pouco mais, mas eu chego.' Então, se neste momento eu posso, ministra Cármen Lúcia, deixar uma mensagem, é no sentido de que todas nós podemos, todos nós podemos. Não vamos nos impor os limites que a vida não nos impor. Eu acredito em Deus. Eu tenho Deus como farol, e digo que Pai amantíssimo e perfeito seria esse se Ele fizesse distinção entre seus filhos? Ele não faz. As oportunidades estão aí.

E aproveito, para dizer da importância do nosso olhar diferenciado para o núcleo familiar, que é a base de tudo. Eu brinco dizendo que é uma fábrica de gente. E como é que esse núcleo familiar, o que é que eles estão exportando para o mundo? Eu brinco muito, eu não tenho filhos, mas tenho oito

sobrinhos. Que pessoas nós estamos criando? Que homem? Que mulher? Que ser nós estamos lançando para a sociedade? Porque eles serão os nossos dirigentes de amanhã. Então assim, olha, eu creio que já devo parar, mais uma vez agradecendo a sua oportunidade, e a minha fala é sempre no sentido de dizer: todos podemos. Mulher está no lugar que quiser. Os homens ao nosso lado. E vamos construir juntos, reconstruir. Vamos assim, nós todos queremos ser felizes. Então vamos lá em busca dessa felicidade sabendo que ninguém é feliz sozinho.”





Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## MARIA CRISTINA PEDUZZI

Ministra do TST

“É com imensa satisfação que hoje compareço ao Tribunal Superior Eleitoral para, representando o Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho, participar desta sessão de homenagem à data internacional da mulher, lembrando que ontem nós também celebramos o Dia Internacional da Juíza.

É um momento de reflexão, como a ministra Cármen Lúcia bem acentuou, e de reconhecimento das trajetórias e das conquistas das mulheres que compõem o Poder Judiciário. E tanto que no diagnóstico de participação feminina no Poder Judiciário, que foi em 2019 efetivado pelo CNJ, nesse relatório, inclusive, foi identificada a importância no caso com que a Justiça do Trabalho tem lidado com a inserção das mulheres no seu quadro, em linha com o Objetivo nº 5 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da ONU.

Nós temos hoje um maior número de juízas do que de juizes nos nossos quadros, e assim alcançar a propalada igualdade de gênero, e assim, empoderando todas as mulheres e meninas. E nesta semana da mulher, nós

não apenas, portanto, celebramos as conquistas, mas também renovamos o nosso compromisso com a promoção da igualdade de oportunidades. Nós reconhecemos que, apesar de avanços, ainda existem obstáculos a serem superados como a disparidade salarial, a sub-representação em cargos de liderança, o assédio moral e sexual, que são realidades que exigem ações continuadas. E é fundamental que cada um de nós, dentro da sua esfera de influência, trabalhe para criar um ambiente de trabalho mais justo.

E sabemos da importância que o CNJ tem dado às políticas de promoção à igualdade de gênero, em especial a partir da gestão da ministra Cármen Lúcia à frente do STF, do CNJ, como aqui já foi referido por Sua Excelência e pelo ministro Barroso. E renovo aqui a lembrança de que a Resolução-CNJ nº 255, de 2018, que estabeleceu prioritariamente a política nacional de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário, com o intuito justamente de combater a discriminação e ampliar a representatividade das mulheres em todos os níveis.

Também o CNJ aprovou o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, que busca garantir que o sistema de justiça seja capaz de identificar e combater preconceitos e estereótipos de gênero que possam influenciar nas decisões judiciais, além do objetivo de promover uma maior inclusão e representatividade das mulheres e de outras minorias de gênero no sistema de justiça. E a preocupação com o ambiente de trabalho livre de todas as formas de assédio e discriminação também está presente no Poder Judiciário, por meio da Resolução nº 351 de 2020, editada pelo Conselho Nacional de Justiça. O TST, também nessa linha, por meio de atos conjuntos recentes, instituiu o comitê de participação feminina e sempre vem se ocupando desse tratamento institucional promotor da igualdade na posição das mulheres no trabalho.

Mas eu quero concluir a minha participação, pela qual eu renovo aqui o agradecimento, não só referindo e aplaudindo essas políticas públicas de promoção da igualdade em todas as esferas, para acrescentar um aspecto pitoresco que eu considero importante, que diz, com o silenciamento sobre a contribuição das mulheres para o mundo do trabalho, que está tão bem retratado na literatura. Nós sabemos que muitas mulheres foram silenciadas, algumas tiveram que utilizar inclusive pseudônimos para exercerem a profissão de escritoras e para venderem livros, como as magníficas George Sand e George Eliot, que utilizaram o nome masculino para se afirmarem na literatura. Outras se travestiram de homens para estudar direito, como Concepción Arenal, em 1820-1893, viveu. Ou mesmo para exercer a medicina, como Henrietta Faber, no século 19, ou para lutar no exército, como as francesas Joana d'Arc e Louise Bréville.

E sabemos também que o romance realista é demonstrativo de como que as mulheres ou foram silenciadas ou foram advertidas de que elas não poderiam avançar além de um determinado ponto, e buscou justamente apenas as mulheres que pretenderam se libertar do jugo doméstico. Eu apenas invoco aqui no século 19, quando começaram as primeiras conquistas femininas, o discurso intrínseco que nós observamos em romances como Madame Bovary, O Primo Basílio e Anna Karenina, respectivamente, de Flaubert, Eça de Queiroz e Tolstói. Nesses três romances, especificamente, eles promovem e eles expressamente servem como uma advertência às mulheres. Era como se aqueles escritores homens quisessem dizer que as mulheres estudosas, trabalhadoras, independentes, que queriam se libertar do jugo doméstico, que elas estavam sujeitas à leviandade.

E todas as três foram apenadas com a morte, de uma forma ou de outra. Por quê? Porque praticaram a infidelidade, romperam com a sociedade conjugal. E romances, inclusive do século passado, do século 20, bom, eu já ia esquecer de referir que no próprio Dom Casmurro, de Machado de Assis, a infidelidade de Capitu, ela é insinuada. Mas no próprio século 20, romances denunciam, como os romances de Jorge Amado, que a traição masculina é legitimada até e que a mulher que pratica a infidelidade é apenada. E os coronéis do cacau são representativos dessa ideia. Por isso que a literatura registra a cultura da época, retrata a história dessas mulheres subjugadas, insatisfeitas, apenas com o papel doméstico, como se a vida a ela se resumisse.

Condenadas pelo casamento a reprimir as suas fantasias, por isso que as mulheres se defenderam do romance realista através do discurso feminista e escrevendo também sobre o adultério masculino, usando nomes masculinos. E as feministas, inclusive no Brasil de forma mais modesta, porque elas assumiram uma postura cristã que impedia a quebra do conceito de família, mas, como disse Elizabeth Cady Stanton, que ainda no século 19 liderou o movimento pelos direitos das mulheres à igualdade e ao voto, que ela foi defensora, a melhor proteção, disse ela, de qualquer mulher é a coragem.

E não faltou coragem a essas mulheres pioneiras que permitiram que hoje nós aqui pudéssemos falar, digamos, não naquele tipo de conquista original, mas em outras modalidades mais sofisticadas até, se nós considerarmos esses confrontos. E eu concluo dizendo que a democracia não deve estar, portanto, restrita aos Poderes Executivo e Legislativo, que têm seus principais membros periodicamente eleitos e que se guiam pela representatividade. O Poder Judiciário também precisa ter uma composição que reflita em certo grau a sociedade em que atua.

Então, dessa forma, será garantido que a prestação jurisdicional seja exercida por agentes com representatividade democrática. E eu finalizo para até justificar que essa garantia de participação da mulher nas diversas esferas da sociedade se efetiva pela representatividade, eu invoco Rupi Kaur, que disse 'a representatividade é vital. Sem ela, a borboleta, rodeada por um grupo de mariposas, incapaz de ver a si mesma, vai continuar tentando ser mariposa.' Por isso a importância de nós nos cercarmos sempre de outras mulheres, e aí a representatividade estará efetivada."



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## SORAYA SANTOS

Deputada federal da Câmara dos Deputados

“Bom dia a todas e todos. Eu gosto muito de cumprimentar assim, porque as pessoas não sabem por que surgiu esse cumprimento. E o ministro Barroso falava agora do inciso I do artigo 5º da Constituição da República, que foi o maior recorte da nossa constituinte cidadã numa cláusula pétrea. O que dizia o artigo 5º até então? Todos nós éramos iguais perante a lei. E a sociedade começou a cantar a música do Chico Buarque: ‘Será que será?’. Será que a mulher está tendo direito de ir e vir sem ser importunada? Será que ela está podendo pensar sem apanhar? Será que ela está podendo estudar e ocupar os mesmos espaços? E nesse será que será, a constituinte cidadã traz esse inciso I querendo acordar o Brasil, escrevendo como: homens e mulheres são iguais em direitos e deveres.

Então, quando nós acreditamos numa democracia que é pautada pela representatividade, nós que somos militantes dessa causa, nós que somos advogadas, passamos a cumprimentar bom dia a todas e todos não por uma questão de gênero, mas como um juramento, como a gente faz no dia 8 de março, a essa cláusula, para que no nosso olhar, Renata, do dia a dia, a gente

possa enxergar a lei além das nossas atividades e identificarmos essa parede de vidro tão citada, que a gente tem a ideia de que a gente pode voar, mas sem querer esbarra nessas, a gente tem que sair da zona de conforto. Ao cumprimentar ‘bom dia a todos e todas’ é reafirmar, Zenaide, esse compromisso com a vida, já que somos locatários dessa terra da qual a gente agradece às nossas ancestrais, que pavimentaram até aqui. Mas como uma regra de que a gente tem que pavimentar em nome daquelas que virão. Isso é fundamental.

Eu queria muito agradecer esse convite e vou dizer exatamente por quê. Porque eu estou começando a celebrar esses eventos do dia 8 de março, que é uma data cívica para a gente, numa sociedade que muitas vezes a gente recebe rosas, batons, perfumes. Não é que a gente não goste, mas isso não é um presente para mulher. Isso é um dia cívico entre homens e mulheres para avaliação da sociedade. Eu costumo brincar que evento de mulher tem que trazer os homens, e eu achei incrível a senhora já abrir a mesa cercada de homens. Não tem que pregar para convertido, nós temos que trazer os homens, porque o homem cidadão não criou

filha para apanhar de ninguém. O homem cidadão não tem uma mulher, uma mãe, que não tenha direito de acesso à saúde pública. O homem cidadão não investe na educação de uma filha para ela não poder voar alto. A gente tem que trazer os homens, porque não é que exista uma guerra de sexo, se existir, não é o mais importante, o mais importante é focar na transformação.

É porque esse homem não é capaz, pela rotina do dia a dia que nos cega. Um maior algoz da nossa cegueira é o cotidiano, é a rotina do dia a dia. Ele não sabe o que passa uma mulher, nos bastidores, na hora do parto. Ele não conhece. E aí, eu fico me lembrando, quando eu cheguei na Câmara, eu vou dar pequenos exemplos para vocês, muito rápido, de como que aquilo impactou. Eu sou militante, eu sou advogada, sempre defendi a política como indutora de transformação da sociedade, mas aí em 2015 eu olho para todos os prédios, ministra, iluminado de rosa, todo mundo de laço rosa, e de repente, Luiza, eu me deparei que as mulheres cadeirantes não faziam mamografia pelo simples fato de o mamógrafo não ter redução de altura.

Bastou uma vírgula num projeto: compra de mamógrafo com dinheiro público tem que ter redução de altura. E eu tive o privilégio de assistir o primeiro exame, Renata, de uma tetraplégica no Brasil. Aquilo foi fulminante. E se a gente olhar para trás, a gente foi olhar a mulher do SUS, que ela ia para lá, tinha câncer de mama, ganhava a prótese da mama doente, e ela já saía torta. Autoestima é base da dignidade. E pasmem, hoje a mulher do SUS tem tudo, e qualquer um de nós, se tiver que usar o plano de saúde para reparar a prótese, ele vai pagar a mama doente, a outra você paga por fora.

Nós fomos olhar as forças armadas. Por que as mulheres não podiam, por exemplo, ser almirante, entrar no navio de mar e guerra? E eu brincava com o ministro: 'Mas o que houve?'. Ele falou 'em nome da família brasileira'. Eu falei 'mas alguém pode imaginar se essa mulher quer casar-se e ir embora casada, isso não é problema de casal?'. E nós libertamos. Começamos pela aeronáutica, Marinha e exército. Hoje eu olho para trás, nós estamos com cinco almirantes. A segunda almirante é uma engenheira na área de inteligência, é uma sumidade. Nós estamos com duas turmas de piloto de caça, mulheres, meninas se formando. Ninguém está dizendo que ela tem que ser, nós estamos perguntando 'por que não ser'.

Então, a bancada feminina tem um trabalho absurdo de ter que olhar e rever as leis desse país sobre esse olhar. Eu me lembro como o olhar dos deputados quando nós tiramos a algema das mulheres na hora do parto. Isso foi em 2017, não tem 10 anos. Fizeram como você fez agora: 'Que isso?'. Porque a gente

não podia imaginar que o Brasil tivesse uma lei que, na hora do parto, ela tivesse algemada. Então, vejam, nós temos que trazer os homens para nossa realidade, porque o homem de verdade está ao nosso lado fazendo discurso como o ministro Barroso e transformando. Se a pessoa não está fazendo, que muitas vezes, assim como as mulheres não sabem, eles não conhecem.

E aí eu fiquei pensando, qual foi o primeiro exercício, de cidadania que eu me lembro neste país? Foi na época do Sarney, que ele chamou as mulheres desse país para falar do Procon. E ninguém tinha nem mandato. Mas as mulheres iam para o mercado pesar o feijão, iam para o restaurante a quilo. E hoje, quando a gente olha para o Brasil, mesmo uma pessoa, sem ler e escrever, ela chega para o lojista e diz 'ou troca minha geladeira, ou eu vou para o Procon', porque ela conhece seus direitos. É isso que a gente tem que fazer.

E a Procuradoria da Mulher na Câmara, ela tem a seguinte — não a Procuradoria, a estrutura da bancada feminina —, ela se divide em três posições. A primeira é a da Procuradoria, que é como se fosse a espécie do Procon feminino. A gente tem que zelar pela aplicação da lei e na defesa da mulher. A coordenadora, que é a Benedita da Silva, ela tem o papel de ter assento no colégio de líderes e pautar matérias relevantes para justamente ir corrigindo todo esse arcabouço legislativo. E a terceira é o Observatório, porque hoje a gente trabalha com as academias para avaliação através de pesquisa. Para que a gente não incorra em bolhas, a gente tem que ter um olhar acadêmico mostrando o melhor caminho.

E aí a Procuradoria o que fez quando eu assumi? Nós decidimos que tem que ter quatro pilares centrais. O primeiro, e é por isso que eu vou voltar ao eleitoral no final, vou focar exatamente aqui, ministra, é a violência política contra a mulher, porque não tenham dúvida de que a mudança de qualquer país passa pela política e que o Brasil que se diz democrático, na verdade, eu não reconheço essa democracia enquanto nós não tivermos paridade em todos os espaços. Isso é uma falsa democracia. Esse é um falso direito. Segundo é a violência contra a mulher, o Brasil ainda é o quinto que mais bate em mulher e a gente tinha de ter um pilar focado nisso e um pilar na prevenção do feminicídio. Feminicídio, gente, é como gravidez, absolutamente previsível. Duas coisas a gente sabe que pode acontecer: quando a criança vai nascer, e feminicídio, porque ele vai dando sinais. Se o sistema funcionar, se as pessoas perceberem, ela sai.

E nesse projeto que a Renata nos honrou e me ajudou a construir, ele trata justamente disso. Para ter uma ordem de grandeza, ministra, desde 2023,

outubro de 2023, nós começamos a aplicar o programa lá no Rio de Janeiro para dar uma ordem de grandeza. Eu gosto muito de falar com números: 70% das mulheres mortas, das mulheres que têm medida protetiva, 70% morrem por feminicídio. Ou seja, a justiça atuou, só que você não tem braço para fazer acontecer, porque ela é morta dentro de casa. Então ele envolveu todos os setores, porque quando eu penso na política da mulher, é como se todos os órgãos estivessem trabalhando muito, mas como se fossem poções de água, muito trabalho. Mas a interdependência entre os órgãos é que está fazendo girar. É a comunicação com a sociedade civil. Falava isso agora, como que a Luiza tem esse trabalho de mulheres do Brasil, tem que integrar a caravana para que a gente possa entender que isso é um trabalho permanente, não é no eleitoral.

O terceiro pilar é obviamente a autonomia econômica da mulher, porque se ela não tiver comida na mesa, ela não sai da situação de violência. E o quarto é a saúde da mulher. E aí tudo isso vai girar no primeiro pilar. E o primeiro pilar passa pelo Tribunal Superior Eleitoral, e eu quero falar e dar um testemunho para vocês do trabalho que o eleitoral vem fazendo nos últimos anos. Em 2016, eu era coordenadora da bancada feminina, o Ministério Público Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, fez um levantamento nas candidaturas de vereadoras do Brasil. Porque imagine, com todo esse olhar, eu poderia ficar aqui o dia inteiro discorrendo em várias leis que nós mudamos, eu comecei a perceber, e isso é muito claro para mim, que não é só o direito da mulher estar nos espaços de poder, pelo contrário, é uma necessidade do país. O país tem que se obrigar a colocar, senão a gente não vai ter justiça social. Quem diz que quer justiça social e não faz um esforço para inserção desta mulher nos espaços de decisão, não está defendendo justiça social, porque há complementação dos dois olhares, cada um tem seu universo, cada um tem a sua forma de enxergar.

E a partir daí a gente começou um trabalho na Justiça Eleitoral. E o Ministério Público levantou, ministra Cristina, o seguinte dado: nas candidaturas de vereadoras de 2016, mais de 14.250 mulheres tiveram zero voto para vereadoras, zero. Eu não estou falando um, nem dois, nem três. Zero. A gente encontrava a chapa que vereador eleito com mãe, irmã na chapa que nem nelas votavam. Nós encontrávamos CPF de pessoas que não sabiam que eram candidatas. As mulheres, até então eram chamadas para ser trampolim de candidaturas masculinas. E aí houve uma decisão importantíssima do Tribunal Superior Eleitoral, que foi naquele momento de decidir sobre candidaturas fictícias. No primeiro caso, foi lá do Piauí, na cidade de Valença, onde um vereador eleito ou qualquer parlamentar, em qualquer nível, com chapa de mulher laranja, queda de chapa por fraude à eleição. Isso foi fundamental.

Segundo, nós entramos com pedido no eleitoral para a questão do Fundo. Já que a gente tem mínimo de 30% para disputar a eleição, é claro que a gente queria no mínimo 30% de recurso, que é muito fácil colocar a mulher para disputar para ser cota, mas ela passou a ganhar. E aí eu quero dar um dado, ministra, mais uma vez significativo: nós estamos falando da Eleição 2018, para Vossa Excelência ter uma noção, ministra Cármen Lúcia, dos efeitos dessa garantia de direito. Nessa eleição, em que a gente obrigou a dar 30 minutos de tempo de rádio e TV e recursos mínimos, nós elegemos mais mulheres do que os 30 anos que nos antecederam. Nós saímos de 1.900 municípios, 100 vereadoras para 900 e pouco. Vejam: não podia filiar a mulher, não podia avançar. E aí a gente começou a experimentar uma coisa que é muito grave, porque imagina, o dinheiro do financiamento é público. Dinheiro público com fraude eleitoral... não é possível, né?

Mas nós começamos a experimentar a famosa Lei de Newton: ação e reação. E aí as candidaturas das mulheres começaram a ficar muito violentas, porque o ataque à mulher é no pessoal, é na ameaça. E a gente teve que votar uma lei chamada Violência Política Contra as Mulheres. E a gente, nesse *link* que a gente fez da procuradoria, Renata, o que a gente fez? A gente desenvolveu um sistema dentro da Câmara onde a gente está linkando o nosso sistema a todas as câmaras de vereadores e todas as assembleias legislativas. A gente tem saído em caravana com o CNJ, com o Tribunal Superior Eleitoral. A ministra Edilene acompanhou várias caravanas conosco, a Raquel Branquinho, pelo Ministério Público, e a procuradoria vai, a gente tem trazido a meta. A gente tem que mostrar esse arcabouço do que está acontecendo, e o processo chega muito rápido pela procuradoria e a gente encaminha, se for da justiça, para o CNJ.

E eu confesso a vocês que nem eu, quando votei nessa lei, achava que a gravidade era tanta. Porque a violência política ela vem junto com outros crimes, Renata, então ela vem com ameaça física, não é só a pancada, é ameaça psicológica. E muitas vezes quando você encontra ameaça física, como fechamento de carro, ou você desiste, situações de não pagamento, discursos horrorosos, em relação às mulheres, ela vem e, na cidade, na comarca, muitas vezes ela vai para o crime, e não vai para o eleitoral. Esse crime é de competência eleitoral. Então a gente está tendo que fazer, junto com a estrutura da justiça, esse remanejamento: entrou por aqui, vem e encaminha, para não matar esse projeto. E a gente tem vários casos gravíssimos. Mas o que a gente fez? A gente está trazendo de forma rápida e célere, porque quando a ação chega em Brasília, ela já passou muito tempo e a cadeira já está ocupada. A gente tem que evitar aqui isso.

Outra coisa é a fragilidade da queda de chapa. O eleitoral fez uma ação pedagógica que muita gente questionou. Pela primeira vez na história do Brasil, em 2023, nós tivemos quatro municípios que eles não derrubaram uma chapa não, ministra, eles derrubaram a Câmara inteira, então teve que ter eleição extemporânea para vereador, para mandato de um ano. E as pessoas começaram a falar ‘mas qual o custo dessa eleição?’; e a resposta do eleitoral foi uma: é o custo pedagógico pelo bem do Brasil, que o papel e a missão do Tribunal Superior Eleitoral e de toda a sua estrutura é a

garantia da representatividade. Se o Tribunal Superior Eleitoral flexibilizar isso, é o primeiro pilar que se desmonta na busca da democracia, porque a democracia só se vai fazer nesse país o dia que mulheres e homens de verdade estiverem refletidos no Inciso I do artigo 5º e deixarem de cantar ‘Será que será?’ do Chico Buarque.”



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## RENATA GIL

Juíza e conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

“Talvez vocês estejam se perguntando por que eu, juíza, estou conduzindo uma mesa que trata da presença da mulher no mundo político. Mas eu não só acredito que é pela política que nós fazemos a transformação que a gente quer no mundo, como eu fui militante muito tempo no parlamento, com muito orgulho, fui representante dos juízes brasileiros, a primeira mulher a presidir a Associação Nacional dos Juízes Brasileiros, que na época não tinha nem a possibilidade de uma candidatura feminina para essa função.

E eu aprendi muito que a presença feminina no parlamento, as bancadas femininas no parlamento fazem um trabalho de construção da política de gênero que nenhum outro homem faria. E a relevância de ter a procuradora da mulher no Senado e a procuradora da mulher na Câmara, vocês vão ver, isso vai ser revelado com a fala potente delas, são duas brilhantes mulheres, nos apontam que ainda há necessidade de um trabalho muito firme nosso.

E eu tenho falado de uma forma muito dura e talvez muito aberta e muito sincera: por que nós precisamos de

mulheres nos lugares de liderança, nos lugares de poder, por que nós precisamos de mulheres na política? Vocês já se fizeram essa pergunta? E o primeiro caso, primeiro exemplo que eu dou é a questão da política menstrual. Hoje o ministro Barroso falou aqui sobre a questão sexual feminina, mas as pessoas não param para pensar que todas as mulheres, quem nasceu menina um dia vai menstruar. E a menstruação ela gera na vida da mulher vários desconfortos e às vezes uma situação de ‘não trabalho’, de não frequência às escolas. E a gente não consegue discutir esse assunto no parlamento porque ele virou uma questão política, uma questão ideológica, e ela não é ideológica, ela é biológica.

A segunda questão que eu trago como exemplo é a questão da licença-maternidade. Só as mulheres têm filhos, né? E eu estou feliz de ver a Talíria Petrone aqui, que a Talíria quebrou uma barreira no parlamento, que ela levou o seu primeiro bebê, né? Eu vi também o bebê aqui da deputada. Ela levou o seu bebê para as sessões plenárias. E se talvez eu tivesse visto o seu exemplo, Talíria, lá atrás, eu não tivesse deixado a minha bebê em casa. Tirei ela da amamentação para

assumir a coordenação de todos os polos eleitorais no Rio de Janeiro, porque quando eu fui convidada pelo desembargador Luiz Zveiter, que era presidente do Tribunal Regional Eleitoral na época, para essa função, eu tive vergonha de dizer que eu tava amamentando e eu queria muito, Andreia, assumir aquela função.

Então eu deixei minha bebê com cinco meses em casa, combinei com meu marido 'eu vou tirar ela da amamentação direta, e se isso estiver bom para você...' e ele me disse 'se isso for bom para você, se você acha que esse é o caminho, a gente assume essa responsabilidade'. Hoje, talvez eu estivesse num ambiente com uma sala de amamentação, como a gente proporciona isso dentro do Conselho Nacional de Justiça. Então, só as mulheres, com essa perspectiva do que elas passam, do que elas precisam, do que elas sentem, podem trazer as transformações legislativas, regulamentares e normativas dentro das instituições.

Antes de passar a palavra para as minhas duas queridas senadora e deputada, eu traço o exemplo da própria ministra Cármen Lúcia, que, quando era presidente do Conselho Nacional de Justiça, e aí se a gente contar a história da ministra Cármen, todos os 'manterrupting' que ela tem, e todas as segregações que ela passa e que ela não sofre, porque ela não sofre, ela enfrenta. Mas quantas mulheres têm coragem e têm condições de enfrentar? Talvez nem todas somos Cármen na vida, né? E ela é um grande exemplo de como uma mulher, assumindo uma liderança, transforma o seu ambiente.

Foi com ela que foram editadas as duas grandes Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, a 254 e a 255. A 254 tratou, pela primeira vez, de uma forma sincera e honesta da violência de gênero dentro da justiça brasileira; e a resolução que trata da paridade, e que aí gerou a Resolução da ministra Rosa, 525. A gente teve um primeiro momento para que depois, os momentos seguintes, a gente tivesse os avanços, mas foi com essa mulher que a gente promoveu

essa mudança dentro do Judiciário, que a gente construiu a Justiça Pela Paz em Casa, que a gente construiu as varas de violência, que hoje são prêmio de qualidade, os tribunais todos competem entre si e querem ter varas de violência doméstica, tudo isso em razão da resolução que a ministra Cármen, das duas resoluções que ela construiu quando era presidente do Conselho Nacional de Justiça.

E eu, na época, era líder associativa e assisti muitas vezes a ministra Cármen ser fustigada pelos seus pares, na sua fala, seus pares masculinos, e ela, firme, conseguiu aprovar tudo aquilo, né, Andreia? E agora, hoje, ela anuncia uma portaria que nos enche de orgulho e que vai, ministra Cármen, a senhora está plantando hoje uma semente muito importante para política brasileira. Talvez as deputadas e senadoras que estão aqui conosco não tenham a dimensão disso, porque quando a senhora pede que os tribunais regionais eleitorais, que as listas da OAB sejam formadas por mulheres, a gente vai ter mulheres nos tribunais regionais eleitorais julgando e definindo o futuro da política no Brasil."



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## ZENAIDE MAIA

Procuradora da Mulher no Senado Federal

“Eu iniciaria dizendo assim: as decisões são políticas, por isso que estamos aqui. Como não levar em consideração as decisões políticas se é a política que decide o nosso salário? Quantas horas vamos trabalhar? Com que idade vamos nos aposentar? E se esses argumentos, mulheres brasileiras, ainda não forem o suficiente, é uma decisão política que diz qual a quantidade de recursos que vai para a saúde pública de nós, mulheres, de nossos filhos e netos? É uma decisão política que diz o valor do orçamento para educação pública de qualidade para nossos filhos e filhas e netos e amigos, e é uma decisão política que diz que quantidade de recursos vai para segurança pública para que nós não vejamos nossos filhos e todos os familiares e amigos morrerem de violência doméstica.

Então, lembrando, eu sempre lembro isso porque a gente sabe que esse arcabouço arcaico, que só tinha o domínio do homem, convenceu a nós mulheres que a gente não tinha essa capacidade de assumir os lugares de poder. E eu, como procuradora da mulher, a gente se une todas com nossas parlamentares para mostrar que é essencial, sim, a gente combater a violência

contra as mulheres, que, como a ministra Cármen Lúcia falou, é assustadora. E a gente sabe que isso passa pelo empoderamento de nós mulheres, a gente sabe que a violência não nos poupa em nenhuma classe social, mas também vemos que a maioria dos feminicídios são nas periferias, mulheres pobres, negras, indígenas. Isso é real e que a gente tem que ter um olhar diferenciado. Passa pelo empoderamento.

E falar sobre isso, eu queria finalizar essa parte, para poder ir para o discurso mais formal, dizer o seguinte, informação é poder, já agradecendo esse evento. Isso vai dar visibilidade às mulheres brasileiras, que, muitas vezes, elas nem sabem que estão sofrendo violência. E quando a gente dá visibilidade, elas começam a observar que aquele ambiente familiar não é tão maravilhoso como ela pensava. E dizer mais: vamos, sim, participar de todos os poderes. E não pensem que a violência, nós todas, minhas colegas parlamentares, a gente sente isso quando entra no parlamento, porque já nos olham como se a gente só pudesse fazer parte da parte social, do cuidar, que é muito importante, mas eu discuto na procuradoria que a mulher tem que estar no

orçamento, na comissão de constituição e justiça, na comissão de assuntos econômicos. Nós temos que estar presente.

E eu costumo dizer, porque me perguntam ‘senadora, quais suas bandeiras no parlamento?’. Eu disse ‘todas’. Porque se todas as bandeiras que eu estiver representando, eu, no mínimo, que se eu só estivesse defendendo mulheres, que a gente sabe que isso não é criar um Apartheid, nós temos que trazer os homens, já existem campanhas no mundo inteiro (‘he for she, eles por elas’), eu já estaria defendendo, no mínimo, mais de 50% da população brasileira. Mas eu escrevi aqui, eu sou médica de formação, viu, gente? E numa casa que o jurídico é quem predomina. Aí eu faço questão da maioria dos meus assessores serem grandes advogados, que é para poder quando pegar um projeto de lei que vai tirar qualquer direito conquistado a duras penas pelas mulheres, seja no Ministério da Justiça, seja no CNJ, seja no Judiciário, porque eu sempre digo, tudo o que se fala é inerente aos três poderes.

Eu vou citar um exemplo, há pouco tempo, tem uma história de responsabilidade fiscal. E aqui a senadora não está dizendo que o certo é ter irresponsabilidade fiscal. Mas responsabilidade fiscal é de todos os poderes, não só do Executivo. O Legislativo, quando legisla fazendo renúncias fiscais bilionárias para grandes empresas, grandes indústrias, até o sistema financeiro, é uma irresponsabilidade fiscal, porque no mínimo aquilo que era arrecadado, gente, ia para saúde, para educação, para assistência social e a segurança pública.

Então eu insisto nisso, por isso que a senadora Zenaide está na Procuradoria da Mulher. E digo mais, eu sou filha de um pequeno agricultor, de uma mãe dona de casa. Meu pai era de 1911, minha mãe tem 97 anos, e eles nos criavam assim, dizia que, naquela época, minhas irmãs mais velhas, eu tenho irmã com 80 anos, papai dizia, mesmo semianalfabeto, e mamãe ‘mulheres tem que se formar para poder casar-se’. Não nos criavam como se o casamento fosse a solução, e se formar, gente, era ter o nível superior. Isso era raro, porque naquela época se criavam as mulheres para passar da tutela dos pais para a dos maridos.

Ah, mas eu escrevi assim já dizendo que é uma honra, uma alegria que recebi esse convite para participar deste evento promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Obrigada, presidenta Cármen Lúcia, demais ministros pela oportunidade. O Dia Internacional da Mulher é extremamente significativo para mim e para todas as potiguares lá do meu estado e do Brasil. Meu estado, origem do Rio Grande do Norte, é um estado que se encontra na

vanguarda. E eu costumo dizer que é importante a gente lembrar dessas mulheres que foram pioneiras, que nos antecederam, e que nós temos que saber onde estávamos, onde estamos e para onde queremos ir. E é baseado nisso que a gente não deve nunca esquecer que, em condições bem mais precárias, essas mulheres corajosas, essas mulheres de fé, a fé que eu falo aqui é aquela fé que faz a gente insistir, persistir e nunca desistir de lutar pela igualdade, pela política do bem comum, que é aquela que olha o ser humano e a vida como o centro de tudo.

Queria só citar as mulheres: do Rio Grande do Norte, pioneira na esfera política, nós tivemos a nossa prefeita, a primeira prefeita eleita da América Latina, em 1927, que foi Alzira Soriano, porque a Constituição do meu estado dizia, pegaram essa brecha, que todos tinham o direito de votar e ser votado. Então Alzira Soriano foi lá e foi prefeita eleita da cidade de Lajes. Como naquela época a comunicação, eu dizia que anda em lombo de burro, quando chegou aqui no Planalto Central, ela foi afastada do poder. Tivemos a primeira deputada estadual eleita, a professora Maria do Céu, e tivemos a primeira eleitora Celina Guimarães. Então, é um estado que já tivemos três governadoras, que já tivemos senadoras (três), que já tivemos deputadas federais, estaduais.

Isso pode parecer longe, gente, mas eu citaria aqui Pernambuco. Pela primeira vez nós temos uma governadora mulher. É, eu quero dizer que nós tivemos, na Procuradoria Especial da Mulher no Senado, vários projetos de lei aprovados, e que a gente precisa, como foi dito pelos nossos ministros, que a gente precisa efetivar definitivamente essas leis, porque nós temos várias leis, mas por falta de recursos ou por falta de visibilidade, que aí onde entra a mídia, as mulheres nem cobram porque não têm conhecimento dos seus direitos.

Já finalizando mesmo, agradecendo mais uma vez o convite por essa boa oportunidade, isso é muito importante, e estendo meus agradecimentos a todas as mulheres, servidoras, ministras aqui, por esse momento. E acreditem, nós estamos enriquecendo o conhecimento de, no mínimo, mais de 50% da população brasileira.”



Foto: Roberto/Secom/TSE



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE



Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

Ao longo dos eventos aqui selecionados e realizados no Tribunal Superior Eleitoral sobre Democracia e participação política feminina, alguns homens tiveram momento de fala. Reservamos a eles um cantinho do espaço nessa publicação:



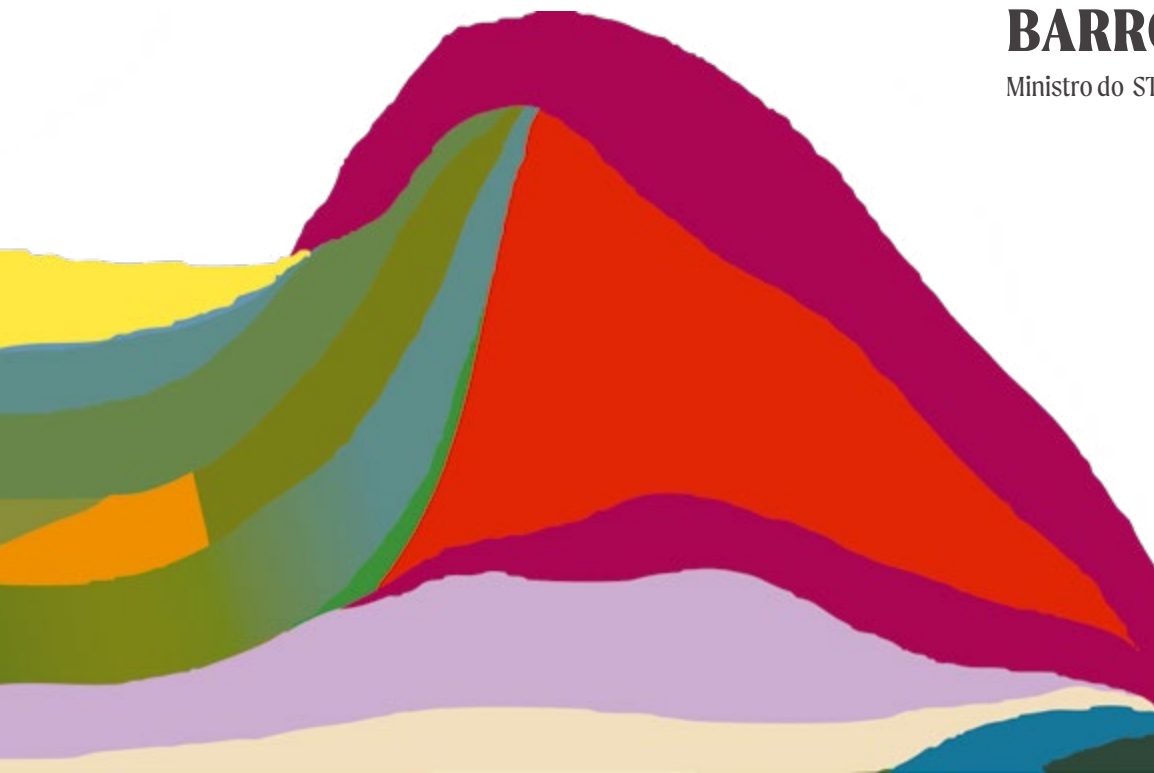
Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE

## LUÍS ROBERTO BARROSO

Ministro do STF

Fala proferida na abertura do evento “Mulher, Presente”, em 11 de março de 2025:

“Muito bom dia a todos, um prazer e uma alegria estar aqui sob a presidência da ministra Cármen Lúcia, essa mulher que honra, dignifica a magistratura, a vida acadêmica, o pensamento intelectual no Brasil, de modo que é impossível exagerar a importância desse momento e o carinho que todos nós sentimos de estarmos aqui comemorando o Dia Internacional da Mulher sob a sua presidência. Uma mulher que furou o cerco, chegou ao clube da glória com a sofisticação, a inteligência, o comprometimento com o Brasil que a ministra Cármen Lúcia tem. A Cármen me pediu para fazer uma sustentação oral e, portanto, vou fazer uma breve sustentação



oral sobre o Dia Internacional da Mulher e sobre a minha visão e a minha própria militância, de longa data, em favor do empoderamento das mulheres.

Eu tinha um exemplo de casa. Minha mãe foi advogada. Uma mulher cursando uma faculdade de Direito no início dos anos 50 do século passado era verdadeiramente uma coisa incomum, e a minha admiração pelas mulheres que conseguem furar o cerco e investir nas próprias vidas vem desde essa época, vem de casa. E eu me sinto muito confortável de falar no Dia da Mulher, porque a minha vida pública, sobretudo, é um matriarcado. A minha secretária-geral no Supremo Tribunal Federal é uma mulher, minha chefe de gabinete do Supremo Tribunal Federal é uma mulher, minha secretária-geral no Conselho Nacional de Justiça é uma mulher negra, minha chefe de gabinete do Conselho Nacional de Justiça é uma mulher, de modo que, mais do que o discurso, eu procuro viver as minhas crenças. Aliás, poucas coisas na vida são melhores do que a gente poder viver verdadeiramente o que é e pensa, de modo que esse para mim é um sentimento muito sincero e muito verdadeiro.

Eu refleti um pouquinho o que dizer nesse momento, e atendendo ao pedido da ministra Cármen Lúcia, me ocorreu percorrer muito brevemente a trajetória vivenciada pelas mulheres e a transformação ocorrida ao longo da minha vida adulta. São lutas ainda inacabadas, mas a gente na vida deve saber comemorar também as pequenas vitórias. E, portanto, eu sempre gostaria de lembrar que, pelo Código de 1917, o homem era o chefe da sociedade conjugal. Se a mulher se casasse sem ser virgem, o marido poderia anular o casamento, e as mulheres eram relativamente incapazes, não podiam assinar contratos sem autorização do marido, não podiam ter conta bancária sem autorização do marido, o que só foi superado com o estatuto da mulher casada, em 1962.

Depois, ainda historicamente seguindo no tempo, as mulheres conquistam o direito de voto, em 1932, com o Código Eleitoral e depois a Constituição de 34, mas verdadeiramente foi a Constituição brasileira de 1988 que conseguiu promover, ao menos no mundo formal, uma equidade verdadeira de gênero, acabando com a posição do homem como chefe da sociedade conjugal, assegurando à mulher os direitos decorrentes da união estável. Antes da Constituição de 88, a mulher não casada era extremamente prejudicada nas suas pretensões de qualquer grau de direito.

Por decisão do Supremo, nós equiparamos a companheira e união estável e a mulher casada nos direitos sucessórios no caso de falecimento do marido. E, mais recentemente, decidimos que há uma omissão inconstitucional na não regulamentação da licença paternidade, que faz com que o dever de cuidado

em relação aos filhos, sobretudo no primeiro momento de vida, recaia quase que exclusivamente sobre a mulher. A Constituição de 88 também impede o tratamento diferenciado da mulher em relação ao homem no mercado de trabalho, essa matéria foi recentemente regulamentada por legislação. Nós tivemos avanços importantes no combate à violência doméstica pela validação da Lei Maria da Penha. As estatísticas ainda são aterradoras no número de feminicídios e no número de pessoas que são agredidas em casa, na presença dos filhos, o que torna a situação ainda mais trágica.

O Supremo também tem, interpretando a Constituição, uma decisão muito importante que impede no tribunal do júri, nos júris, a utilização da tese de legítima defesa da honra. Tivemos recentemente, decisão da ministra Cármen Lúcia, a decisão que impede, nos julgamentos, nas audiências e nos processos, que se vasculhem a vida pregressa da mulher nos casos de violência sexual, nos casos de violência contra a mulher, tentando criminalizá-la ou fazer com que a vítima é que fosse responsável pelo tipo de ataque que sofria. Portanto esses são alguns avanços importantes que eu acho que nós temos conseguido ao longo do tempo. Com a atuação da justiça, tivemos decisões importantes legislativas, com a reserva de vagas de 30% para as mulheres e com as decisões do Supremo e do próprio TSE assegurando o financiamento eleitoral para mulheres proporcional ao número de candidaturas inscritas.

E eu preciso dizer, a ministra Cármen Lúcia lembrava do período da pandemia, eu, aqui na presidência do TSE, tinha três projetos que a pandemia e algumas outras confusões não me deixaram avançar. Um era o debate sobre o voto distrital misto, que eu acho que é muito importante para melhorar a representação política no Brasil. O outro era universalizar um acordo que fizemos com o MDB, de que pelo menos 30% dos órgãos dirigentes partidários fossem mulheres. E não foi possível fazer essa discussão, já em seguida direi, e a ideia de fazer uma reserva não de vagas para candidaturas, mas de vagas efetivamente no parlamento para mulheres, em número de cadeiras.

Só não foi possível avançar, sobretudo na questão dos dirigentes partidários, porque aí veio a discussão sobre o voto impresso e eu tive que gastar toda a energia possível para impedir que voltasse o voto impresso no Brasil, inclusive com a conversa com os líderes partidários. E aí era muito difícil eu dizer assim 'eu queria seu apoio contra o voto impresso e, aliás, eu queria a sua cadeira para uma mulher', não dava para fazer os dois discursos simultaneamente. E, portanto, essa foi uma agenda que não se pôde avançar, mas que tenho certeza de que, sob a liderança da ministra Cármen Lúcia, isso possa voltar ao radar, aumentar a participação feminina nos órgãos dirigentes e avançar o debate sobre a reserva de cadeiras do parlamento.

Nós estamos atrás do mundo nessa matéria, a média global é um pouco acima de 30% de mulheres nos órgãos legislativos, e no Brasil nós temos cerca de menos de 20%. É preciso reconhecer que as mulheres têm duas grandes dificuldades nessa busca por equidade. A primeira é uma divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres, porque essa divisão fez com que recaísse sobre as mulheres os deveres de cuidado da família, dos filhos e depois dos idosos. E as pesquisas demonstram que as mulheres fazem boa parte desse trabalho não remunerado e a jornada de uma mulher tem 2,8 horas a mais do que a jornada de um homem, porque ela precisa acumular a vida profissional com esses deveres de cuidado. Portanto, as mulheres têm que dedicar quase três horas a mais do que os homens para esse tipo de trabalho, numa divisão que faz com que o homem seja o provedor e tenha o trabalho valorizado, ao passo que a mulher tem esta sobrecarga menos valorizada.

Eu li, numa recente tese de doutorado do professor Hugo de Brito Segundo, um experimento sobre as traduções em programas de inteligência artificial. Ele colocou 'I want to be a judge', e a tradução foi 'eu quero ser juiz'. Depois colocou 'I want to be a nurse', e a tradução veio 'eu quero ser enfermeira'. Portanto, os próprios programas de inteligência artificial já trazem o viés discriminatório de que há trabalhos de homem e há trabalhos de mulher. Mas depois teve uma experiência que me chamou mais atenção ainda: a frase era 'the judge and her husband', e a tradução foi 'o juiz e o marido dela', o marido de outra pessoa. Ou seja, partindo da premissa de que uma mulher não deveria ou não poderia ser juiz pela divisão tradicional de trabalho. Esse exemplo ilustra bem o tipo de discriminação que a divisão sexual do trabalho traz, além dessa dificuldade referida como teto de vidro, que são as dificuldades invisíveis, embora muito sólidas, dos relacionamentos, dos acessos e das promoções, porque os homens têm mais esse tipo de circulação.

Não por outra razão, no último dia do seu mandato, a ministra Rosa Weber conseguiu aprovar a Resolução que prevê a paridade de gênero nas promoções para os tribunais, e, portanto, por decisão do Conselho Nacional de Justiça, nós temos hoje a situação de que se um homem tiver sido promovido ao tribunal na vaga anterior, a vaga seguinte, necessariamente, tem que ser de uma mulher. E já foram promovidas cerca de 30 mulheres precisamente para cumprir essa busca de paridade, porque os números são muito expressivos: as mulheres são cerca de 40% da magistratura e pouco mais de 20% de presença nos tribunais. Ou seja, onde o acesso é por mérito (concurso), as mulheres ocuparam 40% das vagas; onde a ascensão é política ou subjetiva (relações), as mulheres só têm pouco mais de 20%.

Acho que ainda há um atraso que nós precisamos superar nos tribunais superiores. As mulheres são 50% da população brasileira, têm 39% dos cargos de juízes, 23% de desembargadoras e apenas 18% de presença nos tribunais superiores. E a presença feminina é primeiro uma questão de equidade de gênero; segundo, pela relevância do *background* do juiz, pois cada um traz dentro de si a sua própria ideia do bem, do certo e do justo, e não ter a presença feminina significa ter uma carência de uma visão feminina de um mundo que deve ter um equilíbrio.

Para se ter uma ideia da longa trajetória, até o ano de 2000, era proibida a entrada de mulheres no Supremo Tribunal Federal de calça comprida, e pioneiramente a ministra Cármen Lúcia, em 2006, adentrou o plenário vestindo uma calça comprida e rompendo esse longo tabu discriminatório. É preciso, portanto, enfrentar o preconceito, a discriminação e o machismo estrutural brasileiro na linguagem e nas atitudes. Ainda há avanços necessários nos direitos sexuais e reprodutivos. O Supremo conseguiu uma decisão importante no tocante à anencefalia, mas acho que precisamos avançar nessa agenda que é objeto de muito preconceito e ignorância, e que não consegue distinguir que ser contra a interrupção da gestação é completamente diferente de achar que a mulher que precise fazer deve ir presa. Enfim, tivemos muitos avanços, mas essa é uma revolução ainda incompleta, e o nosso papel é ajudar a empurrar a história na direção certa. Muito obrigado por nos proporcionar esse momento."





Foto: Luiz Roberto/Secom/TSE

## LUIZ CARLOS GONÇALVES

Procurador Regional Eleitoral de São Paulo

### Fala proferida na reunião do Observatório de Direitos Políticos da Mulher, no evento Direitos:Humanas, em dezembro de 2024:

“Boa tarde a todas. Boa tarde aos meus colegas de gênero que estão aqui também. Eu estou meio emocionado. Eu queria saber se eu podia tirar uma foto de vocês. Eu posso? Espera aí. Ministra? Eu sou a favor da liberdade, contra a censura de qualquer natureza. Então eu não apenas vou tirar uma foto do plenário como da mesa. Muito bem. É uma honra para mim estar aqui hoje. Eu cumprimento todos, todas as integrantes da mesa, todas vocês. Agradeço à ministra Cármen Lúcia pela felicidade da criação desse Observatório e pela felicidade, talvez dúvida, de me incluir nele.

Acredito que estou aqui... Eu tive a honra de ser procurador regional eleitoral de São Paulo em 2016, e à época se falava muito da crise da democracia brasileira, da crise de representatividade. Se dizia assim: ‘A classe política não representa mais a sociedade brasileira, está com dificuldades’. E, quando eu vi uma foto da Câmara dos Deputados, eu percebi uma das razões dessa crise de representatividade. Porque naquela foto nós só víamos homens brancos, de meia idade,

de alta classe social e cabelo acaju. E eu me perguntava à época onde estavam as mulheres, o que estava acontecendo. Então eu deliberei na época, como órgão do Ministério Público Eleitoral: quando você não sabe algo, você pergunta a quem sabe. E quem mais senão as próprias mulheres poderiam nos informar sobre o que estava acontecendo?

E deliberamos ouvir as mulheres. Ouvimos mais de 100 mulheres pré-candidatas, candidatas, líderes dos respectivos partidos, das mais diversas ideologias. E aquilo serviu para mim como um letramento. Uma coisa era o que eu pensava ser a violência praticada contra as mulheres. Outra coisa foi o que eu ouvi as mulheres falando. E foi para mim, realmente, uma experiência transformadora. Ouvi dos partidos que, às vezes, diziam que acolhiam e não acolhiam, dos partidos que diziam que financiavam e não financiavam, dos partidos que iludiam as mulheres.

Porque muitas vezes nós temos o fenômeno da candidatura fictícia, na qual a mulher pode até ser partícipe, mas nós temos muitas e muitas vezes a mulher, a liderança política, bem propositada, iludida pelo partido. ‘Olha, venha, porque você vai ter apoio, venha porque nós vamos fazer isso, vamos fazer aquilo’. E aí, no último dia de campanha, essa mulher não tinha nenhum panfleto para distribuir, não tinha nada. E quando tinha, às vezes era dobradinha: ela e um candidato. Então, aquilo foi um grande letramento para mim com relação ao grande desafio da sociedade brasileira: corrigir esse tremendo déficit de representatividade das mulheres, notadamente, das mulheres negras, para que nós um dia possamos realizar o que é o sonho traduzido na Constituição: construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Eu estou um pouco emocionado aqui diante desse evento tão bonito, diante dessa plateia. Me perdoem por isso. Mas eu queria dizer que sinto muito orgulho de alguma maneira poder contribuir para essa luta muito justa.”

ELEIÇÕES  
2026

#VOTONADEMOCRACIA



Tribunal  
Superior  
Eleitoral